



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

ALINE GRIGÓRIO DA SILVA

**ENFRENTAMENTOS COTIDIANOS DAS MULHERES DA COMUNIDADE DE
REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO CEDRO- MINEIROS-GO**

ARARAS

2018

ALINE GRIGÓRIO DA SILVA

**ENFRENTAMENTOS COTIDIANOS DAS MULHERES DA COMUNIDADE DE
REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO CEDRO- MINEIROS-GO**

ALINE GRIGÓRIO DA SILVA

ORIENTADORA: PROF.^a. DR.^a. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

COORIENTADOR: PROF.^a. DR.^a. JESIEL SOUZA SILVA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito para a obtenção do título de mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

Araras

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Aline Grigório da Silva, realizada em 28/03/2019:

Profa. Dra. Janice Rodrigues Placeres Borges
UFSCar

Profa. Dra. Maria Cristina Marjotta Maistro
UFSCar

Prof. Dr. Abelardo Gonçalves Pinto
CATI

Grigório da Silva, Aline

Enfrentamentos cotidianos das mulheres da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro- Mineiros-Go / Aline Grigório da Silva. -- 2019.
126 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: Janice Rodrigues Placeres Borges

Banca examinadora: Janice Rodrigues Placeres Borges, Marta Cristina Marjotta Maistro, Abelardo Gonçalves Pinto

Bibliografia

1. Mulheres quilombolas. 2. Desenvolvimento Rural . I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Maria Helena Sachi do Amaral – CRB/8 7083

AGRADECIMENTOS

Quando chegamos na fase dos agradecimentos, é sinal de que vencemos mais uma etapa que tem grande importância para a nossa vida. Passamos por momentos bons e ruins, mas sempre de muito aprendizado. Por todos esses momentos que me proporcionaram crescimento pessoal, faço meus agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter sido meu refúgio nos momentos de aflições e angústias e pelas graças recebidas.

Agradeço aos meus pais, Ivone e José, que juntos me ensinaram a valorizar as coisas simples e os pequenos gestos. Vocês são os principais responsáveis por eu ter chegado até aqui; mesmo diante das limitações, sempre me incentivaram a estudar e lutar por meus objetivos.

Aos meus irmãos, Jone, Adilton, Leila e Rosane, e às sobrinhas, Iasmim, Jadna, Melissa e Isabela. Vocês sonharam junto comigo e sempre foram compreensíveis quando precisei ser ausente. Essa conquista também é de vocês.

Ao Rafael, meu companheiro, que esteve comigo durante essa trajetória e sempre acreditou incondicionalmente no meu potencial. Obrigada por todo carinho, amor e cuidado.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), que apoiou o presente trabalho- Código de Financiamento 001

Agradeço à minha orientadora, Janice Rodrigues Placeres Borges, pelos ensinamentos, paciência e dedicação, que contribuíram para a realização desse trabalho. Muito obrigada pela parceria durante os dois anos de mestrado!

A Jesiel, meu co-orientador e amigo de várias jornadas. Você foi a primeira pessoa acreditar no meu potencial acadêmico. Foram muitos os aprendizados durante essa jornada de anos.

Agradeço aos meus colegas de turma do PPGADR 2017. Obrigada pela oportunidade de aprender mais sobre tantas coisas.

A todos da comunidade de remanescentes de Quilombolas do Cedro, por terem me acolhido em todos os momentos em que precisei estar na comunidade. Às mulheres da comunidade, vocês foram os principais interlocutores dessa pesquisa.

Agradeço em especial a dona Ângela, por todo carinho e acolhimento desde o primeiro contato. Obrigada por todos os fins de tarde em que se dedicava a contar as histórias da comunidade do Cedro.

Agradeço a todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural. Obrigada por todos os momentos de discussões, aprendizados e descontração. Em especial a Cris, nossa secretária, que sempre esteve pronta para nos ajudar com as infinitas dúvidas.

MEMORIAL DA AUTORA

A tarefa de escrever sobre a minha trajetória universitária e os caminhos que me trouxeram até a Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural me induziu a refletir sobre mim mesma e os fatos que foram marcantes nesta caminhada contínua de aprendizado. Eu nasci em 12 de maio de 1989, na zona rural da comunidade de Umbuzeiro, povoado pertencente à cidade de Mundo Novo, região Centro norte da Bahia. Meus pais são trabalhadores rurais. Eu fui criada na roça, no seio de uma família amorosa e batalhadora, que, assim como a árvore do Umbuzeiro, sempre foi resistente aos tempos ruins.

Como muitas outras famílias, partimos do campo para a cidade. Aos seis anos de idade, ingressei no Colégio Olímpia Mascarenhas, onde fui alfabetizada e aprendi cedo que os caminhos que trilhamos em busca de saberes nem sempre seriam fáceis. Os anos seguintes do ensino básico foram na Escola Municipal Elpídio Lopes Guimarães. Tive o prazer de conviver com pessoas que tinham amor pela profissão e ensinavam com afeto.

No ensino fundamental, retornei para o Colégio Olímpia Mascarenhas. Os desafios eram outros e as responsabilidades também. Nessa época, eu já conciliava os estudos com o trabalho de doméstica e já tinha conhecimento das minhas responsabilidades, das minhas limitações e que o respeito pelo próximo era indispensável, independentemente da situação.

O ensino médio foi uma época de grande euforia. Era tudo novo, o colégio, as pessoas e o trajeto de estrada de chão, feito por um transporte inadequado. Mesmo assim, ter condições de estudar no Colégio Estadual Luís Eduardo Magalhães era, para mim, um privilégio.

No ano de 2007, terminei o ensino médio. Para muitos, este é um período de grandes escolhas e tomada de decisão; para mim, era apenas o encerramento de um ciclo. Continuei a trabalhar como doméstica, agora em período integral. No ano de 2008, tive minha primeira oportunidade profissional: consegui, através de um amigo uma vaga para trabalhar como vendedora em uma loja de matérias para construção. Foi um ano de muitas mudanças. Meu pai também teve uma oportunidade de emprego em outro estado, o que mudaria definitivamente o rumo das nossas vidas para melhor.

Inicialmente, fui resistente à mudança de estado, me juntando a eles no ano de 2010. Voltei a trabalhar na roça, mas conquistei novos sonhos e voltar a estudar fazia

parte deles. Fiz vestibular, passei e mudei do campo pra cidade, mais uma vez. Ingressei no curso de Tecnologia em Agronegócio, turma 2013, pelo Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde. Foram longos quatro anos, onde sofri preconceitos pela minha roupa, pelo meu sotaque e pela minha origem. Às vezes, chegava em casa com o desejo de não retornar àquele lugar; porém, foi um período onde conheci pessoas generosas e fiz amizades. Foi neste período que descobri minha vocação acadêmica e ingressei em meu primeiro projeto de pesquisa como bolsista.

Através do projeto “Conhecimento Etnobotânico e Envelhecimento em Duas Comunidades Quilombolas no Sudoeste Goiano”, tive meu primeiro contato com a escrita e com o trabalho de campo, sendo esta a fase que mais me encanta. Ter a oportunidade de ouvir as pessoas contarem suas histórias de vida é magnífico. Passei a produzir resumos acadêmicos para congressos e, assim, fui desenvolvendo minha afinidade com comunidades tradicionais.

Terminei minha graduação no ano de 2016; porém, sentia que precisaria buscar mais conhecimentos. No mesmo ano, ingressei na Universidade Estadual de Goiás-campus Iporá, no curso de especialização em Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do curso de Geografia. Eram aulas aos finais de semana e trezentos e quarenta quilômetros de viagem entre ida e volta para casa. Pensei em desistir, mas minha família foi meu ponto de apoio novamente, e encontrei pessoas generosas, como a Jamira, companheira de turma que sempre me acolhia em sua casa. Graças ao apoio das pessoas que me querem bem, eu conseguir finalizar esta etapa.

Me dediquei à pesquisa. O empenho pela busca do novo é fascinante! Decidi me arriscar no processo seletivo do mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos – Campus Araras, e passei! Mais uma vez, encarei as mudanças. No início, tudo parecia muito difícil, e tem sido! Sou Tecnóloga em Agronegócio, e migrar para uma área oposta à da minha formação tem suas dificuldades.

Passar pelas disciplinas de um curso multidisciplinar foi uma tarefa árdua. Tenho me debruçado sobre diversas publicações que vêm contribuindo para a minha formação. Esses dois anos têm sido de aprendizado acadêmico e crescimento pessoal. Apesar das minhas inúmeras limitações, considero que o mestrado tem colaborado para as minhas perspectivas profissionais e acadêmicas.

Não me restam dúvidas de que os desafios enfrentados até aqui foram todos válidos para o meu crescimento pessoal e acadêmico, e, guiada pelos desafios que estão por vir, darei continuidade a pesquisas com comunidades tradicionais, pensando no doutorado, num futuro próximo.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	i
ÍNDICE DE TABELAS	ii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
1. INTRODUÇÃO GERAL.....	17
1.1 O desenvolvimento dos quilombos no Brasil	20
1.2 Caracterização da cidade de Mineiros-Go	26
1.3 Área de estudo	29
1.3.1 Aspectos religiosos e culturais da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro	31
2 ARTIGO: O COTIDIANO E A INVISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO CEDRO: UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA, TRABALHO E CONHECIMENTO TRADICIONAL	
.....	38
2.1 Introdução	39
2.2 Materiais e métodos	40
2.3 Comunidades Quilombolas	41
2.4 A comunidade de remanescentes de quilombo do Cedro	46
2.5 O trabalho das mulheres no Centro de Plantas Medicinais do Cedro: Memória e cultura	48
2.6 A organização para o trabalho das mulheres no Centro de Plantas Medicinais: um panorama entre conquistas e desafios.....	51
2.7 Considerações finais	56
2.8 Referências	58

**3 ARTIGO: QUINTAIS PRODUTIVOS: ESPAÇOS DE SABERES EM BUSCA DE
UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA NA
COMUNIDADE DE QUILOMBOLAS DO CEDRO EM MINEIROS- GO**

.....	61
3.1 Introdução	62
3.2 Agricultura familiar	69
3.3 Metodologia da pesquisa.....	72
3.4 Quintal: Local de perpetuação de saberes	73
3.5 Conclusões	78
3.6 Referências	79

**4 ARTIGO: AS MULHERES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO CEDRO:
UMA ETNOGRAFIA ENTRE O CAMPO E A CIDADE**

.....	83
4.1 Mulheres Quilombolas	84
4.2 Jovens quilombolas e o acesso à educação	85
4.3 Metodologia	87
4.4 A comunidade do Cedro	90
4.5 Quem são as mulheres do Cedro	92
4.6 Produção de sentido sobre os enfrentamentos cotidianos das mulheres na comunidade do Cedro.....	93
4.7 Conclusões	101
4.8 Referencias	102

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **104**

6 REFERÊNCIAS **109**

7 ANEXOS **118**

ÍNDICE DE FIGURAS

INTRODUÇÃO GERAL	17
Figura 1. Mapa de Localização da cidade de Mineiros	27
Figura 2. Mapa de localização da comunidade do Cedro.....	30
ARTIGO: O COTIDIANO E A INVISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO CEDRO: UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA, TRABALHO E CONHECIMENTO TRADICIONAL	
.....	38
Figura 1. Aproximação do perímetro Urbano da cidade de Mineiros com a Comunidade do Cedro	47
Figura 2. Mãe e filha engarrafando e etiquetando vidros de xarope no interior do Centro de Plantas Medicinais do Cedro- Mineiros Go.....	51
ARTIGO: QUINTAIS PRODUTIVOS: ESPAÇOS DE SABERES EM BUSCA DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA NA COMUNIDADE DE QUILOMBOLAS DO CEDRO EM MINEIROS- GO	
.....	59
Figura 1. Demonstração de horta em área de quintal na comunidade do Cedro	75
Figura 2. Canteiros da horta comunitária da comunidade do Cedro	76

ÍNDICE DE TABELAS E QUADRO

INTRODUÇÃO GERAL	17
Tabela 1. Pontos turísticos de Mineiros- Go	28
ARTIGO: O COTIDIANO E A INVISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO CEDRO: UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA, TRABALHO E CONHECIMENTO TRADICIONAL	38
Quadro 1. Situação dos domicílios quilombolas	43
ARTIGO: AS MULHERES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO CEDRO: UMA ETNOGRAFIA ENTRE O CAMPO E A CIDADE	73
Tabela 1. Remanescentes de quilombolas da comunidade do Cedro Cursando nível superior	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA- Associação Brasileira de Antropologia

ANMTR-Articulação Nacional de Trabalhadoras Rurais

CAPES- Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAA- Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas

CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DCB- Documentação Civil Básica

DGM BRASIL- Fundo de apoio aos Povos do Cerrado

FAO- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FCP- Fundação Cultural Zumbi dos Palmares

FCO- Fundo Constitucional do Centro-Oeste

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Reforma e Colonização Agrícola

MOPS- Movimento Popular da Saúde

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

RCN- registro Civil de Nascimento

SEPPIR- Secretária Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial

SISAN- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

POPMR- Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais

PROVAP- Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

PPA- Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPIGR- Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia

PNDTR- Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PRODECER- Programa Cooperativo Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

PRONATER- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENFRENTAMENTOS COTIDIANOS DAS MULHERES DA COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO CEDRO- MINEIROS-GO

AUTOR: ALINE GRIGÓRIO DA SILVA

ORIENTADOR: PROF^a. DR^a. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

CO-ORIENTADOR: PROF^a. DR^a. JESIEL SOUZA SILVA

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma investigação sobre as práticas cotidianas, vivências cotidianas, enfrentamentos e realidade das mulheres da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, em Mineiros - Go. Este estudo foi realizado na região sudoeste de Goiás, área dominada pelo agronegócio, responsável pela produção de *commodities* com alto emprego de tecnologias. É neste cenário que a comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro está inserida. As comunidades quilombolas estão espalhadas por todo território brasileiro, lutando e resistindo para conseguir se manter em seus territórios. As mulheres são as principais responsáveis pela manutenção dos traços identitários da comunidade, que estão diretamente ligados à relação que os moradores estabeleceram ao longo dos anos com o cerrado e as plantas medicinais. A metodologia para responder aos objetivos desta dissertação teve caráter qualitativo e foi desenvolvida com base na Etnografia, uma metodologia antropológica que permitiu uma aproximação do grupo estudado. Durante o trabalho de campo, a coleta de dados foi feita a partir de entrevistas semiestruturadas com auxílio do caderno de campo, que foi fundamental para o registro da impressão de pesquisador. Observou-se que as mulheres da comunidade aumentaram sua participação no mercado de trabalho, mas que continuam à frente da família. Foi possível averiguar que estão acontecendo transformações nos padrões de valores relativos ao papel sociocultural da mulher. As mulheres têm se dividido entre o espaço doméstico, social e político, demonstrando engajamento para assumir papéis de liderança dentro e fora da comunidade.

Palavras-chave: Quilombolas. Saberes Tradicionais. Trabalho da Mulher. Soberania Alimentar. Plantas Mediciniais.

EVERYDAY COURSES OF WOMEN OF THE COMMUNITY OF REMANESCENTES OF QUILOMBOLAS IN CEDRO- MINEIROS-GO

AUTHOR: ALINE GRIGORIO DA SILVA

ADVISER: PROF^a. DR^a. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

CO-ADVISER: PROF^a. DR^a. JESIEL SOUZA SILVA

ABSTRACT

This study was carried out in the southwestern region of Goiás, an area dominated by agribusiness. The objective of this study was to investigate daily practices, daily experiences, responsible for the production of commodities with high employment of technologies. It is in this scenario that the community of quilombola remnants of the cedar is inserted. The quilombola communities are scattered throughout the Brazilian territory, fighting and resisting to be able to remain in their territories. women are the main responsible for maintaining the identity traits of the community, which are directly linked to the relationship that residents have established over the years with the cerrado and medicinal plants. The methodological process to answer the objectives of this dissertation had a qualitative character and was developed based on Ethnography a methodology that allowed an approximation of the studied group, during the field work the data collection was made from semistructured interviews with the help of the field notebook which was fundamental for the registration of the researcher impression. It was noted that women in the community increased their participation in the labor market, but that it continues to lead the family. It was possible to find out that transformations are taking place in the patterns of values related to the sociocultural role of women. Women have been divided between domestic, social and political space. Demonstrating engagement to take leadership roles within and outside the community.

Keywords: Quilombolas. Traditional Knowledge. Women's Work. Food Sovereignty. Medicinal plants.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho começou a ser delineado após o meu ingresso no Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural no ano de 2017. Inicialmente, meu projeto de pesquisa trazia uma proposta para outra temática. O interesse pelo tema mulheres quilombolas surgiu a partir do relato de experiências já vivenciados em outros trabalhos desenvolvidos com comunidades quilombolas.

Contudo, não foi meu objeto de interesse para ingressar no PPGADR. Em conversas com minha orientadora sobre minhas experiências, ela se empolgou com minha experiência de ter coletado dados na comunidade Cedro e me perguntou se eu não gostaria de desenvolver uma pesquisa sobre gênero nessa comunidade. Eu gostei muito da ideia e, assim, fomos motivadas pelo interesse em conhecer as experiências, histórias de vida e estratégias de vida, trabalho e produção, desenvolvidas pelas mulheres da comunidade de remanescentes de quilombola do Cedro.

Após reflexões sobre o tema, decidimos que esse seria o assunto central do meu trabalho. Inicialmente, a pesquisa foi marcada pelo desafio de iniciar a escrita de um novo projeto de pesquisa; a partir daí, a aproximação do tema foi acontecendo gradativamente. Várias disciplinas ministradas no primeiro semestre de 2017 favoreceram o amadurecimento das ideias. Essa aproximação do tema permitiu que fossem elaborados os questionamentos sobre a vida das mulheres da comunidade do Cedro, norteando a pesquisa.

O presente estudo se propõe a trazer uma reflexão sobre o trabalho das mulheres remanescentes de quilombolas da comunidade do Cedro, com a finalidade de analisar se existe uma possível invisibilidade dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres da comunidade. Não obstante, pretende-se destacar os papéis de liderança assumidos por estas mulheres, juntamente com as dinâmicas da jornada de trabalho, enfatizando a importância das mulheres no processo de conservação dos saberes tradicionais e dos costumes passados e perpetuados através das gerações.

Mesmo diante de vários empecilhos, as mulheres da comunidade do Cedro têm ganhado destaque na atualidade, a partir da sua diversificação e qualificação, as mulheres têm lutado para conciliar as atividades desenvolvidas em casa com as atividades desenvolvidas fora do ambiente familiar. Diante desse contexto e das

transformações sofridas no ambiente das relações de gênero, buscamos saber como as principais agentes sentem e lidam com as diversidades de processos.

Nosso papel como pesquisadores é contribuir para os debates acerca do tema “mulheres e comunidades quilombolas” abordando as desigualdades que cercam os fatores sociais e econômicos. Espero com essa pesquisa auxiliar no fortalecimento das reivindicações das mulheres da comunidade do Cedro, ajustando ações afirmativas que possam contribuir para dar visibilidade às necessidades das mulheres quilombolas.

Os remanescentes de quilombo são historicamente submetidos a relações de imposição de poder e manipulação. A comunidade de quilombolas do Cedro tem sido objeto de pesquisa desde 1980, recebendo destaque nesses trabalhos o perfil histórico, cultural e social; porém, ainda não foram realizados trabalhos que dão visibilidade ao movimento das mulheres da comunidade, reconhecendo o papel econômico, social e ambiental que elas exercem no local.

A escolha da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro para a realização do trabalho e das mulheres quilombolas como objeto de pesquisa se baseia no fato de que as atividades desenvolvidas por essas mulheres podem ser invisíveis perante a sociedade, inclusive dentro do próprio quilombo, segundo alguns trabalhos acadêmicos pinçados da literatura sociológica e antropológica, como os realizados por Gusmão (1994), Leite (2008), Guedes (2017) e Lima (2017).

Dessa forma, um dos desafios deste trabalho é desvendar se essas mulheres estudadas e suas atividades cotidianas podem ser ditas “invisíveis” perante a sociedade.

Os desafios para a realização desta pesquisa foram vários. Inicialmente, a primeira preocupação era a abordagem das entrevistadas e a reação das mulheres diante das indagações sobre suas rotinas de casa e trabalho, porém, esta preocupação foi apenas inicial. O fato da comunidade do Cedro estar localizada em área de grande relevância para pesquisas em Etnobotânica, entre outras, chama a atenção de diversas instituições de pesquisas e de pessoas que fazem especulações a respeito do uso das plantas medicinais, por esse motivo, a comunidade tem adotado um mecanismo de seleção dos projetos que podem ser desenvolvidos no território da comunidade. Sendo prioridade os projetos que podem trazer retorno ou dar visibilidade à comunidade. Teoricamente, esse fato é bom para a comunidade, que tem consciência de que precisa preservar a Biodiversidade local. Este projeto foi

aceito por lideranças da comunidade e abraçado pelas mulheres da comunidade para o desenvolvimento da pesquisa.

O trabalho de campo foi desenvolvido em duas épocas distintas, na primeira ida à campo o trabalho foi marcado pela falta de transporte para chegar até a comunidade, algumas casas ficavam distantes e tinham difícil acesso, mesmo assim, o trabalho foi proveitoso. As mulheres se dividem, no seu cotidiano, entre o campo e a cidade, então, em alguns casos era difícil realizar as entrevistas, porque o tempo que tinham disponível era dedicado à realização das tarefas domésticas, por esse motivo tivemos que remarcar várias visitas.

Quando retornei a campo, a época coincidiu com o período eleitoral e o cenário encontrado era outro. Presenciei e notei a aflição e insegurança das pessoas quanto às pesquisas eleitorais, presenciei também o desabafo de um povo esquecido, as pessoas faziam indagações quanto aos candidatos, tentando obter informações que pudessem ser relevantes para as suas escolhas, no entanto, o discurso era o mesmo em várias locais da comunidade do Cedro, as pessoas relatam o esquecimento dos políticos até mesmo na época das eleições, afirmando que mesmo com a aproximação da cidade, as pessoas não iam até a comunidade nem para pedir votos.

Na escrita da dissertação, optei por organizar os materiais analisados, assim como, os resultados alcançados através da pesquisa em artigos. A dissertação abarca um Introdução e três artigos. Traz a Introdução geral da dissertação, na qual se apresenta o tema de maneira sucinta, as motivações da pesquisa e as justificativas para escolha do tema. O primeiro artigo, intitulado “O cotidiano e a invisibilidade das mulheres quilombolas do Cedro: um estudo sobre memória, trabalho e conhecimento tradicional”, é fruto dos primeiros contatos estabelecidos com a comunidade para realização do trabalho de campo. Trazemos uma introdução com referencial teórico sobre mulheres rurais, mulheres quilombolas e a conceituação do termo Quilombo. A discussão foi baseada no trabalho das mulheres com as plantas medicinais no Centro de Plantas Medicinais da Comunidade e como a memória contribui para a perpetuação dos saberes locais. O segundo artigo, intitulado, “Quintais produtivos: espaços de saberes em busca de uma alimentação saudável através da organização produtiva na comunidade de quilombolas do Cedro em Mineiros- Go”. Neste artigo abordamos os quintais produtivos e os roçados da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, produção e técnicas utilizadas. Tratamos da unidade familiar e da contribuição da produção local para a soberania alimentar das famílias.

No terceiro artigo, “As mulheres remanescentes e quilombolas do Cedro: uma etnografia entre o campo e a cidade”, buscou-se evidenciar a trajetória das mulheres da comunidade do Cedro, destacando os papéis de liderança assumidos por elas durante as jornadas de trabalho, trazemos uma abordagem etnográfica para demonstrar a articulação das mulheres na luta pela terra, na busca por qualificação e os desafios enfrentados por estarem divididas entre o campo e a cidade. E por fim, apresento as considerações finais do trabalho

Verifica-se que a academia ainda se encontra longe de esgotar as possibilidades de discursões e abordagens dentro do tem mulheres quilombolas e da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, mas, no entanto, abrimos espaço para as críticas e considerações feitas a este trabalho.

1.1 O desenvolvimento dos quilombos no Brasil

Os africanos que foram trazidos para o Brasil, sofreram agressões e opressões, além de serem comercializados como mercadoria. Essa população se rebelou contra o sistema Colonial escravista, dando origem ao movimento dos quilombos. Aqui destacaremos algumas das definições que surgiram na construção do conceito de quilombo.

A palavra quilombo é popularmente associada a escravos negros fugitivos em meio a matas, essa imagem foi difundida na literatura durante décadas. No ano de 1740 O Conselho Ultramarino Português definiu quilombo como toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles (MOURA, 1983).

Para Munanga e Gomes (2006), a palavra quilombo é originária da língua banto umbundu, falada pelo povo ovimbundo, designa um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central. Por sua vez Leite (2008) defende que, a palavra quilombo, que em sua etimologia Bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos.

Segundo Nascimento (1980) existiam dimensões que caracterizavam o movimento dos quilombos, entre elas estavam:

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo;

formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural (NASCIMENTO, 1980, p.32) .

O termo quilombo era usado quando surgia a necessidade de mencionar os grupos que eram criados por aqueles que se rebelavam ao sistema escravocrata. Especialmente ao que concerne às populações negras a fuga tendo como destino as matas consistiram em importante forma de resistência à escravização e uma das primeiras formas de constituição dos quilombos (SILVA, 2012).

A palavra quilombo se tornou o símbolo da luta pela liberdade. Conforme afirmaram Reis & Gomes (1996):

Dizer que os quilombolas são heróis é pouco, pois diminui a riqueza de sua experiência. Que sejam celebrados como heróis da liberdade, mas o que celebramos é a luta de homens e mulheres que para viverem a liberdade nem sempre puderam se comportar com as certezas e a coerência normalmente atribuídas aos heróis (REIS E GOMES, 1996, p. 23).

Colocando em evidência as particularidades dos quilombos no Brasil, Moura (1981), faz a seguinte afirmativa:

Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento do desgaste do regime servil. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse onde quer que o trabalho escravo se estratificava, ali estava o quilombo, o mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando (MOURA, 1981, p 87).

Para Silva (2012), os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito.

As comunidades de quilombolas mantinham um alto nível de interação com as comunidades vizinhas, essas interações eram baseadas nas necessidades comerciais de compra e venda, regidas pela troca de excedentes da produção. As comunidades de fugitivos, se proliferaram como em nenhum outro lugar, exatamente por sua capacidade de articulação com as logicas econômicas das regiões onde se estabeleceram (GOMES, 2015, p. 21).

Além do feijão, arroz e mandioca com fartas plantações, aproveitavam do peixe em abundância e da carne de animais silvestres, pois passavam dias caçando. Plantavam, colhiam e realizavam festas para homenagear suas colheitas. Embora importante - e símbolo das atuais comunidades remanescentes-, a agricultura não foi a única na economia quilombola. Há indicações de várias outras atividades, desde o fornecimento de lenhas à fabricação de cerâmica e cachimbos, além de outros utensílios da cultura

material nos quilombos que chegavam a ser comercializados, portanto integrados às regiões através de intermediários.

A produção dos quilombolas, era articulada de acordo com as condições geográficas dos locais onde se instalavam, a economia dos quilombolas sofria interferências locais, a partir dessas interferências nasciam a necessidade de trocas. Os quilombos estiveram presentes em vários estados Brasileiros, entre eles o mais popular e emblemático foi o quilombo de Palmares.

O quilombo de Palmares existiu entre os anos de 1645 e 1678, estando localizado na Serra da Barriga, no estado de Alagoas. O quilombo de Palmares, teve como principais líderes Ganga Zumba e depois Zumbi, sendo símbolo da resistência em busca pela liberdade.

Para Guillen (2001), não se pode afirmar com exatidão o número de habitantes de Palmares, pois a população variava de acordo com as circunstâncias do momento. Segundo estimativas de alguns historiadores, chegou em 1670 a cerca de 20 mil habitantes. Para Siqueira (1995), A organização social e política de Palmares refletia os princípios, valores, costumes, tradições e religiões de um Estado africano, com estrutura, organização, hierarquia e socialização.

Palmares, o maior quilombo Brasileiro, sobreviveu por quase cem anos, porém, passados mais de vinte dias de combate, em 20 de novembro de 1695, o grande líder Zumbi dos Palmares e seus guerreiros foram capturados e trucidados pelas tropas militares. Mesmo as autoridades coloniais usando a experiência da destruição do quilombo como exemplo para intimidar outras comunidades quilombolas em todo país, Palmares tornou - se símbolo de luta pela liberdade e exemplo a ser seguido pelos escravos (LARCHERT, 2013 p. 39).

O processo de conceituação do termo remanescentes de quilombolas, foi abordado ao longo da história tendo como critério os processos de ocupações dos territórios e os conflitos que resultaram em processos de resistência. Para Leite (2000), falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção.

A partir do ano de 1988, com a publicação da Constituição Federal, foi definido no artigo 68, o reconhecimento da propriedade da terra dos “remanescentes das comunidades dos quilombos. Após muitos séculos de opressão e resistência os quilombolas saem da posição da invisibilidade social, do silenciamento e da grilagem

de suas terras para um período de luta por paz, cidadania e dignidade (PASSOS, 2007).

Para Silva (2010), somente após 15 anos da promulgação da Constituição Federal, foram instituídas as formas legais que regularizam os procedimentos administrativos para a identificação, reconhecimento, delimitação e titulação. O Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 do Presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, regulamenta o procedimento para identificação reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória, Considera para os fins de identificação e reconhecimento como comunidades quilombolas, quem assim se identifica:

Art. 2o Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

PAR` 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

PAR` 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

PAR` 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2014, p. 1).

Apesar das tentativas de reconhecimento, as ações executadas pelo governo não são suficientes pra garantir que as comunidades de remanescentes de quilombolas, tenham assegurados seus direitos essenciais, para reproduzir seus modos de vida físicos, culturais, sociais e econômicos.

Segundo os dados da Fundação Cultural Palmares, até fevereiro de 2019, foram certificadas 2716 Comunidades como remanescentes de quilombolas. Os dados mais recentes do Cadastro único, referentes ao mês 03 de 2019, constam que o número de famílias identificadas como quilombolas na base do Cadastro Único é de 180.062, sendo que destas famílias cadastradas 126.216, são famílias quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2019).

Para chegar a estes números o cadastro único utiliza o critério de auto declaração, ao realizar ou atualizar o cadastro da família a mesma se auto declara

como remanescentes de quilombolas. A ato de declarar – se como quilombola, durante a entrevista para inclusão da família no Cadastro Único não atribui a família direitos fundiários sobre territórios quilombolas. As questões referentes a direitos fundiários são tratadas pelas instituições ligadas ao governo e não interferem no processo de cadastramento. a identificação das famílias, assim como a certificação e titulação das comunidades remanescentes de quilombolas, são indispensáveis para a efetivação de políticas públicas destinadas a categoria quilombola, o planejamento das ações são baseados nas necessidades sociais das famílias.

A busca pela promoção de ações públicas voltadas para a população negra e seus enfrentamentos nos diversos contextos sociais, econômicos e culturais, foi uma cobrança do movimento negro, a partir das reivindicações, nasceu no ano de 2003 a secretaria de Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

A Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR foi criada em 21 de março de 2003, com o objetivo de incorporar a perspectiva da Igualdade Racial nas políticas governamentais, articulando os ministérios e demais órgãos federais, Estados, o Distrito Federal e os municípios, no intuito de dar concretude à natureza transversal e intersetorial de suas ações. Tendo como missão, a promoção e articulação de políticas de igualdade racial e a superação do racismo para a consolidação de uma sociedade democrática de fato. Este princípio da SEPPIR é de suma importância para a superação do mito da democracia racial, até então vigente na ideologia social Brasileira, desta forma, esta Secretaria veio afirmar que não haveria democracia sem igualdade racial (BRASIL, 2016, p. 24).

Após a criação da A Secretária especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial/ SEPPIR em 2003, no ano seguinte foi criado o Programa Brasil Quilombola, lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Para a efetivação das ações foram criados eixos temáticos.

Eixo 1: Acesso À Terra – execução e acompanhamento dos tramites necessários para a certificação e regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas.

Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (saneamento, habitação, eletrificação e vias de acesso) construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a

sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: Direitos e Cidadania - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, junto às comunidades considerando critérios de situação de difícil acesso, impactos por grandes obras, conflitos agrários, sem acesso a água e/ ou energia elétrica e sem escola (BRASIL, 2013, p. 10).

A partir dos eixos citados, as comunidades quilombolas passaram ser público alvo de programas do governo, que visavam resolver problemas relacionados a serviços básicos e essenciais como, habitação, acesso a água e saneamento básico.

O Programa Brasil Quilombola, foi coordenado pela SEPPIR e representou um marco na luta quilombola, tendo em vista que a temática foi incluída na agenda governamental de forma efetiva, o programa Brasil quilombola, reuniu esforços de vários ministérios e órgãos governamentais.

A luta quilombola por reconhecimento dos seus territórios é frequentemente atacada e questionada. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239/2004, que indaga sobre o direito de propriedade das comunidades quilombolas, questionando também o seu acesso a políticas públicas, garantidos pelo Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003. A ação teve sua votação adiada várias vezes, chegando a ganhar destaque nos últimos anos, somente no ano de 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a validade do Decreto 4.887/2003, garantindo com isso, a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas. a pressão popular e mobilização dos movimentos de negros e quilombolas, teve papel fundamental nesta conquista, os movimentos foram responsáveis para que as petições a favor dos povos quilombolas ganhassem visibilidade.

Apesar dos avanços em políticas públicas direcionadas a comunidades quilombolas, a partir do ano de 2003, desde o ano de 2016 o cenário é de retrocesso neste segmento, movimentos que tentam criminalizar o direito a terra quilombola, garantido pela constituição tem crescido, juntamente com as ameaças diferidas a povos de comunidades tradicionais, espalhadas por todo território nacional.

O processo de regularização fundiária das comunidades quilombola é longo e demorado, as expectativas relacionadas ao reconhecimento, certificação e titulação desses territórios serão mais burocráticas, aumentando o tempo de espera e o número de etapas. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável pela delimitação das terras dos remanescentes das comunidades quilombolas, demarcações e titulações está agora vinculada à nova Secretaria

Especial de Assuntos Fundiários (Seaf) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que dispõe de interesses divergentes das comunidades quilombolas, defendendo a expansão de terras destinadas aos interesses de ruralistas.

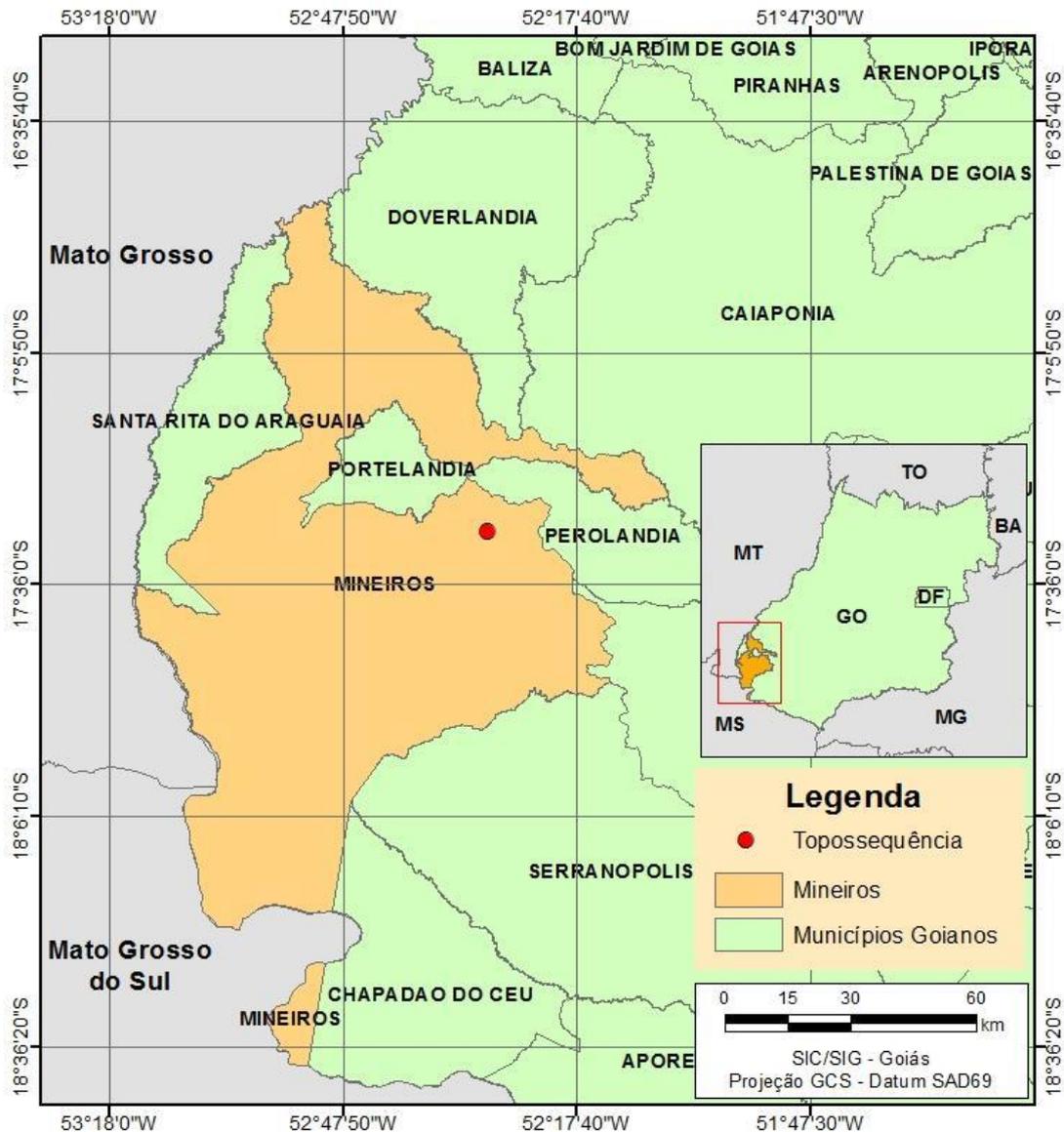
1.2 Caracterização da cidade de Mineiros- Go

Em meados de 1873, o espaço onde hoje se localiza a cidade de Mineiros, era apenas uma deserta região de Cerrado no sudoeste goiano, ainda não povoada. As primeiras famílias que ali fixaram residência foram os Carrijo de Rezende. Estas, como outras que vieram posteriormente, procediam do Estado de Minas Gerais, demandando o Oeste Brasileiro a procura de ouro e diamantes. Pouco tempo depois, descobriram ricas jazidas de diamantes às margens do rio Verde, distante 6 quilômetros da cidade (IBGE, 1958, p. 278).

O município de Mineiros está localizado na Microrregião do Sudoeste de Goiás (Figura 1), na zona do Alto Araguaia, fazendo parte da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 17° 34' 43" Sul, Longitude: 52° 32' 33" Oeste. O município se estende por 9 060,1 km² tendo uma população de 52 964 habitantes no último censo, com estimativa de 62.750 habitantes. A densidade demográfica é de 5,84 habitantes por km² no território do município (IBGE, 2010).

O município de mineiros faz divisa com as seguintes cidades: Santa Rita do Araguaia, Jataí, Portelândia, Serranópolis, Chapadão do Céu, Perolândia, Doverlândia, Caiapônia, Alto Taquarí (MT), Alto Araguaia (MT) e Costa Rica (MS), estando a 420 KM de distância da capital do estado, Goiânia.

Figura 1- Mapa de localização da cidade de Mineiros (GO)



Fonte: Souza et. al (2015)

Segundo o IBGE em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), atingiu 0,718. A taxa de escolarização da cidade de Mineiros chega a 97,3 (IBGE, 2010). O PIB per capita é de 33.809,14 R\$.

O município conta com uma rodovia federal a BR-364 e com as rodovias estaduais GO-194 e GO-306. O município de Mineiros é atravessado pela BR-364 no sentido Leste-Oeste em uma extensão de 100 km, 61 pela GO-194 com 125 km de extensão no sentido Sul-Norte, pela GO-306 com 120 km de extensão e pela GO-341 no sentido Norte-Sul em uma extensão de 125 km. (SILVA, 2010). Mineiros ostenta um dos maiores divisores de água da América do Sul, no município brotam inúmeras

nascentes d'água, formando importantes rios, como o Rio Araguaia, Rio Verde, Formoso e Jacuba (SOUZA, 2007).

A economia da cidade de Mineiros, tem como base a agricultura, especialmente voltada para o plantio de soja, milho e feijão. Também se destacam a pecuária de corte e de leite. A cidade conta com uma unidade do frigorífico MARFRIG, uma unidade da BRF Foods e uma usina sucro-alcooleira do grupo Odebrecht Agroindustrial. No ano de 1996 o município foi contemplado R\$ 75,7 milhões de recursos do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste), que se destinaram na maioria, para a atividade da agroindústria (SOUZA, 2007).

No cerrado, o Parque Nacional das Emas tem grande potencial para o turismo ecológico, ecoturismo ou turismo rural sendo apontado e explorado como uma das alternativas para o fortalecimento econômico dos municípios que abrangem o parque, assim como os municípios vizinhos. A 'ema', figura principal do Parque Nacional das Emas, agora vive nas lavouras de soja. Presencia-se em cidades como Mineiros e Jataí uma enorme disparidade socioeconômica que antigamente era característica exclusiva das grandes metrópoles (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p 62).

A cidade de Mineiros tem um forte potencial para o turismo natural abrigando vários parques, cachoeiras e rios. Silva (2003) e Thiago (2010), destacaram estes atrativos turísticos, mostrando a distância entre os pontos e o centro da cidade. A Tabela 1, a seguir, mostra os tipos de pontos turísticos da cidade de Mineiros como nomes e distância do centro da cidade.

Tabela I- Pontos turísticos de Mineiros (GO)

PONTOS TURÍSTICOS DA CIDADE DE MINEIROS		
Tipo	Nome	Distância do centro do município
Parque	Parque Nacional das Emas	80 km
Rio	Nascente do rio Araguaia	42 km
Medicina natural	Comunidade do Cedro	0 5 km
	Cachoeira do Rio Verde	32 km
Cachoeira	Cachoeira Dois Saltos	75 km
	Cachoeira Sucuri	20 km
	Cachoeira Pinguela	20 km
	Cachoeira do Zé Carlos	68 km
	Cachoeira Invernadinha	30 km

	Cachoeira dos Coqueiros	07 km
	Cachoeira do Altonir	69 km
	Cachoeira das Perdizes	19 km
	Cachoeira do Clerito	19 km
	Cachoeira do Rio Verde	05 km
Mina e cachoeira	3 Pilões	39 km
Lago	Lago Azul	44 km
Rio	Acampamento Salmo 23	35 km
Fazenda	Fazenda Serra do Portão	64 km
	Chapada do Pingo Fogo	56 km
Chapada	Pedra Parada	65 km
	Chapada da Luz	78 km
	Casa de Pedra do 71	55 km

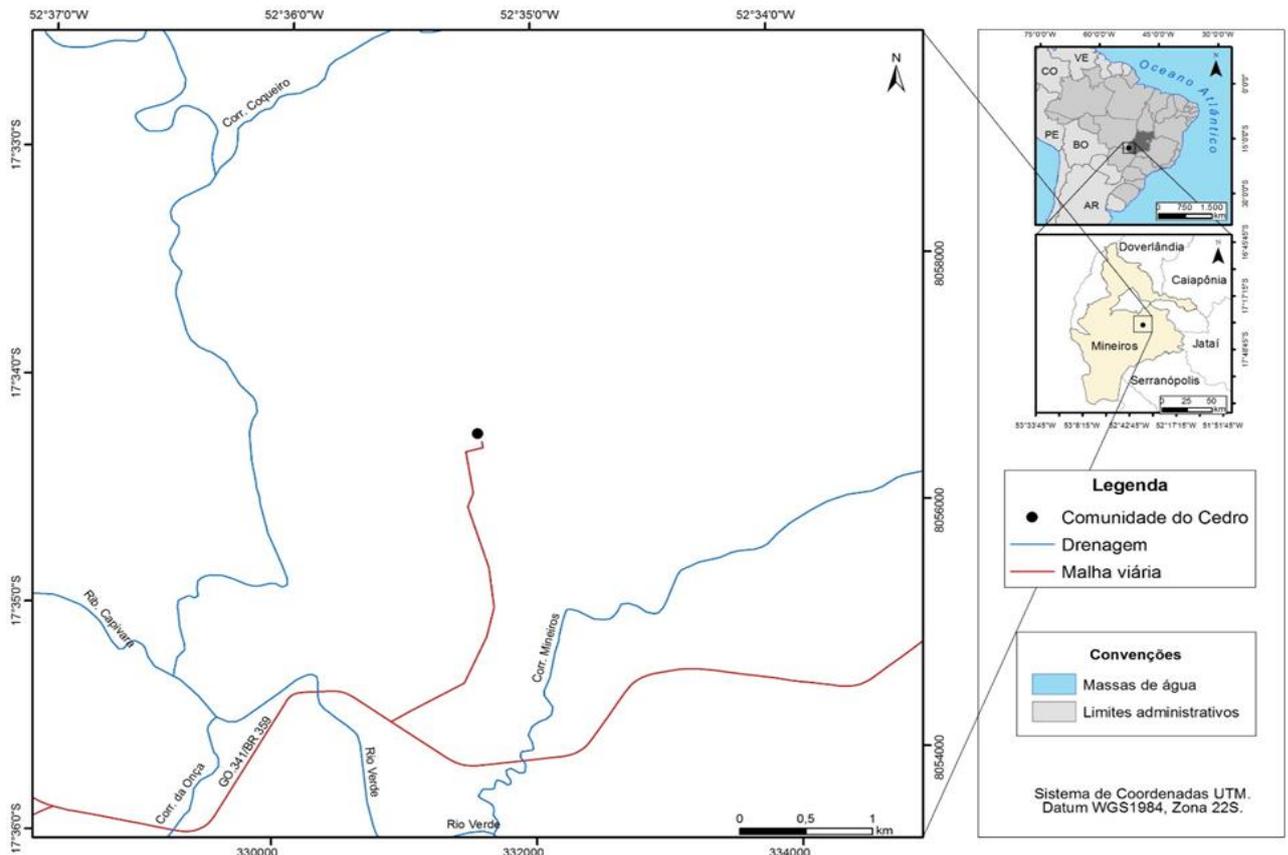
Fonte: Silva (2013). Adaptada pela autora

1.3 Área de estudo

A comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, está localizada na região do Sudoeste de Goiás, situada na zona rural do município de Mineiros, que está a 425,8 km de Goiânia, sendo a BR-060 A via de ligação entre as duas cidades. O Cedro ficou conhecido nacionalmente pelo trabalho dos seus moradores desenvolvido através do Centro de Plantas Medicinais do Cedro, que desenvolve remédios com plantas medicinais, baseado no conhecimento tradicional.

A Figura 02 mostra o mapa de localização da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro em Mineiros Goiás.

Figura 02- Mapa de localização da comunidade quilombola do Cedro



Fonte: Sistema Estadual de Geoinformação (SIEG). Organização: Queiroz Junior, 2014.

Para Silva (2013) a comunidade do Cedro, é um grupo social centenário, constituído em sua maioria por negros, descendentes de escravos, que se reconhecem como portadores de uma identidade baseada na mesma.

Os primeiros registros da origem da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, dizem que ela foi formada em 1885, estabelecida em parcelas de terras compradas por um escravo, que trabalhou durante dias santos e domingos para comprar a sua liberdade e da sua família. Chico Moleque adquiriu uma gleba de terras da fazenda Flores do Rio Verde, que na época fazia parte do Município de Jataí, no estado de Goiás (SILVA, 2013).

Enfim, pelos dados obtidos no Cartório de Registro Geral de Imóveis, se conclui que a fazenda das Flores do Rio Verde, onde se localiza hoje o povoado do Cedro, no ano de 1957 perfazia um total de 30. 16'1 alqueires. Em 1885, Chico Moleque, Francisco Antônio de Moraes, compra uma parte das terras. Não encontramos transcrito o total adquirido (Baiocchi, 1983, p. 85).

Baiocchi (1983), destacou que o Cedro tinha uma população de 232 habitantes, prepondera o sexo feminino com 129 indivíduos sobre 103 do sexo masculino, em sua maioria jovens.

A população da Comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, sofreu variações no decorrer dos anos, conforme apontado por Iores e Pio (1999), entre a década de 1977 e 1997 a população local diminuiu, as autoras apontaram também uma queda na qualidade de vida. Em termos populacionais, a comunidade do Cedro sofreu um decréscimo na ordem de 36% em 20 anos, (1977- 1997), e em termos de qualidade de vida, em decorrência da dependência da cidade houve uma acentuada pauperização (IORES E PIO 1999).

Os dados populacionais mais recentes, são do ano de 2016, onde o número de moradores se aproxima do que foi constatado por Baiocchi (1883); no entanto, vale ressaltar que a população da Comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro sofre variações constante, influenciadas pela aproximação da cidade de Mineiros que facilita as mudanças entre campo e cidade e a venda de lotes.

Poderia- se dizer que se trata de um bairro da cidade, não fosse a comunidade ainda guardar características tradicionais da vida rural vivenciada por seus habitantes. O povoado atualmente nesse ano de 2016, conta com 70 propriedades (chácaras), abrigando ao todo 78 famílias, somando no total, 237 Cedrinos, sendo 127 homens e 110 mulheres desse total de 145 moradores, são remanescentes do quilombo e outros 92 moradores são pessoas que adquiriram as chácaras de quilombolas ou que moram de aluguel em propriedades que ainda pertencem aos antigos negros do Cedro (BRETAS, 2016, p. 28).

Através dos dados de Bretas (2016) é possível afirmar que o número de habitante se manteve estável, porém tem aumentado o número de pessoas que adquirem lotes na área da comunidade, mas que não tem vínculo identitário com a comunidade de Remanescentes de quilombolas do Cedro.

1.3.1 Aspectos religiosos e culturais da comunidade de remanescentes de Quilombolas do Cedro

Na comunidade do Cedro, a identidade de remanescentes de quilombolas, está diretamente relacionada ao contexto histórico do surgimento da comunidade. O parentesco com algumas famílias que são consideradas como tradicionais da

comunidade é sempre mencionado como uma maneira de ressaltar o sentimento de pertencimento a comunidade.

Esse fato faz com que esse conjunto de famílias extensas se confunda com uma grande parentela, que por sua vez, pela expressividade numérica de seus membros se, quase se confunde com a população do povoado (BAIOCCHI, 1983, p. 110).

O resgate da memória é indispensável no processo construtivo da identidade quilombola. Visto que em geral se tratam de comunidades iletradas, de forte tradição oral e que encontram na reinvenção de suas identidades uma oportunidade de recriação historiográfica (SILVA, 2012).

A luta pelo reconhecimento identitário é cercada de elementos materiais e simbólicos, estes elementos são atemporais e resistem e se reinventam, frente as relações com a sociedade. Segundo Santana (2008), a identidade quilombola: Assim sendo, o ser quilombola é reelaborado no processo político, no qual, direitos são construídos e ampliados.

Durante a escravidão os negros passaram por transformações culturais e religiosas. Esta cultura de resistência, que parece amalgamar no seio da cultura dominante, no entanto desempenhou durante a escravidão um papel de resistência social (MOURA, 1992).

Assim, é possível afirmar que a cultura, as formas de vida, os costumes, transmitidos com o passar do tempo destas comunidades têm sido importantes para a formação da identidade. É preciso atentar-se para que a ação do tempo não destrua traços originais que asseguram a identidade de um grupo. Sobretudo se essa “memória identitária” é condição de sobrevivência de uma comunidade. (TEIXEIRA, 2010, p. 49).

Na comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, as manifestações culturais estão relacionadas as festas tradicionais que acontecem dentro do território da comunidade. As principais festas comemoradas na Comunidade estão relacionadas a etnia de origem da comunidade, as manifestações culturais são muito importantes e comemoradas anualmente.

Segundo um dos líderes da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, em depoimento colhido através de entrevista. Essa data sempre faz os descendentes de escravos lembrarem das lutas que eles ainda precisam travar para ter os seus direitos garantidos. Ressaltando que há alguns anos atrás as

comemorações eram concentradas no dia 13 de maio, dia da Libertação da escravidão. Porém, eles decidiram mudar a data da festa porque fizeram uma reflexão e para eles a libertação da escravidão foi uma luta dos negros e não um direito dado pelos brancos.

A festa da consciência negra é conhecida em toda a região, atraindo pessoas das cidades circunvizinhas e de outras comunidades que aproveitam a ocasião para compartilhar ideias, saberes e histórias. A festa é também uma oportunidade para as pessoas que já moraram na comunidade retornarem e visitar as pessoas que ainda estão por lá.

Silva (2010, p. 95) enfatiza que os cedrinhos são festeiros, suas festas religiosas ou não, exercem grande importância em toda a região

As festas religiosas dos cedrinhos são muito conhecidas em Mineiros e região, reunindo muitos fiéis na comunidade, comemoradas com novenas, danças, rezas, fogueiras, comidas, etc. Nessas festas há um grande deslocamento de pessoas da área urbana e das fazendas vizinhas para o Cedro. Os preparativos das festas cedrinhas começam vários dias antes das festas e são carregados de expectativas.

A abertura da festa conta com a missa Afro, essa celebração se diferencia dos rituais comuns por ter elementos como a dança, música alegre, oferta de alimentos e o uso de vestes mais coloridas. A decoração é feita com plantas e flores do cerrado, durante os ritos são feitas apresentações com alimentos que são colhidos pelos quilombolas, simbolizando a fartura da colheita. A programação da festa tem espaço dedicado a história da comunidade, contando com a exibição do documentário Negros do Cedro, que foi produzido sob a direção de Manfredo Caldas e teve seu roteiro baseado no trabalho desenvolvido pela antropóloga Mari de Nazaré Baiocchi, o documentário conta a história dos descendentes de Chico Moleque segundo os moradores mais velhos. Um dos momentos mais marcantes da festa é a encenação da dança do Quilombo, ou dança guerreira. A dança é feita pelos jovens da comunidade.

Para Reis (1996, p. 2), o Quilombo é uma dança dramática popular de origem alagoana, cujas primeiras notícias remontam a primeira metade do século XIX.

a dança possui uma dramaturgia histórica, ou seja, conta a história de luta entre índios guerreiros e negros quilombolas, e revela uma situação em que é necessário controlar a resistência negra a escravidão, mais precisamente, impedir que estes se organizem em torno dos quilombos.

Segundo Fernando (2010), a dança representa a luta no início da comunidade contra os índios e representa a luta que os quilombolas têm para conseguirem seu espaço no município, sua afirmação enquanto negro.

As mulheres são responsáveis por organizar o cardápio e fazer a comida que é servida na festa, devido ao grande número de pessoas, geralmente é feito feijoada ou galinhada, além de pratos com ingredientes do cerrado. Os Cedrinós têm grande apreço por música, a festa é finalizada com baile dançante. As despesas da festa são pagas com o valor arrecadado com a venda da comida e bebida e com doações.

A festas da Comunidade do Cedro mantiveram por vários anos uma forte ligação com a religião. A capela de Nossa Senhora de Abadia, erguida na comunidade, foi uma parceria entre a igreja Católica e a comunidade, os homens da comunidade trabalharam na construção da capela no ano de 2006. Thiago (2010), afirma que: As festas, principalmente as tradicionais, eram realizadas no barracão da Igreja Católica Nossa Senhora da Abadia.

A festa da padroeira da comunidade, Nossa Senhora de Abadia, era comemorada em agosto, costumavam acontecer três dias de festa em homenagem a Santa, há alguns anos atrás a festa deixou de acontecer, a capela estava fechada e as missas que aconteciam uma vez por mês deixaram de ser celebradas.

Bretas (2016) destaca em seu trabalho a iniciativa de um casal, que voltou para comunidade, reabrindo a capela e está tentando resgatar a participação das pessoas, com a ajuda de pessoas ligadas a igreja católica.

A capela de nossa Senhora D' Abadia foi novamente reaberta depois da volta de um casal quilombola que vivia em São Paulo e fazia parte da pastoral Afro da capital. Aos poucos o casal foi organizando algumas celebrações da missa afro com a ajuda de pessoas da pastoral, que vinham com o objetivo de estimular a comunidade a organizar suas próprias missas. (BRETAS, 2016, p. 49).

O tempo que a capela ficou fechada, influenciou na busca por outras religiões. Thiago (2010), afirmou ter averiguado que foi que alguns moradores passaram a frequentar também as religiões como o cristianismo protestante, denominadas por eles como "igrejas evangélicas ou crentes", justificada principalmente pela inatividade da igreja católica da comunidade.

A partir dos trabalhos acadêmicos realizados na Comunidade do Cedro, podemos fazer um registro temporal sobre como as preferências religiosas foram

mudando na comunidade. De acordo com Baiocchi (1983) na comunidade do Cedro, coexistem dois tipos de catolicismo: o oficial e o popular. Os cedrinos católicos elegem seus ritos e santos de acordo com suas necessidades, podendo essas ser de ordem emocional, social ou econômica.

As religiões de matriz africana, ainda estão presentes na comunidade, em números menos expressivos, porém ainda são encontradas pessoas que afirmam terem vínculos com as religiões de matrizes africanas.

A comunidade de remanescentes de quilombola do Cedro, tem uma boa relação com o meio ambiente, essa relação é contemplada pela preocupação das pessoas em preservar os fragmentos de cerrado que existem na comunidade, essa consciência ambiental faz parte da história da comunidade. No entanto a comunidade não tem um planejamento para a manutenção das áreas de preservação permanente, esse fator associado aos loteamentos, tem desencadeado ações impensadas que estão impactando diretamente na disponibilidade dos recursos hídricos na localidade. As áreas de preservação permanente (APP), na comunidade do Cedro são individuais, sendo responsabilidade do dono do lote definir a área destinada a APP. É possível notar que em alguns lotes não tem área destinada a APP, devido ao tamanho do lote e a quantidade de construções em pouco espaço.

Já foram desenvolvidos na área da comunidade vários projetos que visam contribuir para a preservação dos saberes tradicionais locais, valorizando a biodiversidade, entre esses projetos, está o intitulado “recuperação de nascentes, da mata ciliar do curso de água e de áreas degradadas às margens do Córrego Cedro”. O projeto tem como objetivo recuperar 20 nascentes que estão degradadas. O projeto foi selecionado por meio de um edital realizado pela DGN Brasil, (Fundo de apoio aos Povos do Cerrado) que apoia e financia, projetos destinados à conservação dos recursos naturais do bioma Cerrado.

O DGM é executado pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), e dirigido pelo Comitê Gestor Nacional, que conta com representantes dos Povos do Cerrado e integrantes do Governo Federal. As atividades realizadas são custeadas por fundos do Banco Mundial. A proposta foi escrita e submetida com a participação de membros da comunidade. A sensibilização das pessoas que formam a comunidade do Cedro, quanto a importância da preservação dos recursos naturais é um fator determinante para que o projeto tenha sucesso e consigam recuperar as nascentes, conseguindo assim amenizar problemas ambientais.

Os primeiros resultados do projeto já são visíveis nas áreas de nascentes protegidas, em algumas nascentes que haviam secado já se pode notar a água brotando. O projeto está em andamento, já foram cercadas 25 nascentes, sendo o próximo passo, a realização do diagnóstico das áreas para depois seguir com a plantação das mudas.

O processo de modernização da agricultura nos países subdesenvolvidos no pós segunda guerra mundial, tinha como objetivo erradicar a fome nestes países, partindo do pressuposta de que a fome era consequência da baixa produção de alimentos, que estava relacionada as técnicas arcaicas que eram empregadas no processo produtivo, tendo como consequência a pouca oferta de produtos para o consumo humano e alto preço dos produtos disponibilizados, acreditando que investimentos feitos no setor agrícola pudesse resolver o problema da fome o governo passou a investir na modernização da agricultura.

Em meados da década de 1950, esse processo de modernização da agricultura começou a ser disseminado no mundo, porem no Brasil esse movimento ganhou força e se popularizou a partir da década de 1970, tendo como característica o emprego de pacotes tecnológicos, que englobavam o uso de fertilizantes, adubos na correção do solo, sementes como material genético modificados, uso intenso de agroquímicos e a dependência de fatores exógenos.

As consequências da Revolução Verde foram inúmeras, abrangendo desde aspectos sociais a econômicos, foi nesse período que tivemos um aumento significativo de desemprego estrutural, perda de propriedade de pequenos produtores e grandes dividas de credito rural, estes entre outros fatores contribuíram para o êxodo rural.

Para Estevam (1997), o êxodo rural em Goiás foi espantoso na década de 1980, mesmo com relação ao fenômeno em nível nacional, e a sua urbanização, embora em ritmo mais acelerado, refletiu tendência constatada no país. O autor ainda enfatiza, que:

A redistribuição urbano/rural foi mais intensa no estado em função da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, da valorização das terras, da apropriação fundiária especulativa e ainda tendo em vista a legislação que institui direitos trabalhistas para os antigos colonos levando os fazendeiros a preferir “expulsá-los” a obedecer às normas legais (1997, p. 185)

Os impactos caudados pelo agronegócio nos biomas são mascarados por dados econômicos relacionados a alta na produtividade. A transformação do rural em agrícola mecanizado em um período histórico tão curto gerou impactos econômicos, sociais, culturais e espaciais que podem ser claramente percebidos. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 62).

Segundo Chaveiro e Barreira (2010), o Cerrado ocupa importante lugar na economia do país, assim como continua sendo uma promessa de riqueza, especialmente com os rompantes de novos vetores econômicos baseados na transgenia e na indústria farmacológica.

Áreas que eram ocupadas por agricultores e pecuaristas tradicionais, deram espaço para grandes produtores de grãos quem em muitos casos vinham de outros estados onde se desfaziam dos seus bens para investir em terras na região do sudoeste goiano, assim modificando a paisagem do Cerrado e a organização social do local, que passavam a ter suas relações de submissão a estes novos atores locais que tinham poder aquisitivo.

Pelá e Mendonça (2010), ressalta, que as antigas paisagens do Cerrado foram sendo modificadas e transformadas predominantemente em campos despovoados de gentes, mas povoados de densas técnicas, malhas, redes representadas por meio das monoculturas. Para Chaveiro e Barreira (2010), além do pacto entre a elite local e o Estado nacional, a investida geopolítica teria que colocar em cena os atores hegemônicos exteriores, como é o caso do Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER).

O PRODECER promoveu o assentamento de agricultores experientes do Sudeste e Sul do país na região do Cerrado. Este programa, iniciado na década de 1980 e Minas Gerais, expandiu-se para Goiás e Mato Grosso do Sul em 1987. Inocêncio (2010, p. 123) explica:

Os “espaços da pressa”, no Cerrado, incorporados pelo PRODECER, possuem um conjunto de redes que permitem, no primeiro momento, a instalação dos projetos de colonização. Tais áreas funcionam sob um regime obediente à área da ação.

Os “espaços da pressa”, no Cerrado, incorporados pelo PRODECER, possuem um conjunto de redes que permitem, no primeiro momento, a instalação dos projetos de colonização. Tais áreas funcionam sob um regime obediente à lógica distante, Japão, externa em relação à área da ação. Mas essas lógicas internas, regulações locais ou nacionais só foram passíveis de realização porque o aparelho estatal criou as condições necessárias para sua instalação.

Essa expansão da fronteira agrícola foi influenciada pela progressiva diminuição de geração de empregos no campo, fruto da implantação de pacotes tecnológicos, que empregavam maquinário e insumos agrícolas.

2 ARTIGO: O COTIDIANO E A INVISIBILIDADE DAS MULHERES QUILOMBOLAS DO CEDRO: UM ESTUDO SOBRE MEMÓRIA, TRABALHO E CONHECIMENTO TRADICIONAL

Aline Grigório da Silva¹
Janice Rodrigues Placeres Borges²
Jesiel Souza Silva³

RESUMO:

O objetivo deste artigo é descrever como as mulheres da comunidade quilombola do Cedro, GO, Brasil, articulam trabalho e saberes tradicionais, por meio da produção de medicamentos, manuseando plantas medicinais do Cerrado. Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas e dados primários e secundários. A reflexão sobre os resultados encontrados possibilita afirmar que as mulheres têm o papel de maior relevância nas comunidades em que se inserem, por guardarem e transmitirem a memória ancestral e saberes tradicionais. No caso das mulheres cedrinhas, a produção de remédios mobiliza uma memória associada ao campo étnico quilombola, fortalecendo-o. Contudo, os resultados também ressaltam a existência de uma grande lacuna de trabalhos científicos sobre o tema tratado, quanto às formas possíveis de patrimonialização da cultura local.

Palavras-chave: Trabalho da mulher. Quilombola. Saberes tradicionais. Visibilidade

¹ Mestranda do Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Rural. PPGADR- Universidade Federal de São Carlos UFSCar, Campus Araras. Rod. Anhanguera km 174- SP 330

² orientadora; graduada em Ciências Sociais pela UNESP, possui Mestrado em Ciências Sociais pela UFSCar, Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pelo CRHEA/USP e Pós-doutorado em Medicina Social, pela FMRP/ USP. Docente do Centro de Ciências Agrárias CCA- Departamento de Tecnologia Agroindustrial e Socio Economia Rural- DTAISER-Universidade Federal de São Carlos UFSCar. Rod. Anhanguera km 174- SP 330.

³ Co orientador; graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas pela Universidade Federal de Lavras. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos/EMBRAPA Meio Ambiente. Doutor em Geografia-Gestão Territorial e Ambiental pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília- IH-UnB. docente do Instituto Federal Goiano- campus Rio Verde. Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural Rio Verde - Go

ABSTRACT:

The objective of this article is to describe how the women of the quilombola community of Cedro, GO, Brazil, articulate work and traditional knowledge, through the production of medicines, handling medicinal plants of the Cerrado. Therefore, a qualitative approach was chosen. The reflection on the results found makes it possible to affirm that women play a greater role in the communities in which they are inserted, because they keep and transmit the ancestral memory and traditional knowledge. In the case of women cedrinhas, the production of remedies mobilizes a memory associated with the ethnic quilombola field, strengthening it. However, the results also point to the existence of a large gap in scientific work on the subject of possible patrimonialisation of the local culture.

Keywords: Women labour. Quilombo. Traditional knowledge. Visibility.

2.1 Introdução

A realidade da mulher rural é complexa e cercada de definições místicas sobre seu trabalho. Mesmo estando envolvida nas atividades de finalidade econômica, a mulher passa despercebida quando a questão é mérito do seu trabalho, uma vez que a sociedade considera a mulher como uma mera ajudante do esposo que é considerado o líder da família.

Contudo, quando se trata de mulheres quilombolas, a realidade fica mais complexa, porque temos que primeiramente entender o seu papel a partir de sua presença nas comunidades quilombolas, compreendendo suas lutas, memórias e saberes.

Geralmente o trabalho realizado pelas agricultoras nas unidades produtivas e nas comunidades rurais no âmbito produtivo é visto como “ajuda” ao marido ou à família, mesmo quando as agricultoras trabalham tanto quanto seus maridos ou executam as mesmas atividades. Por muitas vezes, nestes espaços, o seu trabalho é considerado como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias, um trabalho concebido como uma ajuda, decorrente também do ocultamento do trabalho delas (BUTTO, 2011).

Esta situação de invisibilidade social da mulher contribui para reforçar a desigualdade de gênero no campo. No meio rural está presente um rígido e severo controle familiar e comunitário, principalmente em relação às mulheres, relacionados com a moral sexual e familiar. Os homens são destinados prioritariamente às atividades vinculadas à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva

(FARIA, 2009).

As mulheres quilombolas enfrentam uma realidade não muito distinta das outras mulheres do campo. De acordo com Souza e Araújo (2014), existem casos em que o espaço ocupado por mulheres na comunidade gera novas perspectivas, rompendo com a invisibilidade e retomando a história passada, mas nem sempre é assim, e em tantos outros a participação feminina é precária.

O objetivo deste artigo é analisar descrever como as mulheres da comunidade quilombola do Cedro, GO, Brasil, articulam trabalho e saberes tradicionais, por meio da produção de medicamentos, manuseando plantas medicinais do Cerrado, analisando por meio de uma revisão bibliográfica e observação não participante, sobre temas a serem sistematizados e refletidos, buscando aprofundamento e compreensão do objeto de estudo.

2.2 Materiais e métodos

O presente estudo está fundamentado em uma análise qualitativa, onde apresentamos, a seguir bibliografias de algumas áreas de conhecimento: história, economia, saúde pública, sociologia, geografia e antropologia, que abordam os temas: quilombo, mulheres quilombolas, trabalho da mulher quilombola, tendo como referencial empírico o Quilombo do Cedro. Entre os principais autores, estão: Faria (2009); Ioris e Pio (1999); Amorozo (2002); Almeida (2016); Diegues (2001); Gomes (1995), e Gusmão (1994).

Na fase inicial, foi feita a classificação dos materiais, através de uma leitura exploratória, com a intenção de verificar informações, dados e conceitos, que apresentassem relevância para os temas discutidos.

Foram abordados, dados secundários, extraídos de plataformas digitais e bancos de dados de vários órgãos institucionais, como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação Cultural Zumbi dos Palmares (FCP) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O processo investigativo foi de natureza qualitativa, por atuar em ações humanas carregadas de significados, valores, crenças, opiniões e representações. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações,

crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações. (MINAYO, 2009).

Por auxiliar na busca pela compreensão dos fatos relacionados a comunidade estudada, o método escolhido para a realização do trabalho de campo, foi a Observação não Participante, por proporcionar uma aproximação da comunidade buscando entender a organização das atividades desenvolvidas. Para a obtenção de informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres envolvidas nas atividades do Centro de Plantas Medicinais da comunidade do Cedro, as entrevistas aconteceram durante o dia de trabalho de cada entrevistada no Centro de Plantas Medicinais, fato que favoreceu a observação. Foi respeitado o tempo e disponibilidade das entrevistadas.

2.3 Comunidades quilombolas

As comunidades que são reconhecidas como remanescentes de Quilombolas, surgiram de uma multiplicidade de ações caracterizadas por atos de coragem que coincidiam em fugas para terras que eram livres e de difícil acesso o que contribuía para a segurança dos fugitivos, outras comunidades foram construídas em áreas hereditárias e assim a partir da permanência na terra iam se erguendo novos territórios.

Descendentes de escravos negros, os quilombolas sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas por outros proprietários. Vivem, em geral, de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, variando de acordo com as regiões em que estão situados. (DIEGUES, 2001, p. 58).

Viver *na* e *da* terra é algo essencial para os povos de comunidades tradicionais, visto que é na terra, que grande parte destas pessoas construíram suas histórias de vida, assim como, seus antepassados.

A literatura traz várias definições para remanescentes de quilombolas. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ressaltou no ano de 1997 que as comunidades remanescentes de quilombo não poderiam ser definidas somente por termos biológicos e raciais, considerando que:

As comunidades rurais negras remanescentes de antigos quilombos devem ser conceituadas como coletividades que possuem padrões culturais próprios, transmitidos e adaptados por cada nova geração, permitindo assim

aos seus membros definir com precisão os limites sociais do grupo (Associação Brasileira de Antropologia, 1997, p. 83).

No entanto, alguns autores consideram o termo “remanescente” como um insulto ao histórico destas comunidades. Nesta mesma linha Silva (1999), considera o termo “remanescente” como considerado pejorativo por desmerecer o processo histórico que marcou essas comunidades.

Neste artigo, usamos o termo remanescentes de quilombolas quando nos referimos à Comunidade do Cedro por ser o termo auto atribuído por seus membros na ocasião de seu reconhecimento como tal, de acordo com o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, conforme a seguir:

Decreto 4.887/03 que conceitua, em seu artigo 2º, as comunidades quilombolas ou remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade (BRASIL, 2003, p.1).

Os dados existentes sobre as comunidades remanescentes de quilombolas ainda não conseguem traçar com exatidão um panorama sobre os aspectos socioeconômicos, alimentares, organizacionais, e culturais destas comunidades.

A Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial, do Ministério dos Direitos Humanos disponibilizou, através do Guia de políticas públicas para comunidade Quilombolas do Programa Brasil Quilombola, dados a respeito da população quilombola no Brasil, os números não afirmam quantas famílias remanescentes de quilombolas existem na totalidade, referindo-se apenas as famílias que estão cadastradas, sem afirmar quantas ainda não estão inclusas no Cadastro Único do Governo Federal, afirmando que:

80 mil famílias quilombolas cadastradas no Cadastro único do Governo Federal. 64 mil famílias, 79,78% do total, são beneficiárias pelo programa Bolsa Família. 74,73% das famílias quilombolas estão em situação de extrema pobreza. 92,1% autodeclaram preto ou pardo. 82,2% desenvolvem atividades de agricultura, extrativismo ou pesca artesanal. 24,81 não sabem ler. (BRASIL, 2013, p 16).

Em sua maioria, as condições dos domicílios onde moram essas famílias que se auto declaram quilombolas evidenciam uma situação de precariedade. O Quadro 1 a seguir mostra dados referentes a situação dos domicílios quilombolas, baseados em informações disponíveis sobre as famílias quilombolas cadastrados no Cadastro Único de Programas Sociais, em janeiro de 2013.

Quadro 1- Situação dos domicílios quilombolas

SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUILOMBOLAS
48,7% possui piso de terra batida.
55,21% não possui água canalizada
33,06% não possui banheiro ou sanitário
54,07% não possui saneamento adequado (15,07% possui esgoto a céu aberto e 39% fossa rudimentar)
57,98% queima ou enterra o lixo no território; e apenas 21,19% possui coleta adequada
79,29% possui energia elétrica.

FONTE: Guia de políticas públicas para comunidade Quilombolas do Programa Brasil Quilombola 2013. Adaptado por (SILVA, 2018).

Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiras de Geografia estatísticas, somente com o Censo Demográfico de 2020 serão coletados, pela primeira vez, dados demográficos dos quilombolas separadamente das comunidades tradicionais, teremos dados mais exatos sobre a demografia nos quilombos.

No geral, as famílias quilombolas vivem de atividades rurais, incluindo o roçado, o extrativismo e a pesca artesanal, numa relação harmoniosa com a natureza. Essa aproximação da natureza foi alicerçada nos movimentos de fuga, onde os negros buscavam abrigos em matas fechadas e de difícil acesso. Nestes locais onde se estabeleciam, formavam comunidades, plantavam e caçavam para suprir suas necessidades de consumo.

Gomes (2015) ressalta como os negros usufruíam destes recursos naturais, além, do feijão, arroz e mandioca com fartas plantações, aproveitavam do peixe em abundância e da carne de animais silvestres, pois passavam dias caçando. Plantavam, colhiam e realizavam festas para homenagear suas colheitas.

O Brasil foi um país escravocrata, as populações negras, principalmente, as quilombolas foram historicamente marginalizadas e excluídas dos processos, dos projetos e das políticas desenvolvidas pelo poder público (FERREIRA; LESSA, 2014).

No presente, estamos diante da invisibilidade relacionada à falta de políticas públicas, assim como dados e informações censitárias sobre os Quilombolas, quando se trata de mulheres quilombolas e suas atuações cotidianas os dados são ainda mais precários.

As mulheres Quilombolas trazem consigo um histórico de resistência e luta, passando por situações de vulnerabilidade quando enfrentam o preconceito na busca pela efetivação dos seus direitos.

Schumaker e Brazil (2013) fazem um resumo da história das mulheres quilombolas, afirmando que essa é a história esquecida e apagada, em que suas contribuições na construção do país passam invisíveis. As mulheres representavam o elo com as divindades e fortaleciam o espírito combativo de seus habitantes, lutavam lado a lado com os homens e transportavam alimentos, pólvora, armamentos e cuidavam dos feridos nas batalhas.

De acordo com Gomes (1995), as mulheres desagregadas de sua família e tendo que trabalhar na roça, na casa-grande, amamentando as crianças brancas enquanto lhe era negada a própria maternidade. Desde o Brasil colonial, as funções desempenhadas pela mulher quilombola estão atreladas aos cuidados.

A mulher quilombola teve sua imagem atrelada às práticas culturais como a dança, comida e religião, porém Gusmão (1994, p. 93) destaca a importância da mulher quilombola na construção da identidade do grupo:

O mercado que altera a natureza da terra confirma o papel da mulher na relação com a terra-território, terra uterina, confirmando a divisão sexual do trabalho posta como tradição. Através da mulher, assegura-se o parentesco comum e com ele a rede de bens e serviços que mantém o grupo na terra e a terra como base de produção e reprodução da vida, entre parentes, entre negros.

A invisibilidade da mulher quilombola, é resultado da desigualdade causada pela segregação social, onde a sociedade, deixa de atribuir as mulheres o devido reconhecimento pelo seu trabalho realizado dentro e fora do seu território. Para Costa (2008), a invisibilidade pública é resultado de um processo histórico de longa duração. Rebaixa a percepção de outrem, especialmente a percepção de alguém vinculado à forma baixa do salário assalariado, o trabalho desqualificado, alienado e alienante

O processo de invisibilidade do trabalho das mulheres quilombolas é disseminado a partir da visão diminutiva do trabalho da mulher dentro das comunidades remanescentes de quilombo, atribuindo às mesmas apenas os trabalhos domésticos, deixando de enfatizar a importância das mulheres no processo de conservação dos saberes tradicionais e dos costumes, passados e perpetuados através das gerações, marginalizando também sua luta pela família e pelo seu território.

Ainda falta muito para as mulheres quilombolas superarem as diversas situações de opressão e subordinação. As mulheres quilombolas enfrentam constantemente situações de adversidades, porém não desistem de lutar, uma das formas utilizadas para supera esse cenário é a resiliência. Prestes (2013, p. 63) afirma que Resiliência:

Resiliência é um processo de reorganização, ressignificação, superação e transcendência perante vivência de contexto potencialmente desintegrador. Acessa recursos pessoais e coletivos, como: autoconfiança, otimismo, bom humor, autocontrole, flexibilidade, perseverança, bom relacionamento familiar e social, boa análise de situações, criatividade, pertencimentos, suporte social e programático, autonomia e sentido de vida.

As mulheres quilombolas buscam espaços onde possam exercer sua autonomia e representatividade, na busca por melhorias nas condições econômicas da sua família, lutando contra a condição social. Neste sentido, Bargas e Cal (2017) destacam que as mulheres quilombolas têm reunido esforços para consolidar pautas femininas ao mesmo tempo, um movimento crescente de ocupação de espaços políticos e de empoderamento:

Ao se vincularem a organizações políticas, ou ligadas às suas práticas cotidianas, como a pesca, o cuidado e as políticas de saúde, as mulheres quilombolas buscam contestar a precariedade em suas comunidades e sua invisibilidade política, ao mesmo tempo em que desenvolvem sua realização de forma ampla no grupo e a luta por melhores condições (BARGAS e CAL 2017, p. 20)

Apesar da situação de invisibilidade as mulheres remanescentes de quilombolas não fogem a luta. Elas representam a comunidade em diversos setores, fazendo frente aos movimentos sociais, a geração de renda e a manutenção da cultura e religiosidade, as mulheres remanescentes de quilombo da comunidade do Cedro mostram em suas lutas e enfrentamentos diários a difícil realidade enfrentada pela mulher quilombola e rural.

2.4 A Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro

A Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro está localizada no Cerrado goiano, município de Mineiros, estado de Goiás, Brasil. O município de Mineiros está localizado na Microrregião do Sudoeste de Goiás, na zona do Alto Araguaia, fazendo parte da Bacia Hidrográfica Araguaia-Tocantins, com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 17° 34' 43" Sul, Longitude: 52° 32' 33" Oeste. O município se estende por 9 060,1 km² tendo uma população de 52 935 habitantes no último censo, com estimativa de 65.420 habitantes. A densidade demográfica é de 5,84 habitantes por km² no território do município (IBGE, 2010). O nome da Comunidade “Cedro” advém da ligação dos quilombolas com a Natureza:

O topônimo Cedro, que constitui a comunidade de um povo de origem africana do Município de Mineiros, sudoeste de Goiás, aparece na história como uma homenagem ao córrego que toma esse nome, às margens do qual havia uma mata ciliar de exuberante vegetação, formada, evidentemente, por árvores de grande porte, tais como: peroba, guariroba, jatobá e especialmente Cedro, da família das meliáceas (*Cedrela fissilis*), raiz da qual se origina o nome do córrego e daquele incomum povoado, justificando o gentílico cedrino (SILVA, 1998, p.343)

Para Bretas et al (2016, p. 49), a comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, pode ser considerada como parte da cidade, afirmando que: “poderia-se dizer que se trata de um bairro da cidade, não fosse a comunidade ainda guardar características tradicionais da vida rural vivenciada por seus habitantes”.

De acordo com Baiocchi (1983), na década de 1980, o cedro situa-se a 6 km da sede do município e depende deste totalmente, pois foi criado por ex- escravos, que continuaram trabalhando para os coronéis.

A comunidade do Cedro foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombo, porém, é visível que existe um processo de inibição da comunidade e da sua área. Essa inibição acontece impulsionada pela venda das terras e êxodo de algumas famílias que nasceram na comunidade para a cidade. Os jovens são afetados por não existir por parte dos governantes locais e estaduais um planejamento, que possibilite o acesso a informações sobre as políticas públicas, viabilizando o acesso, almejando o desenvolvimento da comunidade do Cedro.

A expansão urbana levou também à venda de muitos lotes e à imigração da população jovem para o centro urbano, fazendo a comunidade sofrer um decréscimo populacional entre os anos de 1977 e 1997. Com a proximidade da zona urbana e com as mudanças ocorridas no Sudoeste de Goiás, principalmente após a década de 1970, os cedrinos passaram a ter uma dependência maior da cidade (SILVA, 2010, p 4).

Partes da área que pertencia à comunidade foi destinada para loteamentos, dificultando a limitação da área urbana e rural, sendo aproximadamente 5 quilômetros entre a comunidade do Cedro e o centro da cidade de Mineiros. A Figura 1, mostra o encontro entre o perímetro urbano da cidade de Mineiros e a área da comunidade Remanescente de Quilombolas do Cedro, representada na imagem pela localização do Centro de Plantas Medicinais do Cedro.

Figura 1- Aproximação do perímetro urbano da cidade de Mineiros- GO e a Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro.



Fonte: Google Maps (2018).

A comunidade está localizada numa área de grande interesse da especulação imobiliária de Mineiros e sua aproximação com o perímetro urbano e o avanço da malha urbana dentro do território da comunidade, contribuíram para a procura de terrenos nesse local, por parte de pessoas que não tem vínculos identitários com a comunidade, tendo interesse apenas em ocupar a área para a construção de chácaras e fazendas para lazer, a venda de terras tem sido comum nesta localidade, por parte dos moradores da comunidade do Cedro. representando uma ameaça para a manutenção da identidade e território da comunidade.

A área da comunidade tem outros atrativos, que fazem com que a ameaça fundiária aumente, um destes atrativos é a disponibilidade de recursos naturais que valorizam a terra, além dos solos serem considerados ricos, e planos, favorecendo a agricultura tecnificada. Esse fato interfere diretamente na organização das unidades produtivas familiares que habitam a comunidade, causando redução das áreas destinadas ao plantio e à coleta das plantas medicinais. Com a venda das terras algumas famílias deixam a comunidade e vão viver na cidade próxima à comunidade, em alguns casos o dinheiro adquirido com a venda não é suficiente para viver de acordo com o padrão de vida da mesma, fazendo com que a família retorne para a comunidade e passe a dividir o lote com outra pessoa da família que permaneceu no local.

2.5 O trabalho das mulheres no Centro de Plantas Medicinais do Cedro: Memória e cultura

A memória tem sido importante para a preservação da identidade sociocultural e do território das comunidades remanescentes de quilombolas. Os moradores mais velhos têm suas vozes apreciadas nesse processo, relatando suas origens e memórias, contribuindo para a valorização do passado. O fenômeno da memória em si, pode ser entendido como capacidade do indivíduo de guardar seletivamente certas informações fazendo uso de funções psíquicas e cerebrais e cognitivas. (SILVA, 2012).

A memória está associada a história da comunidade de remanescentes de quilombola do Cedro. Os trabalhos já desenvolvidos que abordam o perfil, histórico, sociocultural e ecológico da comunidade, retratam como a população usam as lembranças e relatos de fatos passados para reconstruir o perfil histórico da comunidade. Para Silva (2012), a memória é mais que a vivência armazenada de um indivíduo, ela forma parte de um contexto social. O que guardamos e o que excluimos depende de nossas experiências sociais e coletivas.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento (POLLAK, 1989).

A memória contribui para o sentimento de pertencimento ao lugar, as pessoas se sentem como parte da comunidade. Em trabalhos anteriores desenvolvidos na comunidade é comum a reprodução das falas dos moradores mais velhos da comunidade, como estratégia para reproduzir os fatos. Thiago et al (2014, p. 349) descrevem um momento de socialização entre as pessoas da comunidade do Cedro, relacionando, saber tradicional e memória.

Nesses momentos de socialização de plantas e remédios é que são estreitados os laços afetivos entre as pessoas da comunidade, quando ocorrem as trocas de vegetais e/ou os conhecimentos relacionados a eles, além dos “proseios”, que contam histórias, causos e fatos atuais sobre Cedro e Mineiros, fomentando a rede social da comunidade.

Nora (1993, p. 9) enfatiza, que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

O Centro de Plantas Medicinais do Cedro, foi formalizado a partir de uma iniciativa da igreja Católica. Os esforços para a articulação do projeto foram feitos com influência de pessoas ligadas a pastoral da Criança e do Movimento Popular da Saúde (MOPS). O projeto idealizado no ano de 1997 teve como objetivo geral buscar o aperfeiçoamento de técnicas para a produção dos fitoterápicos fabricados pelas mulheres da comunidade do Cedro e a busca por um espaço adequado para a manipulação.

Para Ioris e Pio (1999), o projeto do Centro de Plantas Medicinais, tinha como objetivo promover a melhoria da qualidade da produção, armazenamento e distribuição desses medicamentos, além de potencializar estas atividades. Passando a gerar renda e assim cooperar com o resgate dos conhecimentos tradicionais dessas mulheres. A manipulação dos fitoterápicos sempre foi uma atividade realizada pelas mulheres e meninas.

Inicialmente o grupo de mulheres preparava apenas lombrigueiro, xarope e multimistura. Esse último um complemento alimentar a base de folha de mandioca, casca de ovo e farelo de arroz. Na manipulação destes medicamentos, cada uma das mulheres envolvidas levava um tipo de ingrediente e os remédios eram distribuídos de acordo com a necessidade de cada família (SILVA, 2010, p. 119).

A coleta das plantas é uma atividade que as mulheres contam com a participação dos homens: eles são responsáveis por coletar as plantas do cerrado de acordo com a necessidade produtiva do Centro. Nesses dias de campo, que são

organizados com a finalidade de coletar plantas e compartilhar saberes sobre a fauna do Cerrado, reestabelece-se a relação de respeito com a natureza. Thiago et al (2014, p. 347) descrevem esse processo de coleta das plantas:

As plantas podem ser extraídas no ambiente natural ou colhidas em canteiros ou quintais na comunidade. As plantas das quais são utilizadas as folhas, caule ou partes do caule, flores e frutos são colhidas no período da manhã, de preferência antes das dez horas, quando o sol não está tão forte. As plantas das quais são utilizadas a raiz são colhidas de preferência no período da tarde

Todas as plantas que são colhidas têm como destino o laboratório do Centro de Plantas Medicinais do Cedro. O processo produtivo passa pelas seguintes etapas: Se inicia com a coleta das plantas, na etapa seguinte é feita higienização da planta ou parte dela que foi coletada, sendo lavada e cortada para facilitar o manuseio das partes que serão utilizadas no mesmo dia e o armazenamento das que serão desidratadas.

As plantas, quando necessário, ficam expostas em um grande balcão de mármore para a secagem, posteriormente são guardadas em sacos de papel, que contém uma etiqueta com os dados de identificação da planta, depois da planta devidamente identificada e embalada, ela segue para um cômodo dentro do Centro de plantas medicinais do Cedro, onde as plantas ficam estocadas em prateleiras, divididas para cascas, entre cascas, raízes, sementes e folhas. O espaço utilizado para a fabricação, ainda conta com destilador de água, estufa e cozinha industrial.

As plantas coletadas são utilizadas na fabricação de xaropes, “garrafadas”, óleos, sabões, cremes, antibióticos em pó, pomadas, chá, pílulas e *in natura*. Essa etapa da fabricação ou manipulação é responsabilidade e a especialidades das mulheres, que participaram de cursos formativos para exercer essa função e estão sempre passando por novos cursos para aperfeiçoar as técnicas utilizadas. Esses remédios são importantes para a comunidade porque é uma alternativa de tratamento das doenças, principalmente por ser um tratamento de baixo custo.

A manipulação é feita de acordo com a necessidade, para evitar o desperdício de matéria prima e respeitar os prazos de validade, essa racionalidade se faz necessária porque a Comunidade tem enfrentado dificuldades para encontrar áreas de onde possam retirar as plantas do Cerrado. A figura 2 mostra as mulheres engarrafando e etiquetando garrafas de xaropes. Dessa forma, os fitoterápicos são fabricados em pequenas quantidades, preservando, assim, o bioma Cerrado local e

reafirmando a estreita relação entre quilombolas e o meio ambiente em que vivem, além de ressaltar sua importância para a preservação da Natureza.

Figura 2- Mãe e filha engarrafando e etiquetando vidros de xarope no interior do Centro de Plantas Medicinais do Quilombo Cedro. Mineiros, GO.



Fonte: Silva (2018)

2.6 A organização para o trabalho das mulheres no Centro de Plantas Medicinais: um panorama entre conquistas e desafios

A Associação de Moradores da Comunidade foi criada e oficializada, 1994, para dar andamento ao projeto de construção do Centro de Plantas de Medicinais, que na realidade é uma espécie de farmácia de manipulação de plantas medicinais.

Para Silva (2010), a formação da Associação dos Moradores do Cedro significou uma importante etapa na organização da comunidade, sendo uma das exigências para o processo de reconhecimento de suas terras.

Os cedrinos apresentam práticas de resistência na manutenção de reprodução de seu modo de vida, com forte vínculo com a terra e intensas relações familiares e se organizam em torno da Associação dos Moradores da Comunidade do Cedro, fundada em 1994, que responde pela parte política da comunidade (SILVA, 2010, p 86).

Inicialmente, com a construção do Centro de Plantas Medicinais, dezesseis famílias faziam parte da associação, todas as famílias tinham um representante participando no desenvolvimento das atividades, que iam desde a coleta até a manipulação e comercialização dos produtos. O Centro de Plantas Medicinais é um espaço de compartilhamento de saberes. Os moradores da Comunidade do Cedro

têm acesso irrestrito ao local, facilitando a participação e colaboração nas atividades desenvolvidas.

Atualmente, a equipe de trabalho se encontra reduzida a cinco pessoas, devido a necessidade de estabilidade financeira. A participação nas atividades no Centro de Plantas Medicinais, não assegura uma renda fixa, tendo em vista que o valor repassado para os envolvidos nas atividades pode variar de acordo com despesas e a sazonalidade das vendas mensais.

O Centro de Plantas Medicinais é um espaço comunitário, para manter essa característica, os remédios são distribuídos sem custos para as pessoas da comunidade que o procuram. Esse modelo de gestão reforça a importância de pensar coletivamente, assegurando que o objetivo da criação do Centro de Plantas Medicinais do Cedro seja alcançado, oferecendo um tratamento alternativo para as pessoas da comunidade independente da condição econômica.

A maneira como as mulheres se organizam, possibilita que as pessoas do Cedro que estão envolvidas na organização produtiva, passem a ter uma renda monetária, mesmo que o valor adquirido mensalmente ainda seja simbólico e insuficiente, a partir daquele trabalho que tem como embasamento o conhecimento tradicional.

Baiocchi (1983) destaca que “a comunidade ainda mantém as tradições de seus ancestrais, constituindo-se num forte componente de resistência quanto ao processo de manutenção da comunidade.

Quanto ao processo de manutenção da comunidade. A formalização do Centro de Plantas Medicinais, foi fundamental para a formação de lideranças femininas dentro da comunidade. Em sua pesquisa Karla Lima Dias, traz reflexões sobre a liderança de mulheres em uma comunidade remanescente de quilombolas, enfatizando a importância da formação de lideranças femininas nestas comunidades. Esse papel de liderança se reflete no cotidiano dessas mulheres que se mantém em um universo demarcadamente masculino, resguardando a memória e agregando valores que somados reforçam o sentimento de pertença e identidade étnica na localidade (DIAS, 2014).

A partir do trabalho realizado com as plantas, as mulheres da comunidade foram buscar formação para atuar na área e aprimorar seus conhecimentos. Como

relatado por Ioris e Pio (1999), essas mulheres foram ampliando seus conhecimentos a partir de novos cursos e aumentando a produção desses medicamentos.

Esse momento de busca foi primordial para que informações a respeito de políticas públicas chegassem até a comunidade, isso fortaleceu a comunidade para lidar com as adversidades relacionadas aos seus direitos, abrindo portas de um mundo desconhecido. A ausência de políticas públicas ou a falta de efetivação delas, representam um processo de retrocesso na manutenção dos territórios, no acesso à educação, saúde e de saneamento básico nas comunidades remanescentes de quilombolas.

A área onde o Centro de Plantas Medicinais foi construído, foi adquirida através de uma doação, para que a comunidade tivesse um espaço aberto para todas as pessoas e, conseqüentemente, houvesse geração de renda e a criação de novos postos de trabalho para que as pessoas não precisassem deixar a comunidade para trabalhar na cidade.

Após grandes discussões sobre o local a ser construído, o Centro de Plantas Medicinais foi construído em uma área de meio hectares doados por um fazendeiro que é um dos primeiros moradores de Mineiros a comprar terra em Cedro para criação de gado (SILVA, 2010).

Ioris e Pio (1999), relatam que nas discussões realizadas por esse grupo de mulheres, em suas reuniões periódicas, englobavam diversos aspectos: “a importância dos medicamentos como uma alternativa eficiente para os tratamentos de problemas de saúde, sendo a manipulação uma opção para a comunidade se desenvolver sustentavelmente”. As autoras, também, relatam que foi percebido que a produção desses medicamentos se mostrou um forte componente de mobilização social, onde se associavam vários aspectos da comunidade, como aqueles ligados a conquistas de melhorias de vida para comunidade, como água, luz e telefone.

O Centro de Plantas Medicinais da Comunidade do Cedro, tem uma história que retrata a luta das mulheres do Cedro, via trabalho coletivo das mesmas na comunidade, a partir de uma iniciativa da remanescente de quilombolas. Lucéli Pio, catequista dentro da comunidade durante dez anos, participava da Pastoral da Criança e ressalta que aprendeu a manipular as plantas com a comunidade e quando sai para fazer intercâmbios em outros estados, leva junto a si a sua essência, que está

na Comunidade onde sempre residiu e teve seu primeiro contato com as plantas medicinais com a sua avó.

A iniciativa da Pastoral da Criança foi fundamental para que casos de desnutrição e crianças de baixo peso fossem identificados e acompanhados, as mulheres passavam por cursos oferecidas pela pastoral e pelo Movimento Popular da Saúde (MOPS) e repassavam as informações em forma de orientação para mães das crianças. O trabalho foi abraçado pelas mulheres da comunidade que passaram a ficar responsáveis pela fabricação do xarope e dos outros medicamentos que eram distribuídos para a Comunidade Cedrina. Essa atividade acontecia embaixo da sombra das mangueiras durante 12 anos.

Contudo, com a popularidade do trabalho que estava sendo realizado, cresceu a necessidade de ter um espaço específico e adequado para a realização desse trabalho. A Associação de Moradores da Comunidade foi criada e oficializada, 1994, para dar andamento ao projeto de construção do Centro de Plantas de Medicinais, que na realidade é uma espécie de farmácia de manipulação de plantas medicinais.

A coleta das plantas nativas do Cerrado era feita, principalmente, em uma área que estava dentro do território da comunidade, mas que hoje está ocupada por um loteamento. A destinação de áreas para a agricultura tecnificada, que prioriza a produção de *commodities*, impulsiona e incentiva a derrubada de árvores para favorecer as adequações das áreas para as grandes plantações, representando uma ameaça para o trabalho realizado no Centro de Plantas Medicinais do Cedro, que depende dessas plantas nativas para a fabricação dos remédios.

O desmatamento é uma ameaça a preservação das espécies nativas do Cerrado. A vegetação foi derrubada para dar lugar às construções, infelizmente esse não foi o único impacto causado pela derrubada das árvores, recentemente a estrada vicinal, próxima área, apresenta problemas com a erosão causada pelo escoamento da água da chuva - em época de trovoadas a estrada fica intransitável. Estes problemas vão agravando cada vez mais a escassez de plantas que são essenciais na fabricação dos fitoterápicos. De acordo com Amorozo (2002, p. 195):

A alteração antrópica causada por modificações nos padrões de uso local dos ambientes naturais, onde crescem muitas espécies medicinais, em médio prazo, irá ocasionar uma redução na disponibilidade e no uso de plantas nativas e espontâneas para este fim.

O saber tradicional utilizado pelas mulheres na fabricação dos fitoterápicos é firmado no conhecimento empírico dos mais velhos, sobre as plantas medicinais do Cerrado, reforçando a relação harmoniosa homem natureza na área da comunidade. A oralidade é um instrumento importante na propagação dos conhecimentos tradicionais, através das conversas, prosas e causos as histórias vão sendo contadas e assim vão passando por gerações.

Diegues (2001) define o conhecimento tradicional como o conjunto de saberes e saber fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração. O quintal tem um papel importante na vida das famílias. A diversidade de plantas presente neste espaço, representam a sabedoria popular, que é motivo de orgulho para os que cultivam.

Segundo Almeida (2016), para as mulheres, a referência aos seus quintais se revela um sentimento de orgulho, trabalho seu, e em um espaço a ser cuidado, afinal, contêm, simbólica e biologicamente, vida. Para a autora o quintal é um espaço de compartilhamento onde a mulher demonstra seus conhecimentos a cercas das plantas e passa esse conhecimento de geração em geração.

O quintal, para aqueles que vivem no meio rural, é o espaço dos saberes. É nele que a mulher, principalmente, reproduz seus conhecimentos sobre as plantas, sejam plantas medicinais ou de alimentos. Trata-se de conhecimentos adquiridos historicamente, passados por gerações, de mãe para filha, de avó para neta. Configura-se como espaço cultural, simbólico, de saúde e de segurança alimentar (ALMEIDA, 2016, p. 7)

A mulher teve um papel importante nessa prática cercada de elementos simbólicos. As mulheres podem deixar neles suas marcas ao perpetuarem os saberes sobre as plantas, passando-os para novas gerações. Desde adolescentes, aprendem que a quina é para problemas de garganta, que o leite de mangaba é para dor de barriga, que sumo da folha de algodão e mastruz são para ferimentos (ALMEIDA, 2016).

As mulheres quilombolas buscam espaços onde possam exercer sua autonomia e representatividade, na busca por melhorias nas condições econômicas da sua família, lutando contra a condição social de pobreza. A renda familiar é totalizada pelo trabalho do casal, sendo o trabalho da mulher indispensável para o sustento familiar, porém os esforços das mulheres que se dedicam a mais de uma atividade, acumulando responsabilidades, não seja reconhecido devidamente, sendo

caracterizado apenas como ajuda. Baiocchi (1983, p. 117) enfatiza a importância da mulher cedrina na estruturação da unidade familiar.

A mulher cumpre seu papel de dona de casa e profissional, ajudando na renda familiar e a inda exerce a prática da medicina com suas “mezinhas” soluciona os problemas de saúde e ao mesmo tempo controla as entradas dos “ganhos de cada um”, fazendo os balancetes, das entradas e do que poderá sair. Dando jeito de “sobrar”, para comprar o que puder para a casa.

A cedrina se iguala ao homem nos deveres (trabalhos) e quando casada, mas se sobrecarrega, trabalhando “fora e em casa”, porém não tem os mesmos direitos (decisões), pois as decisões cabem somente ao homem (BAIOCCHI, 1983).

É notório nos trabalhos já desenvolvidos na comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro, uma preocupação em relação à preservação da história e da cultura local, enfatizando a importância de passar esse conhecimento tradicional acerca das plantas medicinais a diante para as próximas gerações.

Para Amorozo (2002), a modernização traz novas concepções de cuidados de saúde e leva a uma desvalorização da cultura local à qual os jovens são o grupo mais sensível, reforçando a tendência à perda ou abandono das práticas tradicionais.

O principal fator que influencia na desistência das mulheres, além de divergências de opinião sobre o gerenciamento das atividades desenvolvidas, sendo que as mulheres são responsáveis pela gestão do espaço. As mulheres trabalham em dias diferentes, para realizar as tarefas de limpeza, manutenção, manipulação e comercialização dos fitoterápicos.

2.7 Considerações Finais

O trabalho das mulheres no Centro de Plantas Medicinais da Comunidade do Cedro tem sido importante para assegurar que a história da comunidade seja propagada, por meio da memória e dos saberes via produção desses medicamentos fitoterápicos, pois, além de passar os conhecimento e a história da comunidade e seus ancestrais para as gerações mais jovens, também estabelece uma relação entre a comunidade remanescente de quilombolas e a população urbana, sendo o referido Centro de Plantas Medicinais uma estratégia para que o conhecimento tradicional dessas mulheres afirme sua identidade quilombola e negra diante dos cidadãos. Por

outro lado, sendo este um espaço de uso coletivo, reafirma a identidade quilombola dessas mulheres.

As mulheres do Cedro estão presentes na construção e organização da comunidade, assim como, destacando-se no trabalho de produção de medicamentos, o que lhes confere destaque nos acontecimentos que representam a luta pela garantia ao território, a manutenção dos saberes tradicionais acerca das plantas medicinais do bioma Cerrado, além, da construção e fortalecimento da identidade quilombola.

Um dos empecilhos para a transmissão do conhecimento tradicional é a mudança dos jovens para as cidades. Esses jovens continuam se reafirmando como quilombola, porém, isso se transforma em algo paradoxal, pois, não se percebem vivendo nas mesmas condições de vida das gerações passadas, impulsionados pelo modo de vida contemporâneo, adotado pela massa que é representado pelas vestes, gostos musicais, expressões, sendo assim, esses jovens não podem ser diferenciados de jovens da cidade, o que é natural.

Estes fatos e outros, corroboram para que as histórias contadas acerca da origem e do saber ser e fazer da comunidade remanescente de quilombolas do Cedro se tornam menos frequentes, sendo absorvidas de forma muito mais fragmentada, comprometendo transmissão dos conhecimentos tradicionais entre estes jovens e as gerações seguintes.

A comunidade de remanescentes do Cedro, está situada em um espaço de constantes transformações, porém, mesmo assim ainda vêm lutando para preservar seus aspectos culturais frente a ótica capitalista que defende interesses do agronegócio, da especulação imobiliária no seu entorno e da indústria local.

Em síntese, notou-se a necessidade de trabalhos etnográficos que descrevam como as mulheres da comunidade quilombola do Cedro, GO, Brasil, articulam tradição e etnicidade, por meio do trabalho de produção de medicamentos, manuseando plantas medicinais do Cerrado, bem como de trabalhos no estado da arte sobre a visibilidade da mulher cedrina através do trabalho na referida produção.

2.8 Referências

ALMEIDA. M. G. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confins** 29/ 2016, mis en ligne le 17 décembre 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11392>. Acesso em 28 de maio de 2018. p.1-17.

AMOROZO, M. C. M. A perspectiva etnobotânica e a conservação de biodiversidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BOTÂNICA DE SÃO PAULO, 14, 2002, Rio Claro. **Anais do XIV Congresso da Sociedade de Botânica de São Paulo**, Rio Claro: UNESP, 2002. p.11-29.

Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Prof. João Pacheco de Oliveira. **Boletim Informativo NUERI Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas** / Fundação Cultural Palmares - v. 1, n. L 2 ed, (1997) - Florianópolis: UFSC, 1997. Disponível:<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00105.pdf> . Acesso em 30 de outubro de 2018.

BARGAS, J e CAL., D. Entre lutas por reconhecimento e relações de poder: o papel das mulheres na organização sociopolítica do movimento quilombola no Pará. Brasil. **9º Congresso Latino-americano de Ciência Política**, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017. p. 2-24.

BAIOCCHI, M. N. **Negros de Cedro**: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Editora Ática, 1983. p.198.

BRASIL. **Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 26 de jul. de 2018.

BRASIL. **Guia de Políticas públicas para comunidades Quilombolas**. Programa Brasil Quilombola. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos. 2013. Disponível em: <http://www.seppin.gov.br/cominidades-tradicionais-1>. Acesso em 25 jul. 2018.

BRETAS, M. L. B. et al. **Tecendo histórias etnobotânicas e culturais na comunidade do Cedro de Mineiros Goiás**. 1. ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2016. 160 p.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Andrea Butto, Isolda Dantas, org. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.p. 11-36.

COSTA, F. B. **Moisés e Nilce**: retratos biográficos de dois garis: um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. Tese. São Paulo: USP- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2008. 392 p.

DIEGUES, A. C. Et al (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. – Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. p. 11-28

FRAGA, S. F; LESSA, S. N. Políticas públicas de acesso ao território quilombola: Uma comparação entre Maranhão e Minas Gerais. **IV Congresso em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTE**. 2014. 14 p.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil** /Flávio dos Santos Gomes. — 1a ed.— São Paulo: Claro Enigma, 2015. — (Coleção Agenda Brasileira).

GOMES L. N. **Mulher Negra que Vi de Perto – o processo de construção da identidade racial de professoras negras**. Mazza Edições. 1995. 198 p.

GUSMÃO. N. M. M. TERRA DE MULHERES Identidade e Gênero em um bairro rural negro. **Revista História**, São Paulo, n. 129-131. Ago. Dez/93 a ago. Dez/94. p. 81-100.

IBGE. Instituto Brasileira de Geografia Estatística. **Cidades 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/Brasil/go/mineiros/panorama>. Acesso em 11 de jan. de 2019.

IORIS, E. M. E e Pio, L. Projeto Centro Comunitário de Plantas Mediciniais. In: IORIS, E. (coord.) **Plantas Mediciniais do Cerrado: Perspectivas Comunitárias para a Saúde, o meio Ambiente e o Meio sustentável. Anais do Workshop de Plantas Mediciniais do Cerrado**. Mineiros-GO: Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior. FIMES, 1999. p. 13-26.

LIMA, B. G; EUGÊNIO, K. D. A construção da identidade na comunidade remanescente quilombola do Tucum- Ba. **POIÉSIS- Revista do programa de pós-graduação em educação- Mestrado- Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão**, v. 8, n. 13, p. 203-222, jan./jun. 2014.

MINAYO, Maria. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PRESTES. C. R.S. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 173 p.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHUMACHER. S.; BRAZIL, É. V. **Mulheres Negras do Brasil**. Ed. condensada. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013. 160 p. IL. Publicado em parceria com a Redeh e a Ed. Senac São Paulo.

SILVA, J. S. **Análise Socioespacial e conhecimento etnobotânico em uma comunidade quilombola no Sudoeste de Goiás**. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2010.

SILVA. M. J. **Quilombos do Brasil central: séculos XVIII e XIX (1719 - 1888) - Introdução ao estudo da escravidão**. 1998. 464 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

SILVA, S. R. Quilombo no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: **XII COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA. Independências y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización**, siglos xix-xx, Bogotá, maio 2012.

SILVA, V. S. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. **Revista Afro - Ásia**, 23- 1999. p. 267-295.

SOUZA. P. B. e ARAUJO. K. A.: **A mulher quilombola: Da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas. Direitos, gênero e movimentos sociais II**. Organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: ESTEVES Juliana Teixeira et al– Florianópolis: CONPEDI, 2014. p.163-182.

THIAGO, F. et al. Resignificação cultural e resistência na produção de fitoterápicos em comunidade quilombola. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 339-358, dez. 2014.

3 QUINTAIS PRODUTIVOS: ESPAÇOS DE SABERES EM BUSCA DE UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOLA DO CEDRO, EM MINEIROS-GO

Aline Grigório da Silva⁴
 Janice rodrigues Placeres Borges⁵
 Jesiel Souza Silva ⁶

RESUMO:

A comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro tem um histórico de resistência, e luta, em busca da manutenção sociocultural, relacionada aos seus saberes tradicionais, que refletem na organização produtiva das famílias. Estando localizada em uma área de interesse imobiliário. O avanço da área urbana tem ocasionados problemas para a comunidade, que perde espaço para loteamentos, esse fator influencia na produção familiar de subsistência. O artigo tem como objetivo, descrever como as famílias tem organizado suas produções em torno dos quintais destacando a importância dessa produção para a soberania alimentar e perpetuação dos saberes locais. A pesquisa tem cunho qualitativo, foi realizado trabalho de campo para a obtenção de informações relacionadas ao universo da pesquisa. As famílias da comunidade se organizam tendo como prioridade a produção de gêneros alimentícios que incorporam a base alimentar das famílias, as principais culturas são o Milho, feijão, mandioca e produtos de horta. As técnicas agrícolas utilizadas pelas famílias da comunidade do Cedro são tradicionais e de baixo nível tecnológico. As práticas produtivas sofreram mudanças, influenciadas pelos padrões de consumo estabelecidos pela aproximação com a cidade, em algumas casas é visível a substituição de produtos naturais por produtos industrializados durante as refeições. Na comunidade Quilombola do Cedro, as formas de uso e ocupação, tem refletido as relações de solidariedade entre as pessoas, reforçando os laços de parentesco dentro do território.

Palavras-chave: Soberania alimentar. Comunidade tradicional. Agricultura de subsistência

⁴ Mestranda do Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Rural. PPGADR- Universidade Federal de São Carlos UFSCar, Campus Araras. Rod. Anhanguera km 174- SP 330.

⁵ orientadora; graduada em Ciências Sociais pela UNESP, possui Mestrado em Ciências Sociais pela UFSCar, Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pelo CRHEA/USP e Pós-doutorado em Medicina Social, pela FMRP/ USP. Docente do Centro de Ciências Agrárias CCA- Departamento de Tecnologia Agroindustrial e Socio Economia Rural- DTAISER-Universidade Federal de São Carlos UFSCar. Rod. Anhanguera km 174- SP 330.

⁶ Co orientador; graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas pela Universidade Federal de Lavras. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos/EMBRAPA Meio Ambiente. Doutor em Geografia-Gestão Territorial e Ambiental pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília- IH-UnB. docente do Instituto Federal Goiano- campus Rio Verde. Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural *Rio Verde* – Go.

ABSTRACT:

The community of quilombola remnants of Cedro has a history of resistance and struggle in search of socio-cultural maintenance related to its traditional sabers, which reflect on the productive organization of families. Being located in an area of real estate interest. The advancement of the urban area has caused problems for the community, which loses space for allotments, this factor influences the family subsistence production. The article aims to describe how families have organized their productions around quintals highlighting the importance of this production for food sovereignty and perpetuation of local knowledge. The research has a qualitative character, field work was done to obtain information related to the research universe. The families of the community are organized with priority as food production that incorporates the food base of families, the main crops are corn, beans, cassava and vegetable products. The agricultural techniques used by the families of the community of Cedro are traditional and of low technological level. the productive practices have undergone changes, influenced by the consumption patterns established by the approximation with the city, in some houses the substitution of natural products by industrialized products during meals is visible. In the community of Quilombola do Cedro, the forms of use and occupation have reflected the relations of solidarity among the people, reinforcing the kinship ties within the territory.

Keywords: Food sovereignty. Traditional community. Subsistence agriculture.

3.1 Introdução

O atual momento político do Brasil tem deixado parte da população preocupada com o futuro da segurança alimentar no país. Um dos motivos para essa preocupação foi a exclusão do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), através da medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, do Governo Federal. Essa medida revogou itens da Lei 11.346, de 2006, responsável pela criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essa decisão do atual governo, compromete as discussões sobre alimentação saudável para a população, significando assim um retrocesso no que difere as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

A produção do campo e o modelo de agricultura vigente mostra uma junção de fatores que coincidem com uma submissão do setor as logicas capitalistas do mercado. Com a ameaça de extinção de algumas políticas públicas, que tem demandas sociais, podemos viver um retrocesso no incentivo à produção e consumo de alimentos com qualidade, que vinha em ascensão desde a criação da lei do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A Lei representa a consagração de uma concepção abrangente e intersetorial da Segurança Alimentar e

Nutricional, bem como dos dois princípios que a orientam, que são o direito humano à alimentação e a soberania alimentar (Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, p.3).

A aprovação da lei representou para o país um enorme passo para a resolução de problemas que afligem a população, como a fome e a desnutrição infantil. Gerando responsabilidades para o governo, que deve criar políticas públicas que incentivem a produção e consumo de alimentos saudáveis e de qualidade, sendo responsabilidade do governo promover ações que aproximem governo e sociedade. Como definido no Art. 2º da Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar (BRASIL, 2006, p. 1)

O direito humano por alimentação é uma luta antiga. A fome é um problema de ordem mundial, que passou a ser discutido juntamente com as desigualdades sociais e econômicas existentes em várias regiões do mundo. Não é simplesmente evocar a insuficiência de alimentos ou sua existência, mas em quais condições são oferecidos e em quais condições são concebidos (ZANOTTO, 2017).

Para Hoyos e D'Agostini (2017), a fome é um problema social estrutural que afeta principalmente a classe trabalhadora, porém as estratégias para a sua eliminação têm sido de cunho conjuntural e não estrutural.

No Brasil o assunto da fome ganhou destaque com a publicação do livro *A Geografia da fome*, de Josué de Castro no ano de 1946. O autor aborda a relação da condição social da região com os problemas de saúde e nutrição. O livro dividiu o Brasil em cinco regiões que foram analisadas em sua totalidade destacando que a fome e os problemas de desnutrição da população não estavam ligados ao ambiente natural, mas que tinham relação com os fatores políticos. O autor abordou a estrutura agrária do Brasil, enfatizando que:

É a inadequação de nossas estruturas agrárias o fator essencial da má utilização de nossos recursos naturais, da baixa produtividade agrícola e da subocupação do homem do campo. Numa palavra: do atraso geral de nossa agricultura. O arcaísmo desta estrutura agrária se evidencia não só pela inadequada distribuição das propriedades, como pelas relações de produção de tipo feudal, nas quais ainda perduram o regime da meação, a parceria e outras sobrevivências do feudalismo agrário (CASTRO, 1984, p. 297).

Segundo Rigon e Bógus (2015), nesse momento da história mundial, o tema da Segurança Alimentar adquire um destaque na agenda internacional, sobretudo em

função das experiências de privação de alimentos e de embargos. Os motivos causadores das desigualdades sociais e da pobreza, ganharam destaque nos discursos internacionais onde era defendida a ideia de que para combater a fome seria necessário produzir mais alimentos.

Tais constatações vinculam a discussão sobre segurança alimentar ao acesso aos alimentos e para boa parte da população que migra do meio rural para a periferia das cidades, esse acesso depende da renda monetária (RIGON; BÓGUS, 2015). O acesso ao alimento era a questão primordial para combater os problemas relacionados as desigualdades sociais e a situação de insegurança alimentar vivenciada pelo mundo.

O mundo enfrenta uma crise de alimentos, sendo que alguns países precisam comprar alimentos de outros países na tentativa de garantir a segurança alimentar da população. Para Rigon e Bógus (2015), a existência da crise de alimentos a partir de 2006 revela uma questão estrutural, uma crise do modelo de produção e consumo de alimentos, que se fundamenta na sua mercadorização.

As décadas de 1980 foi marcada por poucas ações efetivas para tentar reverter esse quadro de pobreza, as iniciativas governamentais, defendiam o acesso a alimentação, no entanto as condições de acesso e a qualidade dos alimentos não eram relevantes, a preocupação era reverter o quadro nutricional. Os ajustes e a criação de políticas públicas não eram prioridade. A publicação do Mapa da Fome pela FAO, evidenciou as consequências das políticas adotadas nas décadas anteriores e gerou uma mobilização nacional em relação a essa situação (RIGON; BÓGUS, 2015).

No ano de 1993, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), a criação do conselho foi um marco positivo para o avanço de políticas públicas para uma alimentação saudável, esse período de ascensão foi interrompido e as políticas voltadas para a alimentação ficaram paralisadas, sem grande progresso. O Brasil passou a dar visibilidade a questões sociais, a partir da eleição do Presidente, Luís Inácio Lula da Silva, respirando novos ares o governo assumiu o compromisso de garantir o direito à alimentação para a população.

Os anos seguintes foram de avanços no que difere a Segurança alimentar e nutricional, assim como a soberania alimentar. A criação do programa Fome Zero, foi um grande feito, responsável por tirar o Brasil do Mapa da Fome. Em conjunto com o

então Diretor Geral da FAO, articulam e instalam o Programa Fome Zero, que articula uma série de ações e programas no sentido também de acabar com a fome (ZANOTTO, 2017)

A expansão do agronegócio aconteceu baseada em argumentos, que afirmavam ser necessário aumentar a produção de alimentos no mundo, para suprir as demandas de consumo mundial, a o aumento dessa produtividade, passou-se a explorar os recursos naturais de maneira desordenada. Fazendo oposição a esse modelo adotado para fortalecer o agronegócio, os movimentos do campo se fortaleceram, na defesa pelo direito a alimentação, assim como o direito de produzir seu próprio alimento, garantido através do acesso à terra. O Movimento Via Campesina luta por esses direitos, defendendo que a alimentação dos povos não pode ser definida pela lógica de mercados do Agronegócio.

Zanotto (2017) defende que o movimento Via Campesina, reúne camponesas e camponeses, povos Sem Terra, indígenas, migrantes, quilombolas, pescadores, povos tradicionais, mulheres, jovens nos cinco continentes. Estes grupos, defendem um modelo contrário ao modelo firmado pelo agronegócio.

Para conseguir resgatar seus costumes e ter uma alimentação saudável, associada as tradições, não é necessário apenas produzir comida, precisamos de autonomia, empoderamento e tecnologias que possam ser utilizadas de acordo a realidade da população.

Em maio de 1993 nasceu a articulação mundial de movimentos camponeses do mundo chamada La Via Campesina ou somente Via Campesina. Resultou de um contexto econômico, político e social no qual a capacidade do campesinato estava sendo minada quanto ao controle das sementes, quanto ao êxodo rural, quanto às políticas capitalistas em direção à maior concentração das terras que caminha a passos largos para a perda de soberania para o agronegócio e grandes empresas transnacionais (ZANOTTO, 2017, p.51).

Segundo Zanotto (2017), o movimento da Via Campesina é um movimento internacional de camponeses reivindica a alimentação como direito humano, e não como mercadoria. Desde 1996, defende a Soberania alimentar.

A primeira definição de soberania alimentar apresentado a FAO em 1996 traz a seguinte conceituação:

Soberania alimentar é o direito de cada nação para manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir os alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural. Temos o direito de produzir nossos próprios alimentos em nosso próprio território de forma autônoma. A soberania

alimentar é uma pré-condição para a Segurança Alimentar genuína. (DECLARAÇÃO DE TLAXCALA DA VÍA CAMPESINA, 1996, p.1).

Nesse contexto, a soberania alimentar encontra-se ameaçada por mudanças que vem ocorrendo no campo, impulsionadas pela extensão de áreas plantadas dedicadas a *commodities* que está fortemente associado ao aumento do uso de agrotóxicos, a contaminação, restrição ao acesso de recursos naturais e o empobrecimento da base alimentar em muitas comunidades tradicionais.

A Soberania Alimentar está fundamentada na premissa do respeito pela soberania das diferentes nações na formulação de suas políticas econômicas e sociais de produção, distribuição e consumo de alimentos, em que é indispensável a participação dos trabalhadores rurais. (HOYOS; D'AGOSTINI 2017, p, 190).

O modelo da soberania alimentar considera essas práticas da agricultura industrial como possíveis destruidoras da terra para gerações futuras, contrapondo-se a uma mescla de práticas de conhecimento tradicional e agricultura sustentável (ROSSET, 2006).

O desafio da Soberania Alimentar é superar esse modelo. No ano de 2008, aconteceu na cidade de Maputo, Moçambique a V Conferência internacional da Via Campesina como o seguinte lema: “soberania alimentar já! Com a luta e a unidade dos povos!” que trouxe em uma declaração a reafirmação do movimento para com a soberania alimentar e conta o modelo vigente, defendendo que:

Somente a agricultura camponesa alimenta os povos, enquanto o agronegócio produz para a exportação e sua produção de agrocombustíveis é para alimentar os automóveis, e não para alimentar gente. A Soberania Alimentar baseada na agricultura camponesa é a solução para a crise (CARTA DE MAPUTO, 2008, p. 191).

Uma produção integrada com o meio ambiente, onde as terras utilizadas na produção consigam chegar nas gerações futuras com níveis de fertilidade, sem contaminações, esses problemas têm sido causados pelo modelo produtivo que maximiza o capital e menospreza os impactos que essa produção causa no meio ambiente. Para Rosset (2006), o modelo dominante está baseado na monocultura de uso intensivo de substâncias químicas e de escala, com sementes geneticamente modificadas (OGMs).

Durante a V Conferência Internacional da Via Campesina Maputo, Moçambique, que aconteceu entre 19-22 de outubro, 2008 na carta elaborada no evento, a Via Campesina se posiciona contra o avanço do capitalismo financeiro sobre os pequenos agricultores:

Nas últimas décadas vimos o avanço do capitalismo financeiro e das empresas transnacionais, sobre todos os aspectos da agricultura e do sistema alimentar dos países e do mundo. Desde a privatização das sementes e a venda de agrotóxicos, até a compra da colheita, o processamento dos alimentos, e seu transporte, distribuição e venda ao consumidor, tudo já está em mãos de um número reduzido de empresas. Os alimentos deixaram de ser um direito de todos e todas, e tornaram-se apenas mercadorias. Nossa alimentação está sendo homogeneizada em todo mundo, com alimentos de má qualidade, preços que as pessoas não podem pagar, e as tradições culinárias de nossos povos estão se perdendo (CARTA DE MAPUTO, 2008, p. 192).

Os pequenos agricultores tradicionais tendem a cultivar uma ampla variedade de cultivares. Muitas destas plantas são variedades locais (landraces), mais heterogêneas geneticamente que as variedades modernas e as sementes foram transmitidas de geração a geração. (ALTIERRI, 2010). Essa variedade produtiva baseada na Agro biodiversidade local, no entanto se encontra ameaçada pelo viés econômico que domina os ambientes produtivos, que foram modificados, desde a Revolução Verde e a implantação dos pacotes tecnológicos, os autores Neto e Bergamasco (2017), explicam como correram essas mudanças.

Aqueles agricultores tradicionais, que ancestralmente desenvolveram a base genética da alimentação no século XX, passaram por processos de coerção, os quais não iremos aprofundar neste momento, e foram obrigados a adotar essas variedades mercadológicas em detrimento às popularmente conservadas. Desta forma, as variedades tradicionais foram, ao poucos, abandonadas, os agricultores se tornaram dependentes das “novas” sementes e ainda aumentaram seus gastos produtivos com insumos externos (NETO; BERGAMASCO, 2017, p. 200)

A luta pelo direito de produzir e se manter na terra, sempre foi uma característica dos movimentos sociais, aqui no Brasil várias manifestações marcaram a luta destes movimentos. Seguiram-se muitos outros episódios de resistência e luta camponesa pela permanência na terra, Canudos, contestado, o Cangaço e muitos outros movimentos camponeses (NETO; BERGAMASCO, 2017).

Não aprofundaremos aqui a discussão sobre estes movimentos, mas cabe destacar, que entre estes movimentos as Ligas Camponesas que surgiram no ano de

1945, foram um marco histórico na busca pela efetivação dos direitos dos camponeses como produtores.

Esses camponeses queriam continuar a produzir em suas terras com autonomia. Os conflitos muitas vezes eram causados pela expropriação ou tentativa de expropriação de posseiros, em terras que passavam a gerar interesse para uso econômico pelos fazendeiros. Esse desejo de produzir na terra livre persiste como traço camponês até os dias de hoje (NETO; BERGAMASCO, 2017, p, 204).

A produção de alimentos passou a ser uma preocupação mundial, pós Segunda Guerra, as mudanças ocorridas neste período, foram baseadas no modelo desenvolvimento do capitalismo, nesta época a agricultura industrializada se expandiu, juntamente com o emprego de pacotes tecnológicos, o uso intensivo de insumos e a concentração de terra. Todo esse processo impulsionou o êxodo rural e a exclusão social de vários indivíduos, que não conseguiam acompanhar essas transformações. Para Zanotto (2017), este modelo criou cidades insustentáveis, com inchaço populacional, onde a favela foi se tornando um lugar de viver dependente e desvalorizado. A vulnerabilidade econômica e social se acentuou, juntamente com as necessidades de consumo que cresciam, comprometendo o acesso a alimentação. Para Belick (2003), no caso Brasileiro, não há dúvida que a grande causa da falta de acesso aos alimentos, bem como da desnutrição infantil, é o baixo nível de renda.

O acesso a comida ainda pode ser limitado por vários fatores que não estão diretamente ligados a quantidade de alimentos disponibilizada. Para o autor Belik (2003), os alimentos podem estar disponíveis, mas as populações pobres podem não ter acesso a eles. Essa luta vai além do que é definido com Segurança alimentar, que em suas definições nos aproxima de termos mercadológicos. Para Belik (2003), o conceito de Segurança Alimentar leva em conta três aspectos principais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos.

O acesso a comida é um problema, não adianta você produzir alimentos se essa produção não chega até quem precisa, os valores cobrados influenciam muito nesse quesito, a renda das pessoas é o fator determinante na dinâmica de acesso a alimentação. Segurança alimentar trata diretamente de produção, distribuição e consumo, isso porque acreditava-se que os problemas de insegurança alimentar vivenciados pelo mundo, estava relacionado a oferta e demanda de alimentos.

Para Marques (2000), a Segurança Alimentar vinha sendo entendida como possibilidade e capacidade de compra dos alimentos, mas tem havido modificações no que diz respeito ao papel do Estado como garantidor do direito à alimentação.

Mais tarde foi introduzido o conceito Segurança Alimentar e Nutricional, que pensa além da produção, distribuição e consumo, introduzindo questões ligadas a qualidade destes produtos. No ano de 1996, foi realizado pela FAO a Cúpula Mundial da Alimentação, nessa conferência foram destinados planos para o combate à fome.

Nesta reunião se debateu o conceito ampliado de segurança alimentar e confere destaque ao tema do direito humano à alimentação e da sustentabilidade social, econômica e ambiental da construção da segurança alimentar (RIGON; BÓGUS, 2015).

3.2 Agricultura familiar

Em meados da década de 1990, a agricultura familiar começou a ser reconhecida pela sua expressão produtiva, sendo criadas políticas públicas de incentivo à produção. A partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil começou a ter reconhecimento enquanto categoria social e produtiva, através da formulação de políticas a seu favor. Segundo Esquerdo e Bergamasco (2015), ao se analisar as políticas públicas realizadas no Brasil, especialmente as políticas agrícolas voltadas à agricultura familiar, conclui-se que essa categoria começou a ser lembrada em 1994 a partir da criação do PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural).

No Brasil, em 1995 foi criado o PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, através do decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Inicialmente o PRONAF, tinha como objetivo fortalecer o desenvolvimento sustentável das famílias rurais, visando proporcionar melhores condições de vida, assim como o aumento da capacidade produtiva das famílias rurais e a geração de renda e empregos no campo. Segundo Zanotto (2017), o PRONAF foi criado com o intuito de atender de forma diferenciada os minis e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

Não resta dúvida que o PRONAF representou um salto significativo em relação às políticas anteriormente praticadas, na medida em que afirmou o reconhecimento da condição de agricultor e da contribuição essencial para a sociedade, daqueles que até então eram tidos apenas como pequenos, de baixa renda ou de subsistência (WANDERLEY, 2017. p, 69).

A categoria caracterizada como a agricultura familiar, tem grande relevância na produção de alimentos no Brasil. A agricultura familiar é caracterizada como as atividades desenvolvidas por agricultores rurais, com mão de obra majoritariamente familiar, ou seja, todas as pessoas que estão envolvidas na atividade são da família. Schneider (2008), enfatiza que há uma certa generalização, quanto a definição de agricultura familiar, e que essa generalização é guiada pelo senso comum. Para Schneider e Niederle (2008), o agricultor familiar abarca uma diversidade de formas de fazer agricultura que se diferencia segundo tipos diferentes de famílias, o contexto social, a interação com os diferentes ecossistemas, sua origem histórica.

A agricultura familiar se tornou a categoria consagrada, capaz de abranger todas estas formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção (WANDERLEY, 2017). Mesmo com a definição da categoria Agricultura familiar, os conflitos continuaram existindo, devido a diversidade, característica da Agricultura Familiar.

Mesmo com essa generalização baseada no senso comum, defendida por Schneider (2008), cabe ressaltar que o estado tem a sua definição para a Agricultura familiar, essa definição consta na lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL,2006).

A definição de uma categoria, foi importante para as propostas de políticas públicas, porém, precisamos ressaltar, que existe uma grande parte de agricultores familiares, que não englobam as estatísticas referentes a políticas públicas destinadas ao segmento, pois os mesmos não tem acesso aos recursos produtivos, deve-se isso, ao fato dos mesmos não se enquadrarem nas definições adotadas pelo governo e como consequência terem o acesso as políticas públicas negado, esbarrando nos

processos burocráticos de acesso, nessa perspectiva a definição adotada pelo estado tem caráter excludente.

A característica crítica que distingue um sistema de agricultura familiar da agricultura industrializada empresarial é o uso do trabalho familiar, em vez do trabalho assalariado. A unidade agrícola familiar difere significativamente da unidade agrícola capitalista pelo fato de que, qualquer que seja o seu grau de mecanização, a sua área de terras cultivadas ou renda, o insumo básico de trabalho da fazenda familiar provém dos membros da família (NEVES, 2007, p, 217).

A popularização do trabalho realizado por pequenos agricultores impulsionou a necessidade de programas governamentais que fomentassem a produção desse grupo. A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, foi criada com o objetivo de estabelecer as diretrizes para a formulação da Política nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos familiares rurais, foi uma importante ação para a Categoria de pequenos produtores. Determinando que para se o produtor ser familiar, deveria se enquadrar nas seguintes condições:

- I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- (BRASIL, 2006)

As transformações ocorridas nos meios de produção fazem com que nem todos consigam acompanhar as inovações ocorridas, essas mudanças contribuem para intensificar as desigualdades, reforçando a necessidade de políticas públicas como meio de reparação para o processo de exclusão.

Nos anos seguintes foram criados outros importantes programas para a agricultura familiar, o PPA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa é considerado uma referência na área de alimentação escolar, por ter em suas diretrizes o objetivo de introduzir na merenda escolar, alimentos saudáveis na tentativa de reverter o quadro de insegurança alimentar e nutricional, vivenciado nas escolas urbanas e rurais. Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho, trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, com a

extensão do programa, também ficou definido que 30% dos produtos da alimentação escolar deveriam ser adquiridos da agricultura familiar.

A lei que favorece o mercado institucional da agricultura familiar na relação com a alimentação escolar, vem favorecer quem produz e os próprios princípios que defendemos da soberania alimentar defendidos pela Via Campesina de que o alimentar-se tem que ser fruto da cultura, das tradições para que sejam saudáveis e fortaleçam a relação de quem produz desde a própria terra (ZANOTTO, 2017.p,107).

Estes programas foram um grande passo para que agricultores familiares pudessem se inserir em mercados institucionais e comercializarem seus produtos, passando a atender um dos principais entraves da agricultura familiar que é a comercialização e geração de renda.

O programa incorpora à produção, acesso e consumo, com o objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de educação básica do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional. (FNDE, 2016).

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA promove a aquisição de alimentos de agricultores familiares, que podem ser comprados diretamente da unidade familiar ou em cooperativas e associações de agricultores familiares, com dispensa de licitação, os alimentos adquiridos tem como destino estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, esses alimentos são destinados a programas sociais. Para Zanotto (2017), O grande objetivo e o mais importante é que o programa foi criado visando a agricultura familiar camponesa, recuperando assim a autoestima deste setor que historicamente foi relegado à própria sorte. Esses programas representaram um avanço nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, foram ações importantes firmadas pelos governos Lula e Dilma, na busca pela soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional, que refletiram nas condições de vida da população mais pobre no campo e na cidade.

O artigo tem como objetivo descrever a organização da produção alimentar a partir dos quintais e sua importância para a segurança e soberania alimentar das famílias cedrinhas a partir do acesso às políticas públicas para a agricultura familiar

3.3 Metodologia da pesquisa

Devido as escolhas do percurso metodológico, esse artigo traz uma análise qualitativa da Comunidade Remanescente de quilombolas do cedro, por isso a

amostragem não adota caráter quantitativo. Para a obtenção dos dados referentes as famílias, foram utilizados no desenvolvimento da pesquisa, o diário de campo e a observação não participante. Para Whitaker (2002), nesse processo, ganham relevância aspectos subjetivos na relação pesquisador- pesquisado, nos quais pequenos gestos de entendimento podem reforçar uma confiabilidade mútua.

O trabalho de campo foi dividido em duas fases. No primeiro momento, foi feito um teste da metodologia, onde uma das pesquisadoras se dirigiu a comunidade e por lá ficou durante duas semanas, acompanhando o trabalho das famílias, buscando entender os agentes sociais presentes nas relações e a singularidade de cada pessoa.

Na segunda fase, ao retornar para a comunidade, a metodologia já havia passado pelos ajustes necessários e já existia uma relação entre os envolvidos na pesquisa. Através do trabalho de campo foram feitas entrevistas que seguiram um roteiro semiestruturado com tópicos que possibilitem responder as indagações propostas no objetivo através de blocos temáticos.

Para Gil (2008), a entrevista, por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-se afirmar que é parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas década graças a sua aplicação.

O caderno de campo permitiu que o pesquisador registrasse momentos distantes dos roteiros de entrevista e do gravador os agentes da pesquisa compartilhavam fatos que só eram perceptíveis ao pesquisador num momento de reflexão.

Segundo o autor (SOUZA, 2009), o campo refere-se a uma espacialidade concreta da sociedade. Se se toma o espaço como produto social, nele é possível se observar seus objetos, seus arranjos e, em muitas situações, sua dinâmica.

3.4 Quintal: Local de perpetuação de saberes

O espaço destinado aos quintais nas comunidades tradicionais, são de grande relevância para a propagação dos saberes em trono das espécies vegetais, Para Almeida (2017), o quintal é o espaço singular do entorno das moradias no qual se produz a vida, pelo que se cria, pelo que se cultiva, pelo cuidado em sua manutenção e pelas várias atividades do labor e da socialização cotidianamente ali desenvolvidas.

O manejo feito pelas famílias nos quintais é simples, as práticas tradicionais são predominantes, sendo possível notar que o uso de tecnologias é praticamente inexistente pelos pequenos agricultores. Aragão et al 2012, p. 8) explicam como o saber tradicional destas comunidades se refletem nos manejos, tradições e técnicas:

As técnicas utilizadas por esses povos, que são dadas de geração em geração, respeitam o tempo da terra e fazem desse tipo de manejo ecologicamente sustentável, do ponto de vista do meio ambiente e do ponto de vista cultural pois, esse tipo de cultura realizada nos quintais faz com que se tenha uma versão mais artesanal no plantio, não remetendo à técnicas específicas e nem à divisões sociais na gestão da plantação

O quintal é para as comunidades quilombolas um espaço de autonomia, onde eles podem escolher o que plantar. Amorozzo (2002) evidencia que os quintais produtivos oportunizam a diversidade alimentar, assim como a preservação da cultura alimentar e dos recursos naturais, por suprirem e suplementarem, mesmo que em parte, as necessidades de subsistência diárias. A produção diversificada influencia na melhoria da qualidade da alimentação das famílias.

Na comunidade do Cedro, os quintais contribuem para a redução de despesas com insumos externos, ou seja, a produção do quintal é para o próprio consumo. A maioria dos entrevistados afirmaram que é muito difícil conseguir ter uma renda dos produtos do quintal, isso devido a sazonalidade de alguns produtos, a diversificação na produção garante que a família tenha mais opções de consumo, o que é considerado como excedente da produção, já tem destino certo, que é a alimentação da criação. Produtos como o milho quando se consegue uma safra melhor, depois da colheita é armazenado, para garantir que os bichos como porcos e galinhas vão ter comida até a próxima safra. Na comunidade do Cedro, é comum as pessoas dividirem as hortaliças com outras pessoas da família que residem na cidade, reforçando as relações de solidariedade.

Durante as visitas, entrevistas e caminhadas pelos lotes foram identificadas espécies de plantas que são utilizadas pelos moradores para o próprio consumo na alimentação. Foram registradas espécies condimentares, frutíferas, medicinais e árvores do Cerrado, que demonstra um grau de preocupação com a preservação de espécies nativas.

É no quintal que ficam localizadas as hortas. Entre os produtos mais citados nas entrevistas, estão alface, cebolinha, coentro, rúcula, couve, jiló, pimenta, tomate e salsinha. A satisfação em poder produzir é perceptível nas falas das pessoas. A

imagem a seguir mostra uma das hortas visitadas. a entrevistada mostra sua produção enquanto discorre sobre a satisfação de colher seus produtos.

Figura 1- Demonstração de horta em área de quintal na comunidade do Cedro.



Fonte: Silva (2018).

A comunidade do Cedro conta com uma horta comunitária, localizada no espaço que pertence a Associação de Moradores do Cedro, essa área é administrada pelo grupo de pessoas ligadas ao Centro de Plantas Medicinais. A limpeza e plantação das mudas são responsabilidades distribuídas de acordo com a disponibilidade de horários dos voluntários, as hortaliças e verduras dividem espaço com as plantas medicinais que são utilizadas na fabricação dos remédios fabricados pelo Centro de Plantas Medicinais do Cedro. os produtos da horta são divididos de acordo com a procura, e as pessoas da comunidade podem contribuir com mão de obra para a manutenção e com sementes e mudas. Entre as plantas cultivadas para fins medicinais estão o Poejo, Hortelã, Vick e Erva de Santa Maria.

A próxima imagem mostra os canteiros de plantas, hortaliças e estaleiros de tomates na horta comunitária da comunidade Remanescente de quilombolas do Cedro.

Figura 2- Canteiros da horta comunitária da comunidade do Cedro.



Fonte: Silva (2018).

O trabalho de campo permitiu reafirmar fatos que já haviam sido descritos por outros autores, como as relações de parentesco dentro da Comunidade do Cedro. o matrimônio ou união entre os descendentes de Chico moleque, já havia sido relatado por Baiocchi (1983). Esse fato faz com que esse conjunto de famílias extensas se confunda com uma grande parentela, que por sua vez, pela expressividade numérica dos seus membros, quase se confunde com a população do povoado. As famílias na comunidade remanescente de quilombolas do Cedro têm relações hierárquicas estabelecidas entre seus membros, as tradições são perpetuadas a partir das relações de parentesco que é um componente importante na estruturação familiar, contribuindo para transmissão de conhecimento para as gerações seguintes.

Os cedrinhos, fortalecem através dos laços de parentescos suas relações de solidariedade. É comum na comunidade que famílias que permaneceram no seu território acolham outras famílias, que por diversas motivações se mudaram para outras localidades e depois decidiram retornar à comunidade.

A comunidade do Cedro, ainda esguarda traços da cultura africana, como a ocupação de espaço. Laços de parentesco e vizinhança, relação de compadrio, lealdade e solidariedade o que leva as trocas simbólicas que reforçam a produção biológica e cultural semelhante a outros quilombos (SILVA, 2010. p. 3-4).

Os lotes deveriam serem individuais, porém devido a aproximação da área urbana, a comunidade enfrenta problemas relacionados ao uso e ocupação do espaço. A comunidade tem resistido para conseguir manter seu território, essa situação não é diferente do que tem passado outros povos como explica, Almeida (2017), as comunidades tradicionais, asseguram a sua sobrevivência, embora dificultada pela redução da área do bioma, com desmatamentos frequentes, construção de barragens e ameaças de implantação de uma moderna agricultura.

A relação com a terra para os remanescentes de quilombolas, ultrapassa a lógica mercadológica, onde a terra tem valor monetário, assim como a sua produção. Viver na terra para esse povo sempre representou uma estratégia de sobrevivência, associada a oportunidade de produzir alimentos, que tem uma forte ligação cultural com os seus ancestrais.

A alimentação é um item da cultura, porque representa uma parte da história de vida de um povo, o modo de ser e sentir das pessoas em relação à sobrevivência junto a sua organização. O ato de comer ou alimentar-se evidência costumes, conhecimentos e crenças. (BERALDO, 2006. p 97).

As comunidades tradicionais, resguardam saberes baseados no modo de vida das gerações passadas, que consumiam o que tinham disponível, que geralmente eram frutos da agricultura desenvolvida nos locais onde eles se estabeleciam. Esses saberes e práticas alimentares carregam símbolos que são partilhados entre os membros do mesmo sistema cultural, assumindo um caráter público e, portanto, não são saberes e práticas individuais (BERALDO, 2006. p 100).

Com o fácil acesso a itens industrializados e processados, esse acesso é impulsionado pela aproximação dos centros comerciais, a produção e consumo de alimentos na comunidade do Cedro tem passado por transformações significativas. A rotina de trabalho já não é a mesma e as pessoas estão constantemente divididas entre o campo e a cidade, fazendo com que o tempo dedicado a plantações também sejam diminuídos, esse fato influencia na decisão de comprar ao invés de plantar alguns gêneros alimentícios.

A divisão de trabalho na comunidade do Cedro, está associada ao sexo, os roçados ficam localizados próximos a casa e ao quintal, dividindo espaço com as

espécies frutíferas que são de suma importância para as famílias, pois as mesmas são consideradas como sinônimo de fartura e bons tempos, cuidar dessa área destinada ao roçado é responsabilidade do homem e por sua vez cuidar da horta é função da mulher. Silva (2010), destacou essa função: A horta é o espaço onde principalmente as mulheres plantam, cuidam e colhem; esse espaço é mantido sempre nas proximidades das residências.

A produção na comunidade se organiza tendo como prioridade gêneros alimentícios que incorporam a base alimentar das famílias. As principais culturas são o milho, feijão, arroz, legumes e hortaliças, quando a produção tem excedentes algumas famílias optam por vender, a comercialização é função do homem.

Butto (2011) ressalta como a divisão sexual do trabalho interfere na economia rural: Os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento.

É comum o armazenamento de produtos de um ano para o outro, como é o caso do milho e do feijão, assim a família garante o trato dos animais e o próprio consumo até a próxima safra, uma outra prática comum é a troca de sementes e mudas entre os vizinhos. A criação de animais na comunidade é predominada por animais de pequeno porte, como porcos e galinhas, algumas famílias optam por não ter criações devido ao acesso facilitado a esses produtos nos mercados da cidade. Essa escolha pode ser justificada pelo tamanho dos lotes, que impossibilita a criação de animais, ou faz com que o dono tenha que escolher entre a criação e o plantio, sendo comum a divisão de um mesmo lote para várias pessoas da mesma família produzir.

As crianças durante a semana não ajudam nas atividades produtivas, devido a rotina escolar, porém os pais manifestam em suas falas a importância de as crianças terem contato com as atividades no lote, afirmando que sempre que possível, as crianças e adolescentes participam das atividades, sendo um momento de aprendizagem.

3.5 Conclusões

Compreende-se, assim, que a agricultura desenvolvida na comunidade é destinada a alimentação das famílias, devido aos baixos índices produtivos a comercialização se torna inviável. A proximidade da comunidade do Cedro com o

centro urbano da cidade de Mineiros, reforça a necessidade pela busca de modelos alternativos de agricultura que possibilitem o aproveitamento de oportunidade oferecidas pelo mercado, mas que respeitem as tradições e as condições ambientais da comunidade.

Os resultados obtidos neste trabalho ressaltam que os quintais produtivos na comunidade do Cedro, assumem um papel de muita relevância na resistência contra o sistema alimentar padronizado pelas grandes indústrias.

Os produtores locais da comunidade do Cedro, não tem acesso a canais de comercialização, a falta de conhecimento a respeito dos programas do governo que poderiam estarem inseridos como o PAA e PNAE, demonstram um cenário que já conhecido, evidenciando algo característicos de outras comunidades a falta de acesso a políticas públicas.

Foi possível, através da vivência com as famílias da comunidade do Cedro, afirmar que cai sobre as mulheres a responsabilidade de garantir a soberania alimentar das famílias, o homem é tido como o provedor, reprodutor, porém, as mulheres são responsáveis pela variedade nas refeições.

3.6 Referências

ALMEIDA. M. G. Território quilombola, Etnodesenvolvimento e turismo no Nordeste de Goiás. **ROEGA- o espaço geográfico em análise**. Curitiba, v.40, p. 130 -144, ago./2017.

ALTIERI. M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, jun. 2010.

AMOROZO. M. C.M. A perspectiva etnobotânica e a conservação de biodiversidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BOTÂNICA DE SÃO PAULO, 14, 2002, Rio Claro. **Anais do XIV Congresso da Sociedade de Botânica de São Paulo**, Rio Claro: UNESP, 2002. p.11-29.

ARAGÃO. A. L. S; FERNANDES. R. B; SOTTO-MAIOR. M B. A Biodiversidade das plantas cultivadas nos quintais no território da comunidade Kalunga- Chapada dos Veadeiros/ GO. **XX Encontro Nacional de Geografia Agrária “TERRITÓRIOS EM DISPUTA: Os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento Brasileiro”**. Uberlândia- MG, 15 a 19 de outubro de 2012. 13 p.

BAIOCCHI, M. N. **Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Editora Ática, 1983. p.198.

BERALDO N. A. S. Saberes e práticas alimentares dos agricultores quilombolas da comunidade Moçambique. P 97- 118. **Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas / Associação Brasileira de Antropologia**. Organizador – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006. 116 p.

BELIK, W. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde sociedade**. [online]. 2003, vol.12, n.1, pp.12-20. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S010412902003000100004&script=sci_arttext#top . Acesso em: 10 de fev. de 2019.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 12 de fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015**. 33, p.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

BRASIL. **Ministério da Saúde (MS Brasil). Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia**. Políticas para as trabalhadoras rurais: Ter documento é um direito toda mulher quer respeito. Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural 2004 – 2006. Relatório de Gestão– Brasília: MDA, 2006. 32 p.

BUTTO, A. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania**. In: Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Andrea Butto, Isolda Dantas, org. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.p. 11-36.

Carta de Maputo: **V Conferência Internacional da Via Campesina** Maputo, Moçambique, 1922 de outubro de 2008. 3p. Disponível: x. Acesso em 14 de nov. de 2018.

CASTRO, J. **Geografia da fome: O dilema Brasileiro: Pão ou aço.** — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 10º Ed. 361 p.

ESQUERDO; V. F. S e BERGAMASCO; S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar Brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás.** Tese de doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas- SP. 1997. 180 p.

FAO. Cúpula Mundial de Alimentação. **Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação.** Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em 12 de jan. de 2019.

Gil. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

HOYOS. C. J. C; D'AGOSTINI. A. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 20, nº. 35 pp. 174-198 Jan-abr. /2017.

LA VIA CAMPESINA. Tlaxcala: **Declaração da Via Campesina.** TlaxcalaVia Campesina, 1996.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito camponês. USP 2000. **Revista NERA**, ano 11, nº 12. Presidente Prudente, p. 57-67 Jan.-jun./2008 Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>. Acesso em 14 de nov. de 2018.

NETO, W. M; BERGAMASCO, S. M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na Relação com a natureza. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S, M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.

NEVES, D.P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! p. 211- 217. **Geografia Agrária: Teoria e Poder.** FERNANDES, B. M; MARQUES, I. M. M; SUZUKI, J. C. (orgs.) 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo – 2007. 384 p.

RIGON, S do A; BÓGUS, C. M. **A segurança alimentar e nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação.** In: **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina**

e Caribe. BEZERRA, I e CASSARINO, J.P. (Orgs.) Editora UFPR. 2015. Paraná. 255 p.

ROSSET, P. Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: **Capturando a Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SILVA, J. S. **Análise Sócio- espacial e conhecimento etnobotânico em uma comunidade quilombola no Sudoeste de Goiás**. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2010.

SOUZA, V. C. **O processo de construção do conhecimento geográfico na formação inicial de professores**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia – IESA/UFG. 2009. 214 p.

WANDERLEY, M de N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social Dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S, M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar Brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia Rural**: Questões Metodológicas Emergentes. Presidente Venceslau: Letras À Margem, 2002. Cap. 1, p. 19-32.

ZANOTTO, R. **Soberania alimentar como construção contra hegemônica da via campesina: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NA BOLÍVIA**. São Paulo: Dissertação de mestrado em Geografia Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPR) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial). 2017. 185 p

4 AS MULHERES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO CEDRO: UMA ETNOGRAFIA ENTRE O CAMPO E A CIDADE

Aline Grigório da Silva⁷
Janice Rodrigues Placeres Borges⁸
Jesiel Souza Silva⁹

RESUMO

Esse artigo busca descrever os elementos que contribuem para o desenvolvimento das diversas atividades cotidianas das mulheres remanescentes de quilombola da comunidade do Cedro, entre o Campo e a cidade, buscando explorar os diversos enfrentamentos ocorridos no dia a dia na realidade destas mulheres. Metodologicamente, optou-se pela Etnografia, que possibilitou uma aproximação das entrevistadas e do ambiente de idealização da pesquisa, durante o trabalho de campo, foram feitas dez entrevistas semiestruturadas. Concluindo que, as atividades desenvolvidas pelas mulheres dentro e fora da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, tem uma posição de relevância para as famílias, fazendo dessas mulheres a principais protagonistas na busca por autonomia e mudanças sociais.

Palavras-chave: Quilombo. Trabalho. Empoderamento.

ABSTRACT:

This article aims to describe the elements that contribute to the development of the daily activities of the remaining quilombola women of the community of Cedro, between Campo and the city, seeking to explore the various confrontations that have taken place in the daily life of these women. Methodologically, we opted for Ethnography, which made possible an approximation of the interviewees and the environment of idealization of the research, during the field work, ten semi-structured interviews were made. Concluding that the activities carried out by women within and outside the community of remaining Cedro quilombolas have a position of relevance for families, making these women the main protagonists in the search for autonomy and social changes.

⁷Mestranda do Programa de Agroecologia e Desenvolvimento Rural. PPGADR- Universidade Federal de São Carlos UFSCar, Campus Araras. Rod. Anhanguera km 174- SP 330.

⁸ orientadora; graduada em Ciências Sociais pela UNESP, possui Mestrado em Ciências Sociais pela UFSCar, Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental pelo CRHEA/USP e Pós-doutorado em Medicina Social, pela FMRP/ USP. Docente do Centro de Ciências Agrárias CCA- Departamento de Tecnologia Agroindustrial e Socio Economia Rural- DTAISER-Universidade Federal de São Carlos UFSCar. Rod. Anhanguera km 174- SP 330.

⁹ Co orientador; graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Agrícolas pela Universidade Federal de Lavras. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pelo Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de São Carlos/EMBRAPA Meio Ambiente. Doutor em Geografia-Gestão Territorial e Ambiental pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília- IH-UnB. docente do Instituto Federal Goiano- campus Rio Verde. Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural *Rio Verde* - Go

Keywords: Quilombo. Labor. Empowerment.

4.1 Mulheres quilombolas

As mulheres quilombolas tem sua história atrelada a condições de vulnerabilidade social e a processos de invisibilidade disseminados pela sociedade, para romper com esses paradigmas, essas mulheres lutam e resistem, criando estratégias que visam sua ascensão nos espaços onde estão inseridas. Estas mulheres, na maioria das vezes, são invisibilizadas pela ideia de uma coletividade destituída de gênero, atribuída ao modo de vida das comunidades quilombolas (MONTEIRO, 2013).

A história das mulheres quilombolas é marcada por processos árduos de luta e pela busca constante de reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos nos setores econômicos, sociais e culturais dentro e fora das comunidades onde habitam. Segundo Monteiro (2013), existe uma clara liderança feminina em grande parte das comunidades, que mostra como essas mulheres ocupam cargos de poder e de decisão nos territórios nos quais atuam.

Para Souza e Araújo (2014), o empoderamento destas mulheres quilombolas perpassa as referências históricas, na medida em que constituem uma trajetória de luta e contraposição dos espaços de invisibilidade, opressão e desigualdade.

A luta pelo rompimento dos paradigmas que taxam essas mulheres como coadjuvantes nos processos históricos, tem mostrado que as mulheres estão presentes na luta pela garantia dos direitos das comunidades onde estão inseridas. Para Grossi et al (2018), as violações de direitos vivenciadas pelas mulheres quilombolas e suas famílias, evidenciadas em indicadores de vulnerabilidade social, econômicos e de saúde, possuem uma dimensão estrutural.

As mulheres quilombolas vivenciam opressões que se reproduzem no seu cotidiano, essas opressões são caracterizadas pela falta de acesso a políticas públicas que são desenvolvidas para atender as necessidades das comunidades nas esferas, econômicas sociais e culturais. A procura por melhores condições de vida, fazem com que essas mulheres estejam sempre lutando por mudanças, como demonstrado por Monteiro (2013, p. 212-213):

As transformações ocorridas no mundo exterior afetam e também transformam o modo de vida das comunidades quilombolas e como tal os espaços de atuação das mulheres quilombolas, que agora abraçam outras

lutas sempre em busca de melhores condições de vida. Se antes o espaço de atuação da mulher estava relacionado à luta constante pela reprodução da família e da comunidade, hoje, essa luta toma outros sentidos. Atualmente lutam pela vida, nos territórios de vida e pela inclusão em políticas públicas.

Vale destacar que foi historicamente atribuído as mulheres quilombolas dentro das comunidades onde estas estavam inseridas, a responsabilidade pelos afazeres domésticos e os cuidados do esposo e dos filhos, isso engloba os cuidados da saúde e o tratamento das doenças. Baseadas no acúmulo de saberes tradicionais e a aproximação com a natureza, as plantas se tornaram a base para as práticas de cuidados com a saúde.

A relação intrínseca entre o trabalho das mulheres quilombolas, quase sempre ligado à lavoura, e a preservação do meio ambiente natural, indica outro papel de grande importância exercido por elas, qual seja, a proteção dos direitos culturais na construção de uma gestão ambiental dos recursos naturais para a sustentabilidade de suas comunidades (SOUZA; ARAÚJO, 2014, p. 11)

A resistência das mulheres quilombolas se torna efetiva quando as mulheres buscam espaços que possibilitem a busca por ações que promovam saúde, educação, habitação, trabalho e de assistência social para a sua comunidade. Esperamos com essa pesquisa contribuir para o fortalecimento das reivindicações das mulheres da comunidade do Cedro, ajustando ações afirmativas que possam contribuir para dar visibilidades as necessidades das mulheres quilombolas.

4.2 Jovens quilombolas e o acesso à educação

A temática da educação quilombola, está inserida em um cenário marcado por reivindicações e luta, por uma educação escolar inclusiva, que leve em consideração os valores locais, culturais e religiosos. Para Miranda (2012), a implantação da modalidade de educação quilombola insere-se numa trajetória de discussões no campo educacional iniciada ainda na década de 1980 e marcada por alto grau de mobilização em torno da reconstrução da função social da escola.

Na política educacional a educação quilombola, foi negada durante anos, mesmo depois de políticas específicas para esse segmento, as comunidades quilombolas em sua totalidade, não contam com escolas. Contudo, de acordo com Miranda (2012), é possível compreender que a implantação da educação quilombola

desestabilizou os estigmas sociais de inserção subalterna da população negra na sociedade e no sistema escolar.

No Brasil, os debates acerca de políticas afirmativas, para a população negra começou a ganhar espaço a partir de 2001, com a participação do país na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul. Oliven (2007, p. 30) traz uma definição do que são as Ações Afirmativas e os seus objetivos:

O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando.

No Brasil, a primeira tentativa de consolidação de uma ação afirmativa, ocorreu no ano de 1983, quando o então deputado pelo estado do Rio de Janeiro, Abdias do Nascimento, apresentou uma proposta de lei. Segundo Campos (2017), nessa proposta, buscava-se a isonomia social do negro, abrangendo áreas como emprego público e privado. A criação da lei 10. 639, de 9 de janeiro de 2003, incluiu no currículo escolar a obrigatoriedade da temática, História e cultura Afro-Brasileira.

Incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra Brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (BRASIL, 2003).

Se tratando de ensino de nível superior, não temos uma lei específica destinada para jovens quilombolas, o acesso à universidade acontece através da lei de cotas. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências (BRASIL, 2012).

A lei de cotas prevê que no mínimo 50% das vagas sejam designadas para candidatos pretos, pardos e indígenas, nas instituições federais de ensino superior, sendo que não são designadas vagas específicas para remanescentes de comunidades quilombolas. Segundo a lei de cotas, após o processo seletivo, ou vestibular, para ter direito a ingressar na universidade por esse sistema, o candidato

deve apresentar uma declaração, afirmando pertencer a aquele grupo, como exposto a seguir:

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2012)

4.3 Metodologia

O processo investigativo foi de natureza qualitativa por atuar em ações humanas carregadas de significados, valores, crenças, opiniões e representações. A escolha por métodos qualitativos foi impulsionada pela busca da compreensão dos diversos elementos que fazem parte do universo da pesquisa.

Para Flick (2007), a pesquisa qualitativa trabalha, sobretudo, com textos. Métodos para a coleta de informações, como entrevistas e observações - produzem dados que são transformados em textos por gravação e transcrição.

O método utilizado foi o etnográfico, o qual é composto de vários procedimentos, incluindo a observação direta, para do pesquisador dentro da comunidade estudada. A Etnografia tem como objetivo compreender as técnicas e costumes compartilhados dentro de um determinado grupo ou comunidade, tendo como perspectivas, escrever sobre essas pessoas que formam o grupo estudado. Segundo Clifford GEERTZ, "o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma descrição densa" (GEERTZ, 1978, p. 15).

O trabalho do etnógrafo vai além da oralidade que passa para a escrita descritiva, como exposto por Malighetti (2004, p. 111):

A etnografia é também um movimento de contínua reelaboração do escrito, de transcrição de documento a documento, produzindo um texto compósito que reúne várias formas de fontes escritas, dos diários às notas de campo, das transcrições das palavras dos interlocutores às outras etnografias e aos outros tipos de textos.

Antes de iniciar o trabalho de campo, o primeiro contato estabelecido com a comunidade, aconteceu no mês de Outubro de 2017, nesse período procurei uma das lideranças da comunidade, falei sobre a pesquisa, seus objetivos e para atender as especificidades do comitê de ética, formalizamos a autorização para a realização da pesquisa no território da comunidade do Cedro, através da Carta de Anuência.

A primeira ida a campo para a coleta de materiais, aconteceu entre fevereiro e março de 2018, essa primeira visita foi planejada com o objetivo de testarmos a metodologia, a partir desta visita ocorreu uma aproximação entre pesquisadora e comunidade, em que foi possível observar os grupos a serem estudados, seus comportamentos, além de possibilitar uma reflexão a respeito do que deveria ser abordado nas entrevistas e conversas, que aconteceram na fase seguinte do desenvolvimento do plano de trabalho.

Para Boni e Quaresma (2005), as entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas.

As entrevistas aconteceram na casa de cada entrevistado, priorizando a disponibilidade de cada um, seguindo um roteiro de entrevista pré-elaborado. Segundo Boni e Quaresma (2005), ela é a técnica de coleta de dados mais utilizada no processo de trabalho de campo, onde os pesquisadores irão buscar informações sobre os dados objetivos e subjetivos do grupo pesquisado.

Para a realização das entrevistas, adotou-se a seguinte estratégia, foram estabelecidos três grupos, sendo o grupo a) mulheres jovens, grupo b) mulheres de meia idade e o grupo c) mulheres velhas. Os três grupos foram pré-definidos a partir da idade, sendo considerados jovens as mulheres com idade entre 18 a 44; meia-idade: 45 a 59 anos; idosa: 60 anos ou mais. As entrevistadas que contemplavam os três grupos foram escolhidas aleatoriamente, nessa etapa da pesquisa a aproximação das pessoas durante a estadia na comunidade foi primordial, na medida em que conversava com as pessoas, as mesmas iam passando informações para as outras, em alguns casos ao chegar na casa de uma determinada pessoa a mesma já estava sabendo do trabalho e da pesquisa em andamento, essa comunicação entre os moradores, foi positiva para pesquisa, por que influenciou na maneira como fui recebida quando procurava as pessoas. A rotina das famílias entre campo e cidade

foi um dos obstáculos para conseguir realizar as entrevistas, em alguns casos precisei voltar ao mesmo lote três vezes para conseguir realizar a entrevista, considerando possíveis empecilhos a pesquisa já tinha como proposta realizar as entrevistas de acordo com a disponibilidade das pessoas, essas idas aos lotes possibilitavam uma observação, a cada visita, um novo fato era percebido.

A observação participante ocasionou um contato intenso entre os envolvidos sem sair do contexto geral, porque tudo aconteceu dentro da comunidade. Os entrevistados também demonstraram interesse em saber sobre a pesquisadora, de modo que em alguns momentos o papel de entrevista e entrevistador eram trocados. As perguntas mais frequentes feitas a pesquisadora foram relacionadas a sua origem e composição familiar, configurando uma sensação de liberdade que favoreceu a aproximação e laços de confiança entre pesquisador e entrevistado.

Para registrar essas impressões, utilizei o Diário de Campo, instrumento imprescindível para a pesquisa de cunho antropológico. Segundo Falkembach (1987), o diário de campo é um instrumento de anotações, um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexão, para uso individual do investigador em seu dia a dia.

O diário de campo permitiu que as impressões percebidas sobre os acontecimentos que cercavam os locais visitados, fossem registradas após a entrevista, possibilitando um momento de escrita, reflexão e observação sobre os acontecimentos diários, esse registro descritivo contínuo, foi importante para uma autoanálise, permitindo que a cada escrita ou relato, pudesse se fazer correções para as próximas visitas.

Na terceira etapa do trabalho, algumas respostas obtidas nas entrevistas semiestruturadas foram categorizadas, através da análise do conteúdo. Essa metodologia permite a utilização de técnicas para a organização das informações obtidas nas respostas proporcionando a compreensão das comunicações.

As categorias foram criadas a partir dos tópicos que surgiram durante as entrevistas semiestruturadas, esses tópicos deram origem às unidades temáticas, configuradas de acordo com critérios de frequência e relevância (BARDIN, 2009; OLIVEIRA, 2008).

4.4 A comunidade do Cedro

A história da comunidade do Cedro é também a história da vida do seu fundador, Francisco Antônio de Moraes conhecido popularmente na comunidade como Chico Moleque. Os registros de sua história retratam sua bravura e determinação que culminaram na compra das terras, onde está situada a comunidade do Cedro. a autora Baiocchi (1983) em seu trabalho titulado de os Negros do Cedro, descreve como Chico Moleque conseguiu através do seu trabalho a liberdade da sua filha e esposa:

Chico Moleque (Francisco Antônio de Moraes), negro bom, alto e muito valente, só pensava em forra sua mulher, sua filha e melhorar a vida da sua gente. Ele não fugiu pro mato. Enfrentou a luta pelo trabalho. O ganho dele foi gerado do serviço de dias santos e domingos, e nem todos os domingos e dias santos João Gabriel deixava ele trabaiá pra ele. Tinha que trabalhar para João Gabriel. Entoce ele foi trabalhando, ajuntando, e naquele servicim forrô a mulher e depois a Benedita Marcos de Jesus, sua filha mais velha; ele foi um dos primeiros home que trabaiô aqui no Goiás (Mineiros), que vendeu um carro de milho por 10 mil-réis, o homem mais rico que tinha pele preta (BAIOCCHI, 1983, p. 83-84).

A maneira como os fatos são relatados acerca da caminhada de Chico Moleque demonstra o compromisso que os descendentes dele assumiram como a história, durante o trabalho de campo, um dos entrevistados que é conhecido pela comunidade como o contador de histórias, relatou com fidelidade o mesmo fato registrado em 1983 por Baiocchi. Para os cedrinos, o esforço de trabalho de Chico Moleque e seus descentes é o principal argumento de legitimação da identidade étnica quilombola e que se manifesta na existência de um território, conquistado no passado (ASSIS, 2016).

A comunidade do Cedro, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares (FCP), no ano de 2005, como remanescente de quilombolas. A certificação é um marco na comunidade por que possibilitou o acesso a políticas públicas, sendo um avanço no processo de demarcação na área da comunidade. Para Baiocchi (1983), a terra, para o cedrino, é um valor sagrado que o liga à sua origem, a seu ancestral, Chico Moleque. A terra, representa sua sobrevivência como grupo étnico, inclusive.

O auto reconhecimento como remanescentes de quilombo, é essencial no processo de certificação, assim como o trabalho realizado pela Fundação Cultural

Palmares, para que as comunidades que se reconhecem e afirmam ser remanescentes de quilombolas, sejam respeitadas.

O processo de titulação dos territórios quilombolas, é atribuição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrícola (INCRA) que na esfera federal é o órgão responsável. Esse processo de titulação, depende de trabalhos técnicos realizados para identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, esses esforços de profissionais de várias áreas resultam no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, como definido pelo INCRA (2017, p. 17):

O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças: relatório antropológico; planta e memorial descritivo do perímetro do território, bem como mapeamento e indicação das áreas e ocupações lindeiras de todo o entorno da área; cadastramento das famílias quilombolas; levantamento fundiário com levantamento de documentos e de dados dos imóveis inseridos no perímetro do território quilombola reivindicado, assim como de seus proprietários ou posseiros; relatório agroambiental do território proposto, com o levantamento de suas características e possibilidades; detalhamento da situação fundiária e de sobreposição de outros interesses estatais no território pleiteado; pareceres conclusivos das áreas técnica e jurídica.

No caso da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, o processo de titulação não foi necessário, por que as famílias já tinham a posse da terra. Porém estão sendo longos anos de espera, para que o processo tenha continuação e a demarcação do território aconteça. As mudanças ocorridas no território representam uma ameaça para a comunidade do Cedro.

hoje não precisava a gente viver do jeito que vive, por que os caras tá em cima do que é nosso. As pessoas hoje fazem loteamento em cima do que era nossa, outros fazem pastos, outros têm lavouras ou até mansões. por aí vai. Áreas gigantescas, áreas que a gente poderia estar trabalhando, desfrutando de uma área que era nossa por direito e acaba que a gente não teve remuneração por nada disso aí. a gente tem esses retalhos aí hoje e tenta segurar e motivar a comunidade e não é fácil. (entrevistado 1).

Durante esse período de espera pessoas que fazem parte da associação de moradores da comunidade do Cedro têm sido atuantes nas cobranças, sempre que necessário a comunidade envia lideranças que acompanham o andamento do processo e tentam motivar as pessoas que resistem e lutam para se manter na terra.

4.5 Quem são as mulheres do cedro?

Ao nos referirmos à luta, representatividade e papéis de liderança das mulheres quilombolas da comunidade do Cedro, estamos pressupondo que essas mulheres estão buscando um rompimento com o processo de invisibilidade que cerca a histórica desse grupo. A participação das mulheres em grupos do movimento quilombolas, possibilitou uma formação de lideranças femininas dentro da comunidade. As mulheres ao falarem da sua realidade estão trazendo consigo histórias de vida, vivências do seu cotidiano entre o campo e a cidade e evidenciando o compartilhamento de experiências.

Para entendermos quem são essas mulheres e o contexto onde estão inseridas, precisamos nos atentar para conseguir abordar os diversos espaços sociais onde a presença da mulher Cedrina é efetiva. Essas mulheres transitam entre o rural e o urbano, mostrando como elas se movimentam na busca por trabalho e reconhecimento pelo seu papel, na organização dos ensinamentos passados de geração a geração.

As mulheres que nasceram na comunidade, tem origem rural, sua infância foi marcada pelo trabalho agrícola na roça. O baixo nível de escolaridade entre algumas é justificado pelo fato de as escolas da época serem distantes, sendo que em alguns casos durante o período de plantio e colheita tinham que deixar a escola para trabalhar juntamente com a família.

As mulheres deixavam suas casas na comunidade do Cedro em busca de atividades remuneradas na cidade de Mineiros, essa decisão era movida pelo desejo de ter condições de vida melhores e contribuir para a renda familiar. Quando a questão foi trabalhos realizados fora da comunidade, a função que foi citada pelas entrevistadas classificadas como mulheres velhas e de meia idade, foi o trabalho como doméstica. Segundo essas mulheres as oportunidades na época eram muito poucas, e as mulheres aprendiam desde muito cedo as realizar as tarefas domésticas.

Das dez entrevistadas para este trabalho, todas fazem parte de algum grupo dentro da comunidade (religioso, político, cultural, educacional), sendo comum a entrevistada estar inserida em mais de um grupo, assim como quando foram questionadas sobre as atividades que desempenham no dia a dia, as entrevistadas se dividem entre o trabalho remunerado dentro e fora da comunidade, sendo que as

mulheres que trabalham dentro do espaço da comunidade, também precisam se deslocar para exercerem suas funções.

4.6 Produção de sentido sobre os enfrentamentos cotidianos das mulheres na comunidade do cedro.

A primeira categoria foi criada com base no desenvolvimento do trabalho. Unidade temática 1: Significado das atividades cotidianas e os elementos que cercam as atividades desenvolvidas pelas mulheres.

Na categoria 1.1, o pertencimento ao lugar. A percepção que predominou em todas as entrevistas, foi a ligação identitária com a comunidade e seus significados na vida das mulheres, mesmo diante das dependências do espaço urbano, as mulheres sentem a necessidade de retornar para a comunidade do Cedro, por isso optam por estar na cidade apenas durante o tempo necessário, criando essa árdua jornada entre campo e cidade, como demonstrado nos depoimentos a seguir:

Fico lá na pastoral da criança das 7:30 até às 11:30, depende de como está o serviço lá aí eu venho para casa na comunidade e 13:30 volto e entro na clínica. eu já tenho minha organização, então não pesa muito e nos finais de semana eu estou aqui e acabo dando uma organizada nas coisas para trabalhar durante a semana. Eu gosto de morar aqui na comunidade, eu tenho casa na cidade, mas nunca morei lá. (entrevistada 1)

Eu gosto de morar aqui na comunidade, eu nem sei dizer do que eu mais gosto, eu acho que é de tudo por ser tudo família todo mundo amigo, não tem aquela desordem como na cidade tem. o meu filho já brinca, corre, faz o que quer aqui, na cidade não dá para fazer porque não tem lazer, não pode brincar porque não pode ir para rua. (entrevistada 2)

Alguns dias descia às 8 horas da noite a pé, aí eu já ficava meio assim, com receio Porque antes eu só via conhecido depois eu já ficava com medo porque eu não sabia quem podia chegar ali, ou passar por mim na estrada mas entre lá e aqui (entre morar em Mineiros e no cedro) eu ainda prefiro correr o risco estando aqui do que me mudar para lá. (entrevistada 3)

querendo ou não, aqui é o lugar onde praticamente todo mundo da comunidade nasceu, viveu a vida inteira é praticamente como se diz: É o nosso lugar, é o nosso refúgio, nosso bem maior que tá aqui! (entrevistado 6)

As afirmações acima destacam a escolha das entrevistadas, mesmo tendo condições de morar na cidade onde realizam suas atividades remuneradas, em outros casos vão a cidade para utiliza alguns serviços que só podem ser acessados lá, as mulheres consideram a comunidade do Cedro como seu lugar, muitas justificam suas escolhas por permanecerem morando na comunidade pela sensação de segurança.

Um outro fator que contribui para a permanência no campo são as relações de parentesco, o fato de sentir-se em família reforça a relação de pertencimento ao lugar.

Para Monteiro (2013), as mulheres não se eximem da obrigação exclusiva dos afazeres da casa responsáveis pela manutenção e/ou reprodução da família, mesmo quando assumem outras jornadas de trabalho fora da casa.

Para Souza e Araujo (2014), em geral, é verdade que há um acúmulo e sobrecarga de atividades desempenhadas pelas mulheres nos núcleos familiares dos quilombos rurais. Normalmente, as mulheres dessas comunidades podem vir a acumular até três jornadas diárias de trabalho.

Considerou-se como relevante, para análise a categoria 1.2 trabalho coletivo. Para 9 das entrevistadas o significado atribuído para o trabalho coletivo, ou em grupos foi de algo bom, as mesmas entrevistadas mencionaram ter preferência por trabalhar em grupo. Avaliando como mais prazeroso e satisfatório, como demonstram os trechos a seguir:

eu acho assim, quando a gente tem três ou quatro pessoas juntos a gente fica na consciência de que as coisas ficam mais forte, sabe assim, eu gosto de trabalhar com pessoas (entrevistada 1, 54 anos).

Eu prefiro em grupo além de ser mais agradável sozinha a hora nem passa, quando o serviço em grupo você distrai a hora passa mais rápido e o serviço rende mais, você que trabalha conversa brinca e se distrai (entrevistada 5, 67 anos)

Nossa! eu gosto demais! você vai fazer em grupo é bem melhor do que você fazer sozinha. (entrevistada 5, 67 anos)

tem coisas que é bom você fazer sozinha, mas trabalhar aqui em grupo é melhor. (entrevistada3, 63 anos).

Dentre as entrevistadas, apenas uma demonstrou ser irrelevante trabalhar em grupo ou sozinha, por considerar que as atividades vão ser as mesmas.

pra mim tanto faz, ou em grupo ou só, pra mim não tem diferença não, eu gosto de trabalhar, produzir, se tiver muita gente melhor ainda, se não dá o que tiver que fazer a gente faz. (entrevistada 4, 39 anos).

Esse fato é relevante por que mesmo que a maioria das entrevistadas tenham dito que preferem trabalhar em grupo ou coletivamente, as atividades desenvolvidas dentro do espaço comunitário da associação de moradores da comunidade do Cedro são conduzidas por iniciativas individuais, já o trabalho das mulheres no Centro de Plantas Medicinais, conta com uma equipe que trabalha em dias diferentes, a

justificativa para que os trabalhos coletivos tenham deixado de ser prioridade, foi as diferenças de opiniões e conflitos que aconteceram dentro dos grupos mencionados.

Na categoria 1.3, a rotina de trabalho, durante as entrevistas, notamos nos relatos das mulheres que, para elas e para o universo onde estão inseridas, é comum elas se dedicarem a diversas tarefas ao longo do dia, sendo que para elas essa sobrecarga de trabalho é comum.

O dia que eu vou para Cidade eu falo vou levantar de manhã e ir, mas não consigo porque sempre está aquela bagunça aí eu preciso dar uma geral primeiro porque quando eu chego eu já chego cansada, aí fica meio puxado tem coisa que está ficando passado da hora de fazer (entrevistada 3, 63 anos).

A mulher hoje trabalha fora, tem casa para cuidar, família, ela é mesmo uma guerreira por que mesmo cansada ela consegue sorrir e brincar, como se diz: a mulher ela não para ela é uma dinâmica (entrevistada 6, 32 anos).

Categoria 1.4, conhecimento tradicional: as mulheres da comunidade do Cedro trazem em suas falas uma preocupação quanto à continuidade do trabalho realizado com as plantas medicinais. Todo trabalho desenvolvido teve origem no conhecimento empírico dos mais velhos, passado de geração em geração pelos idosos.

O conhecimento é transmitido hereditariamente por meio da fala e da escuta, a palavra dita tem uma importante dimensão, pois traz consigo os valores sagrados e, na constante repetição, torna-se o repasse de saberes (SANTOS, 2012, p. 2)

Essa insegurança é reforçada pelas mudanças ocorridas no território da comunidade, os jovens estão deixando cada vez mais cedo a comunidade, em busca de qualificação, estudo e trabalho remunerado. Nas falas a seguir é possível perceber como a preservação do conhecimento tradicional está relacionada a conscientização dos jovens.

O que a gente não pode fazer, pelo menos está vendo os filhos e os netos, eu sempre falo para eles: O importante é vocês estudar, fazer curso porque se você tiver um curso é melhor para você conseguir um emprego, abre muitas portas, a gente queria muito que eles (os jovens) estivessem aqui dentro com a gente, aprendendo mas aquele vínculo daqui, aqueles que são daqui da comunidade mesmo, eles ainda vem e vão para o cerrado. É no sangue! (entrevistada 8, 24 anos).

É um conhecimento empírico que vai passando de geração em geração e caso não sejam elas, (as Mulheres), passando esse conhecimento para os netos, os meus filhos, os próximos não vão conhecer é um trabalho muito

importante para população de mineiros também, muitas pessoas que precisam de remédios elas vêm aqui (entrevistada 2, 23 anos).

O mais importante é o conhecimento tradicional, as plantas, não só do que é produzido, mas do aprendizado, saber não ocupa lugar não é só o saber da faculdade, somos limitados e esse conhecimento natural daqui que precisa ser preservado (entrevistada 6, 32 anos).

O conhecimento tradicional, traz significados para a vida das pessoas mais velhas da comunidade. Para Silva (2010), os moradores atribuem esse conhecimento de uso de plantas medicinais ao conhecimento tradicional familiar, sendo os idosos e as mulheres as principais disseminadoras do uso de plantas medicinais dentro da comunidade.

Em relação à unidade temática 2, Luta, liderança e representatividade, foram identificadas três categorias. Teremos como finalidade, nessa unidade temática, identificar as ideias que são utilizadas pelas mulheres que estão inseridas em espaços de discussões, que visam contribuir para o resgate da identidade quilombola, representando a comunidade de remanescentes de quilombolas do cedro em diversos aspectos.

A categoria 2.1 reflete as percepções quanto as necessidades das mulheres da comunidade, no sentido coletivo. Constatamos durante o trabalho de campo, que as mulheres da comunidade nunca foram contempladas com algum projeto destinado às suas necessidades específicas como uma categoria dentro da comunidade. Todas as entrevistadas afirmaram nunca terem acessado uma política pública direcionada a mulheres. Esse fato reforça o que é afirmado por Lozano e Lago (2017), de modo geral, as políticas públicas voltadas para as mulheres Brasileiras buscaram conceder benefícios sociais a determinados grupos de mulheres ao longo da construção do país.

Os autores ainda afirmam que é visível, a ausência de políticas públicas voltadas para algumas, que ainda não foram contempladas por essas ações, seja por não atenderem a critérios específicos determinados pelas próprias políticas, seja porque ainda incorporam alguns conflitos de interesses entre os diferentes grupos de mulheres no país (LOZANO; LAGO, 2017).

As entrevistadas traçam com clareza as principais necessidades das mulheres da comunidade do Cedro, começando por assistência para o desenvolvimento de atividades com finalidade econômica e os cuidados com a saúde.

Falta muita assistência, assistência de saúde, assistência psicológica, uma corrente da mulher mesmo, da informação da prevenção, demais acho que

se a mulher tivesse essa assistência local a gente viveria bem melhor (entrevistada 6, 32 anos).

Se viesse a ter uma unidade de saúde no laboratório, teria que ter um meio de locomoção também, por que essas pessoas que estão aqui, não dão Conta de chegar no laboratório a pé, se não dá conta de irem mineiros não dá conta de ir no laboratório! (entrevistada 7, 28 anos).

Não é só em relação às mulheres falta para todos, não é só aqui na comunidade se tratando de política em si, ultimamente eles estão querendo saber só do vem a mim, do que me beneficia, não que vai beneficiar o outro eles não estão olhando para o outro (entrevistada 8, 24 anos).

As mulheres da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro enfrentam problemas que estão relacionados a desigualdades sociais, que são reproduzidas pelas desigualdades econômicas. Para Lozano e Lago (2017), é papel das políticas governamentais atender as distintas demandas das diferentes mulheres que compõem o gigantesco universo que abrange o Brasil, urbano e rural.

Durante as entrevistas, ficou visível que as mulheres desconhecem as políticas públicas que elas poderiam acessar. Esse fato nos leva à afirmativa de que, mesmo não sendo citado, o acesso à informação também é uma necessidade desse grupo.

O acesso a informação pode possibilitar a promoção de reflexões que busquem reduzir as desigualdades e a exclusão de grupos dentro da própria comunidade, buscando acessar os seus direitos sociais, políticos e econômicos.

A categoria 2.2, Papel de liderança exercido pelas mulheres, traz um fato que merece destaque: como as mulheres da comunidade estão rompendo com os paradigmas de submissão. O autoconhecimento e a afirmação da identidade quilombola têm possibilitado que as mulheres participem dos espaços de tomada de decisões, que podem ser definidos com espaços de superação.

Atualmente a comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, tem uma mulher que faz parte da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), essa mesma comissão visa fortalecer através de projetos as comunidades tradicionais nos setores sociais, econômicos, ambiental e cultural.

Essa mesma mulher está inserida em uma rede socioambiental. A *Articulação Pacari* é uma rede socioambiental formada por organizações comunitárias que praticam medicina tradicional através do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. Diante do exposto, podemos acompanhar através das falas como as mulheres têm conquistado sua autonomia dentro e fora da comunidade do Cedro.

Nas palestras, aulas, cursos, onde eu vou, levo a história da minha família, dos meu antepassados, sempre falo de onde eu sou. É muita reponsabilidade, por que as pessoas confiam seu objetivo a você. (entrevistada 5, 67 anos).

A mulher para mim ela é mais forte do que o homem, o homem é mais durão, mas a mulher tem mais força de vontade, ela não desiste fácil, ela insiste mais (entrevistada 1, 54 anos).

Eu me sinto representada pela minha avó porque às vezes até eu falo assim: ah, não vou não, vamos mexer com isso não, ano passado não deu certo, vamos parar! E ela diz, vai dar certo sim, a gente vai fazer, não podemos deixar acabar, as vezes a gente está descrente e ela lutando ali para que lugar certo (entrevistada 9, 25 anos).

As mulheres daqui as pessoas têm uma visão muito diferente do que é ser uma mulher quilombola. Elas têm conhecimento elas sabem do que estão falando as mulheres daqui tem conhecimento. Ver o trabalho das mulheres me ajudou muito, entender coisas como meu cabelo, porque quando você convive com pessoas que são brancas não adianta você conversar que não vão entender (entrevistada 8, 24 anos).

A associação de moradores da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro é presidida por uma mulher atuante na luta pelo reconhecimento e demarcação do território. Ela é integrante do Conselho Municipal de Saúde, onde é atuante na cobrança e fiscalização das ações desenvolvidas na área da saúde do município.

A atuação das mulheres dentro da comunidade, demonstra o que foi exposto por Monteiro (2013), ser liderança comunitária significa muito mais que administrar associações, significa estar disposta a lutar por terra, por saúde, por educação, por melhores condições de vida.

A comunidade é referência no uso e fabricação de remédios naturais, com frequência a comunidade recebi equipes de telejornais da região, que procuram a comunidade para demonstrar a relação com o cerrado e os conhecimentos tradicionais. As mulheres são as protagonistas destas reportagens.

Os elementos expostos nessa categoria demonstram que as mulheres da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro estão despertando em busca de autonomia, melhores condições de vida e visibilidade. Na visão de Monteiro (2013), para que as mulheres sejam reconhecidas enquanto remanescentes de quilombos, é preciso vislumbrar um futuro com menos privações para seus filhos (as), para a família e para comunidade como um todo.

A categoria 2.3, enfrentamentos e preconceitos, reflete sobre as situações do dia a dia dessas mulheres, nos espaços onde estão inseridas, perpassando por situações étnico raciais. A busca por melhores condições de vida, qualificação e inserção no mercado do trabalho é um desafio árduo para as mulheres da comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro.

Eu já perdi vaga de serviço por estar de trança, a pessoa falou assim, ah se você tivesse o cabelo assim, diferente, porque as pessoas reclamam de trança (entrevistada 9, 25 anos).

Todas as vezes eu entreguei currículo, tenho 23 anos entrega o currículo desde os 18 todas as vezes que eu entreguei currículo eu nunca fui chamada para nenhuma entrevista porque eles exigem currículo com foto e eu levo a foto eles nem ligam para falar assim oi vem para entrevista, nunca! todos os serviços que eu já tive foi porque outra pessoa me indicou (entrevistada 2, 23 anos).

Dentro de todas as turmas que eu já frequentei, só tem um negro na sala e esses negros geralmente são os negros daqui da Comunidade, na sala onde eu estou eu sou a única Negra, eu me vejo como a única Negra representante mas se não fossem as cotas, porque os únicos que estão lá são por cotas E por que são bolsistas. (entrevistada 8, 24 anos).

Os depoimentos das mulheres acima demonstram situações vivenciadas no cotidiano. De acordo com Sartori (2004), passa-se a pensar num novo sujeito social, as mulheres que saem do seu contexto do privado (esfera doméstica), onde eram anuladas e silenciadas, e passam para um contexto de atuação no mundo do trabalho na esfera pública, social e política.

A busca por remuneração e qualificação tem reforçado a luta das mulheres remanescentes de quilombolas do Cedro em busca por visibilidade social. Para Lima (2015), existem avanços e lutas em relação à entrada da mulher no mercado de trabalho, como também é inegável que existam empecilhos atuando na questão da presença da mulher no trabalho remunerado, mas, mesmo assim, permanecem as desigualdades e a opressão da mulher.

Na comunidade de Remanescentes de quilombolas do Cedro, os jovens têm tido a oportunidade de ingressar em um curso de ensino superior, através de uma parceria estabelecida entre uma instituição privada e a comunidade. A universidade oferece vagas com descontos para os jovens da comunidade e como contrapartida os jovens prestam serviços para a comunidade durante o tempo que recebem a bolsa. A tabela 1 mostra os alunos que foram contemplados com essa bolsa, o sexo, o curso e o status.

Tabela 1: remanescentes de quilombolas da comunidade do Cedro cursando nível superior.

JOVENS DA COMUNIDADE DO CEDRO CURSANDO NÍVEL SUPERIOR			
ALUNO	SEXO	CURSO	STATUS DO CURSO
F	M	PSICOLOGIA	CURSANDO
G	F	PSICOLOGIA	CURSANDO
T	F	FARMÁCIA	CURSANDO
C	F	FISIOTERAPIA	CURSANDO
Y	F	DIREITO	CURSANDO
H	F	DIREITO	CURSANDO
L	M	FISIOTERAPIA	CURSANDO
W	F	FARMÁCIA	CONCLUÍDO
J	F	FISIOTERAPIA	CONCLUÍDO
V	F	NUTRIÇÃO	CONCLUÍDO
C	F	NUTRIÇÃO	CONCLUÍDO

Fonte: SILVA (2018).

Os jovens da comunidade de remanescentes de Quilombolas do Cedro que estão cursando ensino superior se reconhecem publicamente como remanescentes de quilombolas nos espaços onde estão inseridos. As mulheres são maioria no ingresso ao ensino superior na comunidade do Cedro; para essas mulheres estarem inseridas em uma universidade, é traçada uma estratégia para buscar a diminuição das desigualdades Étnico-raciais através do acesso à educação, passando por raça e gênero. Essas jovens enxergam na educação a oportunidade de poder contribuir para a comunidade com os seus conhecimentos obtidos na universidade.

4.7 Conclusões

Analisar o papel da mulher na comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro, nos diversos contextos onde estão inseridas, nos permite afirmar que o esforço destas mulheres em busca de protagonismo é constante, as conquistas das mulheres têm provocado mudanças positivas na estrutura familiar dentro da comunidade.

Por um lado, as mulheres da comunidade de remanescentes do Cedro, estão conquistado papeis de liderança dentro de espaços, denominados como masculinos, são responsáveis por ações que refletem na vida comunitária, porém por outro lado

as mulheres da comunidade ainda enfrentam problemas naturalizados, não há nos domicílios uma divisão justa e igualitária das tarefas definidas como domésticas, mesmo nos casos onde a mulher conta com a colaboração de outros membros da família pra a realização das tarefas, a responsabilidade pela organização e planejamento compete a mulher, assim como as atividades reprodutivas de cuidados, a mulheres assume a responsabilidade de cuidar dos outros membros da família.

O tempo de estadia na comunidade do Cedro, durante o trabalho de campo, permitiu que criássemos um cenário sobre os novos papéis assumidos pelas mulheres dentro da comunidade. As mulheres do Cedro, são responsáveis pela manutenção dos perfis históricos e culturais da comunidade, devido a responsabilidade assumida por elas, na preservação dos saberes tradicionais. Essa afirmação foi possível a partir dos depoimentos de outros membros da comunidade que citaram a trajetória das mulheres em busca do reconhecimento pelo trabalho com as plantas medicinais.

A oportunidade de qualificação tem sido aproveitada pelas mulheres da comunidade do Cedro, a partir do acesso a cursos de ensino superior e profissionalizantes, percebemos que as mulheres estão deixando de exercer profissões de baixo reconhecimento social e estão tendo mais acesso a bens e serviços. A migração para a atuação na área da saúde é um fator importante, tendo em vistas que algumas jovens justificam que a escolha pela área onde vai se qualificar é influenciada pela realidade vivenciada na comunidade onde nasceu.

As mulheres do Cedro têm se mostrado satisfeitas com as mudanças corridas na comunidade. A aproximação com o perímetro urbano, permite que elas deixem suas casas para exercer atividades remuneradas. A obtenção de renda através das atividades exercidas pela mulher, promove mudanças na qualidade de vida de toda a família, isso porque as mulheres fizeram questão de mostrar durante as visitas, os eletrodomésticos comprados por elas, as reformas nas casas e construções de novos cômodos. A independência financeira das mulheres da comunidade do Cedro, tem colocada as mulheres como protagonistas na geração de renda e sustento das famílias.

4. 8 Referências

ASSIS, J.F. **O papel de comunidades quilombolas na conservação da biodiversidade do Cerrado**: a experiência da Comunidade do Cedro, Mineiros-GO - Brasília: Universidade de Brasília – UnB Campus Planaltina, 2016, 38p.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros do Cedro**: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Editora Ática; Fundação Nacional Pró-Memória, 1983. 201 p.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

BRASIL. **Regularização de Território Quilombola**. Perguntas & Respostas. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas. p, 17. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>. Acesso 22 de dez. de 2018.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da República, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso 02 de jan. 2019.

CAMPOS. M. C. A; Gallinari T. S. Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 20, nº. 35 pp. 199-217 Jan-abr./2017.

FALKEMBACH, E. M. F. **Diário de Campo**: um instrumento de reflexão. Contexto e Educação. Universidade de Ijuí. ano 2. nº 7, julho /set 1987.p. 19-24.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

GEERTZ, C. Ethos, Visão de mundo, e a análise de símbolos sagrados". In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GROSSI. P. K.; OLIVEIRA. S. B; OLIVEIRA. J. L. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de políticas públicas**. V 22. 2018. p 929-948.

Lima. I. A. **Aqui é o lugar que toda mulher trabalha: uma etnografia sobre o trabalho feminino na comunidade quilombola de Capoeiras - Macaíba/RN**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Macaíba-RN. 2017. p.213.

LOZANO. M. A. S.P. L; LAGO. M. C. S. O estado e as mulheres rurais do Brasil - políticas públicas Brasileiras voltadas para as mulheres trabalhadoras. **13º Seminário Internacional Fazendo Gênero transformações, conexões, deslocamentos**. (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. P 1-11. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503887978_ARQUIVO_MarieLeal_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em 28 de dez. de 2018.

MALIGHETTI. R. Etnografia e trabalho de campo. Autor, autoridade e autorização de discursos. **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004. p. 109-122.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a07.pdf>. Acesso em: 31 de dez. de 2018.

MONTEIRO. K. S. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013. 233 p.

SANTOS. M. J. Mulheres quilombolas: Memória é acervo de nossa história. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. 1-15 p. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14142/8768>. Acesso: 04 de jan. 2019.

SARTORI. E. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher: Desigualdades, avanços e impasses. **Cadernos CERU Série 2 Volume 15**, 2004. p.171-184

SILVA, J. S. **Análise Sócio- espacial e conhecimento etnobotânico em uma comunidade quilombola no Sudoeste de Goiás**. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2010.

SOUZA. P. B. De; ARAUJO. K. A. **A mulher quilombola: Da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas**. Direitos, gênero e movimentos sociais II. Organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: ESTEVES Juliana Teixeira *et al.* – Florianópolis: CONPEDI, 2014. p.163-182.

OLIVEIRA, D. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, out/dez; 16(4):569-76, 2008.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, a. 30, n. 1(61), p. 29-51, jan./abr. 200

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida para darmos início ao desenvolvimento do trabalho foi estabelecer contato com a comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro. Na primeira ida a campo, já foi possível observar que as mulheres da comunidade do Cedro assumem para elas a responsabilidade pela manutenção cultural da comunidade.

As mulheres da comunidade podem ser divididas em três grupos, as jovens, as de meia idade e as velhas, sendo que as mulheres que são consideradas as mais velhas estão em maior número. As trajetórias de vida destas mulheres são construídas através de muita luta e resistência, as mulheres parecem incansáveis diante das lutas que precisam travar para conseguirem ter seu papel de cidadã reconhecido.

As mulheres que formam o grupo do centro de plantas medicinais do Cedro, tiveram a oportunidade de se inserir em outros grupos formados por mulheres de diversas regiões do país, elas se qualificaram e acumulam experiências em diversas áreas de conhecimento. As mulheres deste grupo têm uma autonomia produtiva e econômica, embasadas pelo ambiente onde estão inseridas, por ser um ambiente democrático é também um ambiente político.

A gestão do centro de Planta Mediciniais é feita pelas mulheres que integram o grupo, de modo coletivo, todas participam do processo de contabilidade ao final do mês, sendo responsabilidade delas, fazer todo o controle das entradas e saídas, despesas e dividir o que é considerado lucro. A maneira como é feita a saídas, são feitas à mão. O modelo de gestão participativa tem dado resultados positivos, tendo em vista que as mulheres demonstram estarem satisfeitas com a gestão do Centro de Plantas Mediciniais.

Um fato preocupante, relacionado ao Centro de Plantas é a rotatividade das pessoas que ingressam esse grupo, devido ao retorno financeiro das atividades desenvolvidas pelo grupo não ser um valor fixo e variar de acordo com as vendas

mensais, algumas mulheres deixam de realizar as atividades junto ao grupo quando encontram outras atividades onde o retorno financeiro podem ser maior, no entanto essas mesmas mulheres depois de certo tempo, voltam a procurar o grupo novamente, essa rotatividade faz com que o quadro de mulheres dentro do Centro de Plantas Mediciniais esteja sempre variando.

Embasada pelo diálogo estabelecido com os trabalhos que foram analisados na construção desta dissertação, observamos que ainda temos muito para analisar e avançar para respondemos as questões levantadas pelo campo teórico que apresentamos na revisão de literaturas no decorrer do trabalho.

A atividade de fabricação dos remédios fitoterápicos sofre forte influência de fatores externos a comunidade. As áreas de Cerrado de onde são retiradas as plantas nativas, tem diminuído gradativamente, influenciada por vários fatores como, a ocupação desordenada dos espaços, desmatamento para dar lugar a áreas de pastagens e plantação de commodities e loteamentos.

Os trabalhos desenvolvidos anteriormente na área da comunidade do Cedro, desde a década de 1980, já apontavam estes fatores como possíveis problemas que poderiam afetar a produção dos remédios. Estas hipóteses se confirmam nos relatos das pessoas que fazem a coleta das plantas, que falam das dificuldades para encontrar algumas plantas nativas, sendo que cada vez precisam ir mais longe.

É importante relatar que esse trabalho realizado no Centro de Plantas Mediciniais não trata apenas da fabricação e comercialização de produtos, esse espaço é parte da história da comunidade, sendo essencial para a manutenção dos traços culturais e identitários da comunidade. O Centro de Plantas Mediciniais do Cedro é o ponto de referência na história da comunidade do Cedro, sendo o ponto de encontro das histórias, a construção desse espaço relata a luta das mulheres, que não aceitaram as condições que lhes foram impostas pela sociedade, elas se organizaram, trabalharam e foram em busca da concretização de um sonho, que resultou em melhores condições de trabalho para o grupo de mulheres e melhores condições de vida para as famílias.

Pode se destacar aqui, que todo trabalho desenvolvido pelas mulheres tem como finalidade a unidade familiar, durante as entrevistas foi possível verificar, que as mulheres falam pouco de seus planos pessoais, todo planejamento feito por elas estão ligados a família, sendo possível notar que os investimentos feitos para melhorar as

casas partem das mulheres algumas demonstravam com orgulho os investimentos feitos por elas, reformas na casa, construção de novos cômodos, compra de eletrodomésticos, construção de banheiros e compra de moveis, todos estes itens citados interferem de maneira positiva no bem estar da família.

Constatou se assim, que as mulheres da comunidade do Cedro, ainda vivem uma relação baseada no patriarcado, onde sua imagem ainda está atrelada as atividades de cuidados do lar, dos filhos e do esposo, outro fato que verificamos através do trabalho de campo é que a mulher é responsável pela segurança alimentar e nutricional das famílias.

Essa responsabilidade se estende as pessoas mais próximas, com que as famílias compartilham sua produção, mesmo as famílias que produzem uma maior variedade de itens alimentícios e não consomem toda a produção, repartem com as famílias de parentes mais próximos que moram na cidade, eles defendem que as pessoas que moram na cidade não tem a oportunidade de produzir e que nestas condições o acesso a estes produtos se dá apenas pelo dinheiro.

A mulher é responsável pela divisão do excedente da produção, ela divide e destina as outras famílias. Os entrevistados enfatizam que a principal motivação para eles produzirem é o sentimento de fartura e variedade na alimentação das famílias, que assim dependem menos das compras em mercados.

A comercialização dos produtos dos quintais, hortas e mercado, se tornam inviáveis, influenciados principalmente pela logística, o que parece contraditório, pela aproximação da comunidade do Cedro com a cidade de Mineiros, os motivos que embasam essa colação é o fato do transporte na comunidade ser precário, nem todo mundo possui carro e pagar para transportar ficaria inviável, por que o valor do frete teria que ser incluso nos custos de produção e ser repassado ao valor final do produto, sendo que nem sempre as pessoas estão dispostas a pagar mais por um produto produzido com técnicas tradicionais e sem adição de agrotóxicos. O preço também influencia na escolha por não vender, por ser um fator que influencia na hora da compra, os consumidores preferem comprar direto dos supermercados, influenciados pelo preço e aparência.

Os hábitos alimentares da famílias estão em constantes mudanças, a aproximação da comunidade do Cedro com a cidade de Mineiros, tem influenciado nas escolhas de consumo dos moradores, devido ao fato da maioria dos

estabelecimentos comerciais terem serviços de delivery, o consumo de refeições industrializadas e produtos altamente processados aumentou, devido a facilidade de acesso e o baixo custo. Durante o trabalho de campo, nas estradas da comunidade era comum encontrar pessoas que iam até a comunidade realizar entregas de Açaí, sorvetes, sanduiches, porções de fritas e itens semelhantes.

As mudanças dos hábitos de consumo, podem estar ligados ao fato de várias pessoas relatarem que tem problemas de hipertensão, diabetes e colesterol alto. O agente comunitário de saúde responsável pela área, relatou que tem aumentado o número de pessoas que fazem acompanhamento médico para tratar das doenças citadas.

O trabalho de campo, proporcionou momentos de descontração, onde foi possível observar a rotina das mulheres de perto, o fato de estar hospedada na comunidade facilitou a comunicação e a aproximação das mulheres. É possível afirmar que as mulheres da comunidade têm jornada dupla, tripla de trabalho, mesmo as mulheres que exercem suas atividades remuneradas dentro da comunidade do Cedro, precisam deixar suas casas para trabalhar, ao retornar para o lar, elas dão continuidade a jornada de trabalho, dessa vez para realizar as tarefas domésticas, cuidar das plantas e de itens do quintal, nas raras exceções onde a mulher pode contar com a colaboração de outras pessoas para realizar estas atividades, cabe a ela o planejamento e a divisão das tarefas, tendo que apontar quem pode fazer o quê.

A dinâmica organizacional da comunidade do Cedro é elaborada a partir do trabalho das mulheres que assumem pra a responsabilidade de dar continuidade ao trabalho baseado nos saberes tradicionais passados de geração em geração. Na busca por reconhecimento pelos trabalhos desenvolvidos as mulheres pegam pra si a responsabilidade de manter vivos os traços culturais e históricos da comunidade do Cedro.

A comunidade do Cedro no ano de 2018, contava com representantes mulheres em diversos segmentos sociopolíticos a nível municipal, estadual e nacional. Essas mulheres carregam em suas falas o compromisso com a luta dos povos tradicionais pelo direito que essas comunidades têm de permanecerem em seus territórios.

A comunidade do Cedro, caminha para a concretização de um sonho de longa data. No ano de 2018 o INCRA, deu início ao processo de demarcação do território da comunidade, as famílias que não são remanescentes de quilombolas já foram

notificadas e mesmo com a consciência de que esse é um processo demorado e burocrático as famílias estão radiantes, por considerarem um avanço na luta pela terra.

A aproximação da Cidade de Mineiros com a comunidade do Cedro, apresenta aspectos positivos para muitas pessoas, devido a essa aproximação, jovens da comunidade do Cedro, estão tendo a oportunidade de ingressar em cursos de nível superior, uma parceria firmada entre a comunidade e uma faculdade local, facilita o acesso à universidade através de bolsas. Analisando trabalhos já desenvolvidos na comunidade do Cedro, notamos que o quadro de nível de escolaridade apresentou mudanças significativas, aumentou o número de pessoas da comunidade com nível superior, com essa tendência as pessoas têm demonstrado mais interesse em procurar qualificação com o objetivo de conseguir uma colocação no mercado de trabalho.

Mesmo com tantos progressos já relatados, as entrevistadas relataram ainda sofrerem julgamentos precipitados e preconceitos relacionados a suas origens e cor de pele, as situações ocorrem no ambiente de trabalho, na universidade e no dia a dia na convivência em sociedade.

Evidenciamos, que mesmo com toda a expressividade que a comunidade tem conseguido através da sua luta, que a comunidade do Cedro ainda padece pela falta de acesso a políticas públicas que podem ser acessadas em comunidade e individualmente, baseada nas entrevistas podemos afirmar que o fator determinante para esse quadro é a falta de acesso a informações. O acesso a informação é precário e quando chega até a comunidade é de maneira distorcida.

Cientes do nosso trabalho como pesquisadores, concluimos aqui nosso trabalho, sabendo que estamos longe de esgotar o assunto, mas cientes de que a abordagem dos fatos aqui relatados podem ser utilizados pela própria comunidade na contestação dos seus direitos. Abrindo caminho para novas possibilidades de pesquisas neste ambiente diverso que é a comunidade do Cedro.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA. M. G. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Confinos** 29/ 2016, mis en ligne le 17 décembre 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confinos/11392>. Acesso em 28 de maio de 2018. p.1-17.
- ALMEIDA. M. G. Território quilombola, Etnodesenvolvimento e turismo no Nordeste de Goiás. **ROEGA- o espaço geográfico em análise**. Curitiba, v.40, p. 130 -144, ago./2017.
- ALTIERI. M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, jun. 2010.
- AMOROZO. M. C. M. A perspectiva etnobotânica e a conservação de biodiversidade. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BOTÂNICA DE SÃO PAULO, 14, 2002, Rio Claro. **Anais do XIV Congresso da Sociedade de Botânica de São Paulo**, Rio Claro: UNESP, 2002. p.11-29.
- ARAGÃO. A. L. S; FERNANDES. R. B; SOTTO-MAIOR. M B. A Biodiversidade das plantas cultivadas nos quintais no território da comunidade Kalunga- Chapada dos Veadeiros/ GO. **XX Encontro Nacional de Geografia Agrária “TERRITORIOS EM DISPUTA: Os desafios da geografia agraria nas contradições do desenvolvimento Brasileiro”**. Uberlândia- MG, 15 a 19 de outubro de 2012. 13 p.
- ASSIS, J.F. **O papel de comunidades quilombolas na conservação da biodiversidade do Cerrado: a experiência da Comunidade do Cedro, Mineiros-GO** - Brasília: Universidade de Brasília – UnB Campus Planaltina, 2016, 38p.
- Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Prof. João Pacheco de Oliveira. **Boletim Informativo NUERI Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas / Fundação Cultural Palmares** - v. 1, n. L 2 ed, (1997) - Florianópolis: UFSC, 1997. Disponível:<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00105.pdf> . Acesso em 30 de outubro de 2018.
- BAIOCCHI, M. N. **Negros de Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Editora Ática, 1983. p.198.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BARGAS. J; CAL, D. Entre lutas por reconhecimento e relações de poder: o papel das mulheres na organização sociopolítica do movimento quilombola no Pará. Brasil. **9º Congresso Latino-americano de Ciência Política**, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017. p. 2-24.
- BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde sociedade**. [online]. 2003, vol.12, n.1, pp.12-20. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S010412902003000100004&script=sci_artt_ext#top . Acesso em: 10 de fev. de 2019.

BERALDO N. A. S. Saberes e práticas alimentares dos agricultores quilombolas da comunidade Moçambique. P 97- 118. **Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas** / Associação Brasileira de Antropologia Organizador – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006. 116 p.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 12 de fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm. Acesso em: 12 de fev. de 2019.

BRASIL. **Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 26 de jul. de 2018.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar** 2ª edição - versão atualizada com a Resolução CD/FNDE nº 04/2015. 33, p.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Certificação Quilombola**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em 12 de fev. de 2019.

BRASIL. **Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos Cadastro Único para Programas Sociais** 1ª Edição – Brasília, 2012.

BRASIL. **Guia de Políticas públicas para comunidades Quilombolas**. Programa Brasil Quilombola. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos. 2013. Disponível em: <http://www.seppin.gov.br/cominidades-tradicionais-1>. Acesso em 25 jul. 2018.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História

e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da República, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso 02 de jan. 2019.

BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial SEPPIR –**PROMOVENDO A IGUALDADE RACIAL Para Um Brasil Sem Racismo.** Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS Brasil). **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010.** Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. **Políticas para as trabalhadoras rurais: Ter documento é um direito toda mulher quer respeito.** Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural 2004 – 2006. Relatório de Gestão– Brasília: MDA, 2006. 32 p.

BRASIL. **Regularização de Território Quilombola. Perguntas & Respostas.** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas. p, 17. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>. Acesso 22 de dez. de 2018.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Políticas de Promoção da igualdade Racial. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas.** Brasília, 2013.

BRETAS, M. L. B. et al. **Tecendo histórias etnobotânicas e culturais na comunidade do cedro de Mineiros Goiás.** 1. ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2016. 160 p.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural.** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.p. 11-36.

CAMPOS, M. C. A.; Gallinari T. S. Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 20, nº. 35 pp. 199-217 Jan-abr./2017.

Carta de Maputo: **V Conferência Internacional da Via Campesina Maputo**, Moçambique, 1922 de outubro de 2008. 3p. Disponível: x. Acesso em 14 de nov. de 2018.

CASTRO, J. **Geografia da fome: O dilema Brasileiro: Pão ou aço.** — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 10º Ed. 361 p.

COSTA, F. B. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis: um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas.** Tese. São Paulo: USP- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2008. 392 p.

DIEGUES, A. C. et al (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** — Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176 p. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

ESQUERDO; V. F. S; BERGAMASCO; S. M. P. P. Políticas públicas para a agricultura familiar Brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.

ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás.** Tese de doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. Campinas- SP. 1997. 180 p.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de Campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e Educação.** Universidade de Ijuí. ano 2. nº 7, julho /set 1987.p. 19-24.

FAO. **Cúpula Mundial de Alimentação. Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação.** Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em 12 de jan. de 2019.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de lutas das mulheres no meio rural. In: BUTTO, A. (Org.) **Estatísticas Rurais e a Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres.** Brasília: MDA,2009. p. 11-28.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Bookman, 2007.

FRAGA, S. F; LESSA, S. N. “políticas públicas de acesso ao território quilombola: Uma comparação entre Maranhão e Minas Gerais”. **IV Congresso em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTE.** 2014. 14 p.

GEERTZ, C. “Ethos, Visão de mundo, e a análise de símbolos sagrados”. In: **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

Gil. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES L. N. **Mulher Negra que Vi de Perto** – o processo de construção da identidade racial de professoras negras. Mazza Edições. 1995. 198 p.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015. — (Coleção Agenda Brasileira).

GROSSI. P. K.; OLIVEIRA. S. B; OLIVEIRA. J. L. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de políticas públicas**. V 22. 2018. p 929-948.

GUSMÃO. N. M. M. TERRA DE MULHERES Identidade e Gênero em um bairro rural negro. **Revista História**, São Paulo, n. 129-131. Ago. Dez/93 a ago. Dez/94. p. 81-100.

HOYOS. C. J. C; D'AGOSTINI. A. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 20, nº. 35 pp. 174-198 Jan-abr. /2017.

IBGE. Instituto Brasileira de Geografia Estatística. **Cidades 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/Brasil/go/mineiros/panorama>. Acesso em 11 de jan. de 2019.

IBGE. Mineiros (GO). **Enciclopédia dos municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 36. p. 278-282. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_36.pdf. Acesso em: abr. 2018.

IORIS, E. M. E; PIO, L. Projeto Centro Comunitário de Plantas Mediciniais. In: IORIS, E. (coord.) **Plantas Mediciniais do Cerrado**: Perspectivas Comunitárias para a Saúde, o meio Ambiente e o Meio sustentável. Anais do Workshop de Plantas Mediciniais do Cerrado. Mineiros-GO: Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior. FIMES, 1999. p. 13-26.

Larchert, J. M. **Resistência e seus processos educativos na comunidade negra rural Quilombola do Fojo – BA**. São Carlos : UFSCar, 2013. 217 f.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala**: Declaração da Via Campesina. TlaxcalaVia Campesina, 1996.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: Desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008. 965- 977p.

LIMA, B. G. e Eugênio, K. D. A construção da identidade na comunidade remanescente quilombola do Tucum- Ba. **POIÉSIS- Revista do programa de pós-graduação em educação**- mestrado- Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, v. 8, n. 13, p. 203-222, jan./jun. 2014.

Lima. I. A. **Aqui é o lugar que toda mulher trabalha**: uma etnografia sobre o trabalho feminino na comunidade quilombola de Capoeiras - Macaíba/RN. Dissertação de

mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Macaíba-RN. 2017. p.213.

LOZANO. M. A. S.P. L; LAGO. M. C. S. O estado e as mulheres rurais do Brasil - políticas públicas Brasileiras voltadas para as mulheres trabalhadoras. **13º Seminário Internacional Fazendo Gênero transformações, conexões, deslocamentos.** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. P 1-11. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503887978_ARQUIVO_MarieLeal_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em 28 de dez. de 2018.

MALIGHETTI. R. Etnografia e trabalho de campo. Autor, autoridade e autorização de discursos. **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 1, n. 1, jan./jul. 2004. p. 109-122.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito camponês. USP 2000. **Revista NERA**, ano 11, nº 12. Presidente Prudente, p. 57-67 Jan.-jun./2008 Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>. Acesso em 14 de nov. de 2018.

MINAYO, M. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIRANDA, S. A. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a07.pdf>. Acesso em: 31 de dez. de 2018.

MONTEIRO. K. S. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013. 233 p.

MOURA, C. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo.** Salvador: Afro-Ásia, 1983.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

NETO, W. M; BERGAMASCO, S. M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na Relação com a natureza. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S, M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.

NEVES, D.P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! p. 211- 217. In: FERNANDES, B. M; MARQUES, I. M. M; SUZUKI, J. C. (orgs.) **Geografia Agrária: Teoria e Poder.** 1ª edição. Editora Expressão Popular. São Paulo – 2007. 384 p.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento

de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, D. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm.** UERJ, Rio de Janeiro, out/dez; 16(4):569-76, 2008.

OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, a. 30, n. 1(61), p. 29-51, jan./abr. 2007.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PASSOS, F. J. dos. **Quilombolas e a Reflexão sobre ações afirmativas na UESB**. Associação dos Docentes da UESB. Outubro de 2007 .

PRESTES. C. R.S. **Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos**. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. 173 p.

RIGON, S do A; BÓGUS, C. M. A segurança alimentar e nutricional no Brasil: das concepções norteadoras ao início dos processos de consolidação. In: BEZERRA. I; CASSARINO, J.P. (Orgs.) **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Editora UFPR. 2015. Paraná. 255 p.

ROSSET, P. Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: **Capturando a Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS. M. J. Mulheres quilombolas: Memória é acervo de nossa história. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. 1-15 p. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/14142/8768>. Acesso: 04 de jan. 2019.

SARTORI. E. Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher: Desigualdades, avanços e impasses. **Cadernos CERU** Série 2 Volume 15, 2004. p.171-184

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SCHUMAHER. S; BRAZIL, É. V. **Mulheres Negras do Brasil**. Ed. condensada. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013. 160 p. IL. Publicado em parceria com a Redeh e a Ed. Senac São Paulo.

SILVA, J. S. **Análise Socioespacial e conhecimento etnobotânico em uma comunidade quilombola no Sudoeste de Goiás**. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2010.

SILVA, J. S. Levantamento Etnohistórico da Comunidade Quilombola do Cedro- Go. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. “Territórios em disputa: os Desafios da Geografia Agrária nas Contradições do Desenvolvimento Brasileiro”**. Uberlândia- MG, 15 a 19 de outubro de 2012. 14 p.

SILVA, S. R. Quilombo no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: **XII COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA. Independências y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización**, siglos xix-xx, Bogotá, maio 2012.

SILVA, V. S. Rio das Rãs à luz da noção de quilombo. **Revista Afro - Ásia**, 23- 1999. p. 267-295.

SILVA, M. J. **Quilombos do Brasil central: séculos XVIII e XIX (1719 - 1888) - Introdução ao estudo da escravidão**. 1998. 464 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

SIQUEIRA, M. De L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SOUZA, C. C. B. de. Mineiros: agroindústria chega para ficar. In: SEPIN - **Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação. Ranking dos Municípios Goianos** – 2007. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás - Goiânia, 2007.

SOUZA, V. C. **O processo de construção do conhecimento geográfico na formação inicial de professores**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia – IESA/UFG. 2009. 214 p.

SOUZA, M. A. P. Et al. Comportamento químico de Neossolos Quartzarênicos em Mineiros, sudoeste goiano. **Revista Geociência- Unesp**. v. 34, n. 3, p 335-347. 2015.

SOUZA, P. B. De; ARAUJO, K. A. **A mulher quilombola: Da invisibilidade à necessidade por novas perspectivas sociais e econômicas. Direitos, gênero e movimentos sociais II**. Organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: ESTEVES Juliana Teixeira et al. – Florianópolis: CONPEDI, 2014. p.163-182.

THIAGO, F. et al. Resignificação cultural e resistência na produção de fitoterápicos em comunidade quilombola. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 339-358, dez. 2014.

WANDERLEY, M de N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social Dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S, M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p.

WHITAKER, D. C. **A. Sociologia Rural: Questões Metodológicas Emergentes.** Presidente Venceslau: Letras À Margem, 2002. Cap. 1, p. 19-32

ZANOTTO, R. **Soberania alimentar como construção contra hegemônica da via campesina: EXPERIÊNCIAS NO BRASIL E NA BOLÍVIA.** São Paulo: Dissertação de mestrado em Geografia Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial). 2017. 185 p.

7 ANEXOS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO
RURAL**
**UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS COTIDIANAS DAS MULHERES NA COMUNIDADE
DE QUILOMBOLAS DO CEDRO EM MINEIROS-GO**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA DATA ____/____/____

PERFIL DAS ENTREVISTADAS

1. Nome
2. Idade
3. Religião
4. Nível de escolaridade
5. Ocupação
6. Local onde nasceu
7. Tempo em que mora na comunidade
8. Definição da cor da pele: Branca, Negra, parda, amarela, indígena
9. Autoafirmação quilombola

POLÍTICAS PÚBLICAS

10. Acesso a política pública
11. Acesso a benefício do governo
12. Acesso à educação na comunidade de remanescentes de quilombolas do Cedro
13. Conhecimento sobre programas de créditos específicos para mulheres
14. Acesso a esse tipo de crédito específico para mulheres
15. (caso tenha acessado) destino do crédito adquirido
16. Participação em projetos desenvolvidos na comunidade
17. Perspectivas de como é ser melhor dentro da comunidade
18. Problemas visíveis na comunidade
19. Principal fonte de renda
20. Formação da renda familiar
21. Responsável por arrecadar valores e pagar as contas mensais

VISÃO COMUNITÁRIA

22. Áreas de trabalho coletivo na comunidade do cedro
23. Gosta de morar aqui na comunidade quilombola do cedro? Por quê?
24. Significado da comunidade do cedro para o entrevistado
25. O que mais gosta e menos gosta na comunidade do cedro
26. Participação na luta pela terra: notícias sobre o processo
27. Visão sobre trabalho coletivo ou individual
28. Principais necessidades das mulheres da comunidade
29. A Associação de moradores da comunidade

- 30. Participação nas reuniões da associação de moradores
- 31. Assuntos discutidos nas reuniões da associação

DIVISÃO DO TRABALHO

- 32. Cuidados com a casa
- 33. Participação dos homens nas atividades domésticas
- 34. Responsável pelo roçado
- 35. Produção do roçado
- 36. divisão das tarefas domésticas e rurais na família
- 37. Responsável pelo lote
- 38. Trabalho em casa
- 39. Atividade remunerada fora da comunidade
- 40. Atividades feitas por você fora da comunidade

A FAMÍLIA COMO UNIDADE PRODUTIVA

- 41. Diferenças entre unidade de consumo (casa e quintal) e unidade de produção (roçados)
- 42. Divisão do espaço usado pelo roçado, horta e quintal
- 43. Possui quintal
- 44. Cuidados do quintal
- 45. Possui horta
- 46. Cultivos no quintal
- 47. Comercialização da produção do quintal

PLANTAS MEDICINAIS

- 48. História da formação do Centro de Plantas Medicinais da comunidade
- 49. O centro de plantas medicinais da comunidade
- 50. Atividades desenvolvidas pelas mulheres dentro do centro de Plantas
- 51. plantas para uso medicinal
- 52. Lista de plantas, uso, indicação
- 53. Produtos comercializados pelo centro de plantas medicinais
- 54. Transmissão do conhecimento tradicional sobre as plantas medicinais

ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE DO CEDRO

- 55. Relação da comunidade com o cerrado
- 56. Contribuição da mulher para melhorar a comunidade
- 57. Como os homens da comunidade vem o papel do trabalho da mulher
- 58. Festas tradicionais que os seus antepassados participavam
- 59. Festas tradicionais que foram preservadas
- 60. Semelhanças entre a cultura de hoje e da época dos seus pais e avós
- 61. Perspectiva sobre à preservação da cultura da sua comunidade
- 62. Ações da comunidade para preservar as suas tradições, costumes e valores

PREVIDÊNCIA RURAL

- 63. planejamento previdenciário: contribuição, planos
- 64. Caso seja aposentado- dificuldades no processo

CARTA DE ANUÊNCIA

CARTA DE ANUÊNCIA

Comunidade Remanescente de Quilombo do Cedro

A presidente da associação de moradores e representante para fins legais, **Angela Maria Santos Morais** da comunidade de remanescentes de Quilombolas do Cedro, localizada em Mineiros- Go, declaro para os devidos fins, estar ciente e aprovar a realização do trabalho de campo da tecnóloga em Agronegócio, Aline Grigório da Silva, mestranda em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos durante o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018.



Angela Maria Santos Morais

(Presidente da associação de moradores da comunidade remanescente de Quilombolas do Cedro)

FOTOS

Figura 1- Mulheres fazendo almoço na cozinha do Centro de Plantas Medicinais da comunidade de Remanescentes de Quilombo do Cedro



Fonte: Silva (2018)

Figura 2- Plantação de Guariroba em área de Quintal



Fonte: Silva (2018).

Figura 3- Coleta de Plantas Medicinais na horta de Mandala



Fonte: Silva (2018)